

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ATA N.º 07/2019

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO

Presidente:	- <i>Luís Augusto de Melo Guimarães</i>
1.ª Secretária:	- <i>Luísa Maria Almeida Torres Belchior</i>
2.º Secretário:	- <i>José António Costa Ferreira</i>
Hora de Abertura:	- 09.30 Horas
Ata da 4.ª Sessão Ordinária 27 de setembro de 2019	- Aprovada por maioria, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros
Outras presenças:	- A Câmara Municipal esteve representada pela Senhora Presidente <i>Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues</i> e pelos Senhores Vereadores: - <i>Rui Fernando Moreira Magalhães</i> - <i>Orlando Ferreira Pires</i> - <i>Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo</i> - <i>Vera Cristina Quintela Pires Preto</i> - <i>Manuel Carlos Pereira Rodrigues</i> - <i>José Miguel Romão Cunha</i>

----- O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a Sessão por haver quórum.

Informações da Mesa da Assembleia Municipal.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Bom dia a todos. Quero começar por dizer-vos desde já o seguinte: Decidimos em Reunião da Comissão Permanente, dado que se trata hoje de uma Sessão com pontos muitíssimo importantes e que se poderá dilatar no tempo, sermos mais rigorosos no cumprimento das normas. Foi consenso geral de todas as Bancadas, que em relação ao tempo estipulado para cada um, às respostas e às contra respostas limitarmo-nos àquilo que está implícito no Regimento..., só há contra respostas por parte de quem fez intervenção e essas contra respostas só podem ter a duração de dois minutos. O Período Antes da Ordem do Dia será de uma hora, ou excepcionalmente poder-se-á distender por mais 30 minutos. Será, portanto isso que vamos tentar cumprir, porque logo a seguir, vamos ter hoje na discussão do Orçamento um horário mais prolongado dado que há a hipótese dos Senhores Deputados Municipais falarem não os 10 minutos do costume, mas sim 15 minutos.

Quero também dizer o seguinte, eu tenho muito orgulho nas nossas Sessões alargadas, quase que das 09.00 horas às 21.00 horas, o que muitas vezes são até criticadas pelas outras Assembleias Municipais do distrito, mas as nossas Sessões são de facto intensas, debatidas e confesso que as acho extremamente positivas, isto fora alguns excessos e algumas irritações que por vezes surgem e que são desnecessárias, mas que haveremos a seu tempo corrigir.

Apesar disso, agradeço que não estranhem se houver de facto maior rigor por parte da Mesa em relação ao tempo, dado que o objetivo hoje é exatamente esse, sermos mais céleres para conseguirmos debater em tempo útil todos os assuntos.

Gostava de vos informar também, que nos foi comunicado pela Bancada do Partido Socialista, a alteração do seu representante de bancada. O Senhor Deputado *Agostinho Beça* escreveu-nos informando que renunciava às suas funções e que a partir de agora quem passava a ser o líder da Bancada do Partido Socialista seria o Deputado *Rui Pacheco*.

Eu quero dar ao Senhor Deputado *Rui Pacheco* as boas vindas e desejar-lhe o melhor desempenho nas suas novas funções bem como agradecer ao Senhor Deputado *Agostinho Beça* a forma ética e responsável com que ao longo destes dois anos desempenhou essas funções. Acho mesmo que foi um bom exemplo para todos.

Tenho também aqui uma mensagem para o Senhor Deputado *Nuno Magalhães*..., a Câmara Municipal tem respondido atempadamente a todas as questões que são colocadas via Mesa, há, no entanto, aqui uma questão que foi colocada pelo Senhor Deputado *Nuno Magalhães* que infelizmente não lhe foi podido ainda responder. A Câmara comunicou-me que estão a fazer os esforços máximos no sentido de que essa resposta chegue o quanto antes, mas como depende do Poder Central, há aqui um pequeno atraso. De qualquer modo ficam as desculpas e a justificação do Executivo.

Nesta Sessão tão importante com a discussão do orçamento, desejo a todos que a consciência e responsabilidade política de cada um tenha necessariamente em conta o que é o melhor para o nosso concelho. Desejo uma boa Sessão para todos.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhor Secretário, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Antes mesmo da chamada passo à ordem das restantes informações, relativamente ao expediente, informo que o mesmo se encontra para consulta junto do Setor de Apoio aos Órgãos Municipais, para consulta em horário regular.

Relativamente à mobilidade da Assembleia, queria que tomassem conhecimento das seguintes substituições:

A Senhora Deputada *Sandra Cristina Bento Gomes* é substituída por *Paulo Jorge Pereira Afonso*;

A Senhora Deputada *Lídia Maria Mota Noura* é substituída por *Graciete Cláudia Alves dos Ramos*;

O Senhor Deputado *José Manuel Lemos Pavão* é substituído por *José Domingos Carneiro*;

A Senhora Deputada *Rita Bárbara Pires Messias* é substituída por *Pedro Ricardo Reis dos Santos*;

A Senhora Deputada *Isabel Maria Branco Barreira* é substituída por *José António Benvindo Torradas*;

A Senhora Presidente da Junta de Freguesias de Múrias *Cláudia Viviana Estrói Carvalho Afonso* é substituída por *Patrícia Paula Ruivo dos Santos Romão*;

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Telhas *Joaquim António Morais Clemente* é substituído por *Hélder Armando Ruivo Castelo*.

Registo de Faltas.

Sandra Cristina Bento Gomes, Lídia Maria Mota Noura, José Manuel Lemos Pavão, Rita Bárbara Pires Messias, Isabel Maria Branco Barreira, Cláudia Viviana Estrói Carvalho Afonso, Joaquim António Morais Clemente, Jorge Augusto Pires, Marlene Margarida Grifo Baptista.

Apresentaram justificação de Faltas:

- *Sandra Cristina Bento Gomes*: Sessão de 20 de dezembro de 2019.

- *Lídia Maria Mota Noura*: Sessão de 20 de dezembro de 2019.

- *José Manuel Lemos Pavão*: Sessão de 20 de dezembro de 2019.

- *Rita Bárbara Pires Messias*: Sessão de 20 de dezembro de 2019.

- *Isabel Maria Branco Barreira*: Sessão de 20 de dezembro de 2019.

- *Cláudia Viviana Estrói Carvalho Afonso*: Sessão de 20 de dezembro de 2019.

- *Joaquim António Morais Clemente*: Sessão de 20 de dezembro de 2019.

- *Jorge Augusto Pires*: Sessão de 20 de dezembro de 2019.

- *Marlene Margarida Grifo Baptista*: Sessão de 20 de dezembro de 2019.

DELIBERAÇÃO: A Mesa da Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas dos membros mencionados.

1 - Atas - Leitura, discussão e votação das Atas da 4.ª Sessão Ordinária de 27 de setembro de 2019.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente a este Ponto, pergunto se alguém se quer inscrever para intervir?

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

A minha inscrição neste Ponto é para referir que há lá situações de erros, também os dou às vezes, mas há muito erro na Ata.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu realmente após a leitura da mesma não detetei assim tantos erros, nem esses erros, podemos dar uma revisão. De qualquer das formas estamos a sugerir, através do excelente trabalho que o nosso apoio, que está a ser feito agora pela *Carla Assis*, que está a apresentar um excelente trabalho que tem sido reconhecido pela Mesa no seu geral, estamos a seguir uma sugestão do Senhor Deputado *Humberto Cordeiro*, no sentido de abreviar os discursos, penso que já terão notado, correndo com isso eventualmente, o risco de tirar algum contexto nos discursos, mas se for o caso disso também, tal como acatamos a sugestão do Senhor Deputado *Humberto Cordeiro*, também iremos acatar outras sugestões e agradeço que nos diga quais são as páginas onde se encontram os erros a que se refere.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 49 votos a favor e 3 abstenções, aprovar a Ata 4.ª Sessão Ordinária de 27 de setembro de 2019.

1.º Período de Intervenção do Público

2 – Público - 1.º Período de Intervenção do Público.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Pergunto junto do público quem é que se quer inscrever para intervir?

Registo três inscrições do público.

----- O Senhor Município *PEDRO FONSECA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

“Na qualidade de habitante da Freguesia de Frechas, mais precisamente na aldeia do Cachão, venho aqui hoje fazer um agradecimento público a este Executivo camarário.

Muito obrigado pela resolução do grave problema ambiental que há cerca de um ano, deixou toda a população do Cachão mais tranquila, e menos sobressaltada com a possibilidade de novos incêndios, devo dizer que foram anos de puro terror e de desilusão.

A atitude política do anterior Executivo liderado pelo atual Secretário-Geral do Partido Social Democrata, Dr. *José Silvano* e posteriormente pelo Eng.º *António Branco*, de ali deixar armazenar e permanecer estas quantidades de lixo, infelizmente culminou com os fatídicos incêndios, marcando definitivamente as pessoas ali residentes, muitas das quais que ajudaram a erguer aquelas paredes, foram violentadas ao ver desmoronar muito do seu trabalho passado.

Esta questão envolveu-me na qualidade de ex-deputado municipal, na altura antes dos incêndios, apresentei aqui uma proposta que visava a retirada...”

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Isso é um discurso político.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Eu ainda não consegui entender o teor da intervenção..., se se entender que o teor foge aquilo que o público aqui pode apresentar, questões de interesse para o Município, eu pedirei ao Senhor para terminar, por enquanto estou a ver o contexto, presumo que esta intervenção terá uma finalidade..., pode continuar por favor.

----- O Senhor Município *PEDRO FONSECA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“... do lixo, proposta essa que foi chumbada com os votos contra do PSD, votação que contribuiu decisivamente para aquele triste desfecho.

Estou certo que relativamente ao Cachão, não será fácil encontrar uma solução milagrosa, mas tenho a firme convicção que a Senhora Presidente *Júlia Rodrigues* não vai descansar enquanto não o conseguir.

Sei, porque sou empresário em nome individual e gestor da minha organização empresarial, que não é fácil gerir uma organização empresarial pública sem fins lucrativos como a Câmara Municipal de Mirandela, principalmente com uma dívida, muito para além do razoável, deixada pela anterior administração PSD.

É muito motivante lutar por melhores condições de vida para os municípios e por essa razão, também sei, que vai conseguir ultrapassar todas as expectativas, críticas e ruídos, sempre na busca de gerir o bem comunitário da melhor maneira possível.

O Partido Socialista está a seguir o caminho traçado para inverter as políticas passadas de desertificação e fazer deste e de outros Municípios, exemplos de prosperidade e atratividade de investimentos.

E é isso que realmente interessa!

Pode contar comigo para prosseguir este caminho, e progredir no combate à desertificação e no combate ideológico, porque haverá sempre aqueles que preferem o bem corporativo em detrimento do bem geral.

Quería solidarizar-me com as possíveis vítimas das intempéries e cheias das últimas horas e perguntar à Senhora Presidente da Câmara se tem conhecimento de famílias desalojadas, neste momento?

Aproveito para saudar todos, desejando um feliz Natal e próspero Ano Novo.”

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Isto é política podre. É uma vergonha isto.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Deixai-me dizer-vos..., devemos consensuais e olhar para nós próprios, isto é uma “casa” de intervenções políticas, é lógico que mesmo quando se trata de uma intervenção do público, terá naturalmente também algo político, embora e aí sim, nós teremos de condicionar a intervenção se fugir das questões de interesse do Município, o que não foi o caso, de uma maneira geral não se entenderia que viessem aqui falar apenas de questões sociais, ou familiares... não, são questões políticas. Eu sei que muitas vezes não agrada algumas coisas que ouvimos, a mim também não me agrada algumas coisas que oiço, mas isso não nos pode fazer “saltar a tampa” e estarmos aqui a interromper a Assembleia Municipal por essas questões.

Ficamos naquilo que ouvimos, cada um dá o valor que entender ao que ouviu e vamos dar o assunto por terminado.

Eu agradeço que os Senhores Vereadores não interrompam esta Sessão..., vamos ver uma coisa Senhor Vereador, ou fica calado ou tenho de o convidar a sair.

Silêncio, eu não sei onde é que os Senhores vão buscar à Lei, a possibilidade de um Vereador Municipal interromper a intervenção do público, de um Vereador que deve estar, mas não tem de estar, mais a mais se não souber ocupar o seu lugar.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Não tenho de estar! Essa é que é boa!

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhor Vereador, pode-se calar por favor. Eu quero evitar situações destas, não quero chegar a extremos.

Os Senhores Deputados estão a iniciar uma Sessão desta forma, com assuntos tão importantes para resolvermos.

Este assunto do público terminou, vamos passar para o Ponto seguinte.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Relativamente à questão da AIN, os encargos recorrentes deste Protocolo, relativamente ao Fundo Ambiental tiveram um valor global de 490 mil euros, cerca de 229 mil euros que já foram gastos na retirada do lixo e temos agora uma nova tranche de cerca de 250 mil euros, dos quais foram gastos 50 mil euros para fazer beneficiações no Parque Industrial, desde logo a rede, tirar os escombros que existem e algumas iniciativas que vamos implementar durante o ano de 2020.

Quanto a esta situação, dizer-vos que a prestação de serviços consiste na remoção dos resíduos sólidos, na sequência dos dois incêndios em 2013 e em 2016 e tem por objetivo reparar os danos ambientais, materiais e humanos, resultantes destes incêndios e ainda eliminar o passivo ambiental através da retirada dos resíduos de plástico e seu tratamento, sendo suportada por conta de verbas provenientes de um Protocolo estabelecido com o Fundo Ambiental.

Neste momento já nos foi apresentado um Plano Estratégico, ainda o primeiro Plano Estratégico para a revitalização, que aponta como o setor agropecuário e industrial para o futuro da AIN, em 2020 vamos fazer a apresentação do Plano Estratégico, com a intenção de candidatar, ainda neste Quadro Comunitário, algumas intervenções em especial na qualificação dos pavilhões entretanto abandonados que temos no Complexo.

O caminho faz-se caminhando, em relação à AIN e fruto de um esforço conjunto da Câmara Municipal de Mirandela e Câmara Municipal de Vila Flor, com o apoio do Ministério da Agricultura, houve uma melhoria significativa das condições ambientais dos residentes e das pessoas que lá trabalham, está a ser feito um grande esforço pelo Conselho de Administração, para que consigamos levar a cabo uma intervenção sustentável, com o apoio de todas as pessoas, especialmente dos residentes do Cachão.

Antes da Ordem do Dia

3 - Período Antes da Ordem do Dia.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Antes de iniciarmos as intervenções, informamos que a Senhora Presidente vai ter de se ausentar, ficando a substituí-la o Senhor Vice-Presidente *José Cunha*.

----- A Senhora Deputada Municipal *OTÍLIA LIMA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

“O que me traz aqui hoje é colocar uma questão ao Executivo, no sentido de melhorar a resposta aos munícipes, neste caso, em termos culturais e educacionais.

Enquanto mirandense, embora não nascida aqui, mas adotei esta cidade para aqui viver e exercer a minha profissão enquanto profissional do ensino e preocupada com as questões do ensino, gostaria de perguntar à Senhora Presidente, sobre os vários problemas que têm vindo a ser eco e uma realidade, que se passa na Escola de Música, ou seja, a Esproarte.

Já são conversa de café e estão espalhados pela cidade.

Esta Escola pode ser considerada a “Joa da Coroa” de Mirandela e os objetivos com que foi criada, auguravam e pretendiam uma Escola de elevada qualidade artística.

Saíram daqui bons alunos, que entraram no Ensino Superior levando o bom nome da Esproarte ao resto do país e além-fronteiras.

Durante anos consecutivos, os alunos saídos desta Escola, são raros neste momento e cada vez menos os que conseguem ingressar no Ensino Superior Artístico na área musical. Porquê? Pergunto eu, os mirandelenses querem saber, muitos Deputados Municipais, como eu, quererão saber com certeza o porquê deste motivo e da baixa de qualidade?

Sabemos que o Executivo da Câmara Municipal, está conhecedor de vários problemas que já lhe foram comunicados, vivendo-se um mau ambiente na Escola.

Contratos celebrados e assinados que não estão a ser cumpridos, expetativas defraudadas, baixo nível nos testes, mas inflação das notas numa tentativa de branquear o baixo nível de consecução do ensino tanto artístico, como na área sociocultural.

Mesmo no que respeita aos alunos, vários deles têm vindo a manifestar a sua intenção de mudarem de Escola, pois só assim terão a esperança de adquirir o nível de aproveitamento necessário, para lhes garantir a entrada no Ensino Superior.

Sabe-se que já saíram bons profissionais, tanto da área artística, como da área sociocultural, tendo começado efetivamente pela área sociocultural há vários anos atrás. Por incompatibilidades com a Direção e que vão procurando contrato de trabalho fora de Mirandela.

Será que não se pode manter o bom nível artístico a que os profissionais nos habituaram? Será que não se deverá repensar o rumo pedagógico administrativo da Escola com mais possibilidades de os alunos se dedicarem, mesmo no que respeita aos horários dos alunos com tempos adequados ao estudo da área artística? Sim, porque todos sabemos que a matriz curricular e s horários destes alunos deste tipo de ensino artístico, requer principalmente horas de estudo, horas de trabalho semanal e individual para praticarem.

Tendo já o Executivo conhecimento de muitos destes problemas que já lhe foram transmitidos, é tempo de os encarar com responsabilidade e consequência, sob pena de o ex líbris de Mirandela na área musical, passar a ser uma Escola sem qualidade e que vai perdendo a sua projeção ao alto nível a que nos habituou.

Pergunto-lhe diretamente, Senhora Presidente, neste caso, Senhor Vice-Presidente, se estão dispostos a assegurar-lhes a continuação da alta qualidade da Esproarte aos mirandelenses? Não deixem que os bons profissionais que nela trabalham a abandonem, não esqueçam as inquietações, os problemas que grassam como se eles não existissem, se não falarmos neles é como se não existam.

Deste modo, solicito a resolução e tomada de posição sobre estes problemas, que já são conversa de café. Contudo, eu para me pronunciar, tive o cuidado de me documentar e informar devidamente, para o devido efeito.

----- A Senhora Deputada Municipal *DÉBORA PEREIRA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

“A minha intervenção hoje vem no seguimento da aqui realizada em junho de 2018, onde referi que a nossa cidade está a ficar sem resposta, para os jovens que aqui ingressam no Ensino Superior, ao nível do alojamento.

Há uma grande dificuldade em arranjar alojamento na nossa cidade, ademais e com as novas instalações do IPB, estamos a receber cada vez mais estudantes universitários, e por isso seria necessário o Município intervir a esse nível.

Neste sentido, louvo a iniciativa do Município em adotar o “Programa Aconcheço”, numa parceria com a Câmara do Porto.

Este programa com o slogan “Casa para quem estuda, Companhia para quem precisa”, para além de combater um dos nossos maiores problemas sociais, a solidão e as necessidades dos seniores que residem sozinhos, será também uma resposta para a falta de alojamento dos estudantes do ensino universitário na nossa cidade.

Replicar o programa não se afigura certamente tarefa fácil, vai exigir uma boa dose de persistência e acompanhamento, no entanto e apesar de vivermos no interior onde nos atribuem uma mentalidade mais fechada, somos os melhores na arte do bem receber e quando o Programa estiver a funcionar em pleno, estou certa que será um sucesso e dará uma boa resposta à falta de alojamento universitário que se verifica na nossa cidade.

No entanto, gostava de questionar o Executivo se já foi celebrada alguma parceria com o IPB, com a Associação de Estudantes e para quando é que se prevê que o Programa esteja a funcionar.

Ainda no seguimento da minha intervenção em junho de 2018, onde reclamava mais investimento a nível cultural e recreativo, nomeadamente para os jovens, felicito o Município pelo evento *Green Sunset*, realizado na zona verde, que contou com a presença de vários DJ’s e marcou o fim do verão.

Destaco ainda a peça de teatro “Porta com Porta”, com duas sessões, uma delas gratuita para celebrar o Dia do Idoso e outra aberta ao público, à qual assisti e teve casa cheia, afinal os mirandelenses quando há, participam... De salientar ainda a inauguração da primeira exposição da parceria celebrada com Serralves, “Um Realismo Cosmopolita”, com várias atividades e visitas guiadas para famílias.

Parabenizo o Município pela inauguração da iluminação de Natal, que juntou vários mirandelenses e não só, e ainda o facto de este ano ter sido abrangida com iluminação uma maior área comercial, a nossa cidade está de facto muito bonita, encontrando-se até em destaque no site “sapo viagens” como das mais belas iluminações do País.

Para finalizar, e não menos importante, gostava de enaltecer a organização da Passagem de Ano pelo Município, um evento gratuito, há muito desejado por todos os mirandelenses.

O caminho faz-se caminhado...

Votos de um Bom Natal e de um Ano Novo cheio de sucessos!”

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Como estamos hoje aqui nesta Assembleia para falarmos de um Orçamento Municipal, gostava de lembrar aqui três ou quatro pontos importantes para esta discussão.

“A Constituição da República Portuguesa, no ponto 2 do Art.º 238 refere que «o regime das finanças locais será estabelecido por lei e visarà a justa repartição dos recursos públicos pelo estado e pelas autarquias e a necessária correção de desigualdades entre autarquias do mesmo grau». Esta norma incorpora dois aspetos essenciais: há uma partilha de recursos financeiros entre os diversos níveis de administração, que deve ter em conta a sua adequação ao tipo de competências que cada um detém, e ao mesmo tempo a distribuição entre as autarquias locais deve obedecer a princípios de perequação tendo em vista a correção de desigualdades.

Quero fazer aqui referência a três números sobre meios financeiros para vossa reflexão:

2.636 milhões de euros de participação das autarquias locais nos impostos do Estado em 2018; 1.853 milhões de euros de contribuições de Portugal para o orçamento da União Europeia, previsto para o mesmo ano; 2.491 milhões de euros de benefícios fiscais concedidos em 2016. Não sendo números iguais, são números que podemos considerar dentro da mesma ordem de grandeza, e que indicam que o problema não é propriamente da falta de recursos, mas das opções que se tomam quanto à sua obtenção e quanto à sua utilização.

Nos últimos anos, entre 2007 e 2018, como consequência dos sucessivos incumprimentos do regime financeiro local, verificaram-se cortes de 3.550 milhões de euros. Neste período, em oito anos de governação PS os cortes foram de 2.240 milhões de euros e em quatro anos de governo do PSD-CDS/PP os cortes foram de 1.310 milhões de euros. Uma média de cerca 300 milhões de euros anuais, sendo em termos de enquadramento legal, 2.353 milhões na vigência da Lei n.º 2/2007 e 1.197 milhões na lei atual, tendo de se ter presente que a atual reduziu o nível de participação, mas mesmo assim se manteve o incumprimento.

Os números comprovam a adoção de uma política de subfinanciamento, de desrespeito pelo poder local do não respeito constitucional da justa repartição de recursos entre os diversos níveis de administração.

Urge a aprovação de uma Lei de Finanças Locais ou uma revisão profunda da atual, que deve ter em conta os seguintes aspetos essenciais:

- O caminho de reposição da capacidade financeira dos Municípios e Freguesias, cumprindo o princípio constitucional da justa repartição de recursos para o atual nível de competências, aumentando o nível de participação nas três principais receitas do estado (IRS, IRC e IVA), pondo fim à iniquidade da participação variável no IRS e a receitas consignadas como Fundo Social Municipal.
- O estabelecimento de um período transitório para a determinação das verbas afetas a processos de descentralização de competências.
- A definição de regras claras no relacionamento entre a Administração Local e Central, baseado no cumprimento do equilíbrio financeiro vertical.
- Assumir uma função redistributiva e contribuir para a economia local e para a coesão social e territorial, que se deve acentuar em vez de desvalorizar.
- Um sistema de prestação de contas transparente, que faça circular a informação como meio de aumentar a participação das populações no acompanhamento da gestão autárquica.
- A obrigação de o Governo repor nos três anos subsequentes, eventuais e extraordinárias transferências inferiores ao previsto na Lei das Finanças Locais nos termos da lei de enquadramento orçamental.
- A existência de mecanismos de recuperação financeira que sirvam para ajudar os Municípios necessitados e não para lhes criar dificuldades acrescidas e encargos para as populações.

Para garantir que esses princípios venham a ter acolhimento na nova legislação, e para efetuar um virar de página que robusteça as autarquias locais, é fundamental continuar a mobilizar e a envolver os que acreditam que o Poder Local, sendo uma das conquistas de Abril, tem um papel essencial na construção de um futuro melhorado.”

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal parece que não conhece o Regimento da Assembleia Municipal, desconhece-o, vá ver o artigo n.º 30.º no seu ponto 2, o que é que diz sobre os Órgão e isso acho que é descabido, um Presidente da Assembleia Municipal não saber o próprio Regimento da Assembleia Municipal! Que é que andamos aqui a fazer?

É uma Câmara Municipal rota e uma Assembleia Municipal rota. Eu digo as coisas frontalmente, não tenho vergonha de dizer nada, se quiserem que me ponham na prisão, ou lá onde é que é, eu tenho liberdade para falar e eu sou frontal quando digo as coisas.

Primeiro devia haver informação e aquilo que disse aqui a minha também colega de profissão, pois também sou educador, as pessoas pensam que eu sou aqui um traste, mas eu sou educador também e a minha frontalidade é que me leva a isto, eu já disse aqui várias vezes, eu não vivo disto e por isso posso falar com toda a liberdade e é aquilo que vou falar.

A minha colega *Otília Lima* disse aqui o que se passava na Esproarte, eu perguntei ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e ele disse que nada podia dizer em relação à Esproarte, porque estava no foro da educação, ele está a chamar-me burro! Quem é a Artemir?! É a Câmara Municipal, eu fui vogal da Artemir.

Há alunos, há pais de alunos que vieram ter comigo a dizer que vão tirar de lá os seus filhos no 12.º ano, porque o curriculum está um curriculum decadente em termos de artes, decadente! É isto que eu tenho aqui a dizer, alto e bom som, o meu filho chega a casa às 20.00 horas e não toca música, ouçam todos.

Foi uma Escola que eu iniciei e que esta Câmara vai acabar com ela, tenho a firme certeza disso.

Outra coisa que tenho a dizer, é em relação e não está cá a Senhora Presidente, mas era isto que eu gostava de lhe dizer.

A Senhora Presidente na outra Assembleia Municipal disse-me a mim, está aqui na Ata: “Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *António Figueiredo*, dizer-lhe que também me parece uma falta de respeito enquanto os outros estão a falar estar sempre com comentários, aliás, quando eu estava a fazer a minha intervenção esteve sempre com comentários, que nada abonam para a dignidade que devemos ter na Assembleia Municipal. Relativamente ao loteamento da Sonae e à loja Tradimontana, também podemos dizer que há aqui, se for esse o caso, porque eu não ponho em causa a liberdade de expressão de cada um, nestes casos em particular existe também aqui algum envolvimento do Senhor Arquiteto, mais do que do Senhor Deputado *António Figueiredo* nas questões do urbanismo, que faz muito bem, mas que serão avaliadas pelos Serviços Técnicos e o Senhor Vereador *Orlando Pires*, Vereador responsável por esse serviço vai encaminhar a resposta relativamente às questões que colocou.”

Eu pedi uma informação à Câmara Municipal, vem assinada pelo Senhor Vereador *Orlando Pires*, eu acho que é o que manda no Urbanismo e vem assinada pelos vários Técnicos e também vem assinada pelo grande mestre de Arquitetura, o meu colega *Carlos Ortega*, que diz assim: “Não existem novos projetos das várias especialidades, não existe no processo de alteração o projeto de segurança contra incêndios, não existe no processo de alteração os projetos de água e esgotos, não existe, não existe... E a loja está a funcionar, está ilegal, eu vou meter um processo judicial contra a Câmara Municipal de Mirandela, porque isto é abuso, é crime.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

“Queria apenas apresentar três breves questões, que têm a ver com Mirandela, nem poderia ser de outra maneira.

Primeira questão:

Que se passa com os cães vadios a circular cada vez com mais frequência e em maior número, pelas ruas e jardins de Mirandela? Não têm resultado as medidas tomadas? Ou estas não são suficientes ou não estão adequadas. A realidade mostra-nos uma sujidade canina em vários espaços, bem como vários animais pela cidade, circulando abandonados, muitos deles parecem inclusivamente meigos e a precisar de afetos... Era urgente acabar com este flagelo! Para bem de todos, da saúde das pessoas, do turismo e até dos próprios animais.

Segunda questão:

Em dias de chuva, os atletas das camadas jovens do Sport Clube de Mirandela, como aconteceu ontem por exemplo, ficam privados dos seus treinos. As meninas jovens que queiram enveredar pela prática do futebol, não têm ainda condições para que essa seja desenvolvida pelo Sport Clube de Mirandela.

Sabemos que este Clube tem vontade de resolver estes problemas e até já manifestou essa disponibilidade junto da autarquia, isto é, do Executivo, nomeadamente através de um Vereador.

Por isso questionava: Qual o ponto da situação em relação à possível cedência do Pavilhão C da Reginorde ao Sport Clube de Mirandela? Há outras alternativas para ajudar este Clube e outros da cidade e do concelho, no conseguir equipamentos adequados ao desenvolvimento das práticas desportivas no concelho? Todos nós gostaríamos de saber se há e quais, ou se não existem, para além do que conhecemos.

Terceira questão:

Tem a ver com a entrada oeste da cidade e com a saída pelo Continente, para Vila Flor.

O arranjo da entrada oeste de Mirandela, que está contemplado no Plano e Orçamento, é apenas para ficar a meio do percurso ou vai continuar até à zona do Hospital?

E tem a ver ou não com o acesso à Ponte Açude/Europa, cuja ligação da av. Cidade de Orthez e esse acesso oeste na zona do Hospital estrangula o trânsito, em especial os autocarros e outras viaturas de maior dimensão?

Depois da Ponte Açude, ou seja, já na margem esquerda, que se passa com a Variante desse ponto, que corre pela cidade que já se tinha iniciado e eu há dias dei-me ao trabalho de verificar e não vejo nada, não sei onde é que está iniciada, que se passa com essa Variante desse ponto, fim da Ponte Açude, na margem esquerda, bairro onde fica o restaurante “O Goiano”, a ex fábrica das alheiras da família Rodrigues, ligação à zona do Continente? É para fazer? Quando? Que tipo de intervenção?”

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela *VITOR CORREIA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

“Eleito por esta Assembleia Municipal, em 29 de dezembro de 2017, como representante das freguesias no Conselho Cinegético e de Conservação da Fauna Municipal de Mirandela (CCM), a exemplo do que fiz em 26 de abril, cumpre-me prestar contas e informar a Assembleia Municipal sobre esta matéria.

Importa relembrar que o CCM não reunia desde o dia 08 de outubro de 2014 e que a nova composição deste Conselho tomou posse no dia 04 de abril de 2019.

A título informativo devo também lembrar que este Conselho Cinegético e de Conservação da Fauna Municipal é presidido pela Senhora Presidente da Câmara e constituído pelos seguintes vogais:

- Três representantes dos caçadores;
- Dois representantes dos agricultores;
- Um representante das Zonas de Caça Turísticas do Concelho;
- Um Autarca de Freguesia, eu próprio;
- E um representante do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, o organismo do Estado que tutela a atividade da caça.

[Handwritten initials and marks]

e, conforme decorre da Lei de Bases da Caça, tem como competências genéricas “*contribuir para o equilíbrio de interesses entre a atividade cinegética e as atividades agrícolas, florestais, pecuárias e de conservação da natureza para que a caça seja um fator de apoio e valorização do mundo rural e do desenvolvimento local regional.*”

Assim, o Conselho Cinegético e de Conservação da Fauna Municipal de Mirandela, durante o corrente ano de 2019, além de ter promovido diversas atividades com caçadores e entidades responsáveis pela gestão das Zonas de Caça do concelho, como aconteceu no dia 20 de agosto na apresentação “alargada” da Estratégia de Gestão Cinegética e Piscícola para o concelho de Mirandela, ainda reuniu formalmente mais duas vezes.

Esta Estratégia já tinha sido objeto de discussão na segunda reunião do Conselho, em 13 de maio, documento amplamente debatido e que recebeu importantes contributos dos presentes;

Nesta reunião foram também abordadas questões relacionadas com os Planos Anuais de Exploração (PAE) das Zonas de Caça Municipais do concelho e planeada a organização de um seminário sobre doenças em espécies de caça maior - Peste Suína Africana e Triquinose - com o propósito de esclarecer e informar os caçadores em geral e os responsáveis pela gestão das zonas de caça em particular. Este seminário, intitulado “Questões Sanitárias das Espécies de Caça Maior”, muito participado, teve lugar no dia 20 de setembro e foi conduzido pela Prof.ª *Madalena Vieira-Pinto* e outros docentes da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Na reunião de 18 de novembro de 2019, sob orientação da Senhora Presidente da Câmara Municipal, *Júlia Rodrigues*,

foi apresentada a versão melhorada da Estratégia de Gestão Cinegética e Piscícola para o concelho de Mirandela, bem assim como a minuta do Protocolo que lhe está associado e poderá vir a ser celebrado com as entidades responsáveis pela gestão das zonas de caça do concelho tendo em vista a implementação de boas práticas de gestão cinegética e da fauna piscícola;

foi ainda divulgada a 1.ª edição de um curso de formação relacionada com a sanidade e higiene das peças de caça, designado “Exame Inicial de Peças de Caça Menor e Maior abatidas”, que permitirá qualificar os formandos para a deteção de algumas patologias e prevenção da sua eventual transmissão aos consumidores;

e

foi também apresentado - para apreciação e recolha de opiniões - um pedido de esvaziamento da massa de água da albufeira da Ponte-Açude para realização de obras de manutenção do equipamento da mini-hídrica, tendo sido informados os membros do Conselho que o processo será encaminhado para as entidades competentes e devidamente acompanhado do ponto de vista técnico, assegurando que não irá interferir com o ciclo biológico da fauna piscícola e que os eventuais efeitos negativos serão também minimizados e acautelados.

Isto é o que me pareceu importante e pertinente trazer como informação a esta Assembleia e fico à vossa disposição.”

Boas Festas a todos e um Bom Natal.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Antes de mais queria lamentar o facto da Senhora Presidente não estar presente, porque efetivamente esta intervenção é mais direcionada para ela, mas espero depois obter uma resposta.

“Entendi trazer este tema à Assembleia Municipal, porque se trata de um assunto entre a Senhora Presidente da Câmara Municipal e o Presidente da Junta de Freguesia de Frechas e nada melhor que este local para clarificar a questão e para que possa ficar registada em Ata.

A Senhora Presidente da Câmara não fala verdade sobre o Presidente da Junta de Frechas, quando é questionada pelos meus fregueses e por alguns mirandenses sobre a minha desvinculação da Bancada do Partido Socialista.

A Senhora Presidente responde, que isto aconteceu porque o Presidente da Junta de Frechas exigiu o caminho até sua casa pavimentado, até ao mês de abril de 2019, e que a Câmara Municipal não o podia fazer. Isto é mentira. Repito, isto é mentira.

Mas é mais fácil dizer isto, do que dizer que o Senhor Vereador *José Miguel Cunha* não atendia o telemóvel, nem devolvia as chamadas desde o dia 15 de janeiro de 2019, até ao dia 26 de junho, véspera da Assembleia Municipal.

Ou, até mesmo, dizer que deixaram uma outra intervenção por concluir quando faltava apenas cerca de 50 cm para a sua conclusão, de que me foi já reconhecida razão por todo o Executivo, o seu braço direito, esquerdo e assessores e já passaram 12 meses e nada foi feito.

Ou, então dizer que para a Feira dos Ramos dá zero e para outros eventos e Feiras dá milhares de euros. Isto é que é a verdade das verdades, mas não vou falar de mais casos, porque esgotava aqui o meu tempo todo. É fácil falar mal de mim, difícil é fazer o que eu faço.

Senhora Presidente, nunca me ouviu falar na necessidade de pavimentar a rua que vai para minha casa, quem falou sobre este assunto foi a Senhora Presidente, que no dia 25 de junho pelas 18.30h no seu gabinete, com todo o Executivo reunido, com o Presidente da Junta de Frechas, afirmou, e repito afirmou, que seria pavimentada até setembro de 2019.

Inclusive, houve um Vereador que se mostrou solidário com o Presidente da Junta de Frechas e que me disse, que se não estivesse concluída a obra, até essa data que se demitia. Ora, ainda vejo aí sentados os três Vereadores.

Só me leva a concluir que era pura chantagem, no sentido de recuar com a minha decisão.

Mas mais, a Senhora Presidente já tinha falado sobre esta matéria, quando questionada pelo Senhor Vereador *Rui Magalhães* na Reunião de Câmara de 14 de março de 2019, que passo a citar: “*A obra precisa de um projeto, o caminho tem de ser pavimentado. Esta situação está a ser articulada com o Gabinete de Apoio as Juntas de Freguesias, Divisão de Obras do Urbanismo e com o Senhor. Presidente da Junta de Frechas*”. Fim da citação.

Com o Presidente da Junta ninguém articulou nada. Isto é falso. Então em junho já não precisava de projeto para ser feita a obra?

Desculpem mas depois destes factos fico tentado a comparar este Executivo com o anterior.

Se não vejamos:

O anterior Executivo após ser confrontado várias vezes sobre esta intervenção, nesta rua, nunca disse não. O facto é que também nunca fez, ou pouco fez, embora o tenha prometido sempre em campanha eleitoral.

Acabou por fazer 100 metros de calçada até à entrada da Quinta do Pinhal, que em meu entender, presumo que, foi para pagar um favor político, visto que tinha sido nesta quinta, feita a apresentação do candidato à Junta de Freguesia de Frechas.

Mas o empresário da Cunifreche e restantes moradores, não satisfeitos com esta decisão decidiram, e bem, reportar esta situação a vários órgãos da comunicação social.

Vou citar algumas respostas do anterior Presidente da Câmara à comunicação social.

Passo a citar:

À RTP - O problema está identificado e vai ser resolvido tão breve quanto possível.

À SIC - Tenho muita estima por estes dois empresários, (referia-se à Quinta do Pinhal e a Cunifreche). Se assim não fosse, não tinha gasto o elevado montante na eletrificação da rua.

À Radio Terra Quente - Como o empresário da Cunifreche diz, e muito bem, todas as ruas da Freguesia estão pavimentadas e esta também um dia será.

O empresário da Cunifreche, no mês de fevereiro de 2017, ano de eleições autárquicas, publica no facebook, uma entrevista do Mensageiro de Bragança, e a Senhora Doutora *Júlia Rodrigues*, no dia 15 de fevereiro fez o seguinte comentário e passo a citar:

“Em Frechas, o estado do acesso a duas empresas. Há muitos anos que moradores, trabalhadores, fornecedores e clientes não podem circular em segurança. Empresários reivindicam - e bem, a qualificação da via. São estes e outros entraves, que é urgente ultrapassar, nas nossas Freguesias.” Fim da citação.

Em 9 de março do mesmo ano, a Senhora Doutora *Júlia Rodrigues*, na sua página do Facebook, faz a seguinte publicação, e passo a citar:

“A cada 40 dias, como médica veterinária oficial, visitava esta exploração de coelhos. Já lá vão mais de 15 anos. Já na altura, um caminho tortuoso, custava chegar às instalações. A exploração crescia. Multiplicavam investimentos e melhores condições para os animais. Um trabalho diário de muitas horas e sem direito a férias. O esforço de um casal reconhecido como empresários de sucesso. Em Trás-os-Montes, numa freguesia de Mirandela - Frechas, crescia uma das maiores cuniculturas do País. Hoje com instalações bem diferentes de há 15 anos atrás. Mas ainda hoje, sem um acesso de 900 metros em condições. Queremos investidores, empresas, desenvolver a agricultura, criar e manter postos de trabalho. Teremos sempre que investir para que tenham condições atrativas para se instalarem, crescerem e criarem postos de trabalho. Em Mirandela, precisamos, com urgência, de acarinhar os empresários que temos. Precisamos de atrair novos investidores, instalar os empresários que temos. Precisamos de atrair novos investidores, instalar empresas e criarmos emprego!! Estamos a perder o comboio, porque já nem sequer param aqui.” Fim da citação.

E, eu pergunto: onde está o “Outro Caminho”, que tanto se falava?

A mim, mais me parece num beco sem saída.

Termino a minha intervenção com uma questão à Senhora Presidente.

Mas vou-lhe pedir um favor: que não me responda com uma resposta política, mas sim, com uma resposta convincente e plausível.

Senhora Presidente, agora que está no local certo e tem toda a legitimidade para fazer aquilo que tanto criticou, vai fazer a pavimentação na Rua da Manga do Prado, em Frechas?

Se sim, diga quando.

Se não, diga porquê.

Muito obrigado.

Aproveito para desejar um Santo e Feliz Natal para todos.”

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Antes de mais, boas festas, sob pena de não haver oportunidade de endereçar as boas festas a todos vós e às vossas famílias.

Senhor Presidente da Assembleia, esta Assembleia hoje, que até é feita num ambiente festivo, começo a pensar que ela está inquinada já desde a primeira hora!

Primeiro porque houve um Presidente de Junta que parou no tempo, porque já na Assembleia Municipal de dezembro do ano passado, o assunto do Cachão ficou resolvido. Má memória para o anterior Executivo e má memória para o Governo PS e má memória para esta Câmara Municipal.

E passo a explicar, se o Executivo PSD deixou que este problema fosse criado, o Governo PS demorou três anos a financiar um problema ambiental, se calhar se fosse em Lisboa fá-lo-ia logo, quer dizer que não quis, ora propagandeia o ambiente e depois perante uma emergência de saúde pública decretada pelo Tribunal, na sua primeira vez que toma conta do processo do ambiente do Cachão, decretou logo saúde pública, não foi problema de saúde pública nem para o Governo com dificuldades para a Câmara Municipal e depois resvala neste sentido e agora assistimos a uma intervenção fora de tempo, quando ela já está pura e simplesmente resolvida, felizmente.

Mas o que ressalvo nisto tudo, é que o Tribunal a primeira vez que toca no assunto do Cachão, declarou logo interesse de saúde pública e que aquele lixo tinha de ser retirado e que o Governo da Nação não conseguiu identificar e responder de igual forma.

Senhor Presidente da Assembleia, é verdade que a Senhora Presidente é a responsável número um pela Proteção Civil do concelho de Mirandela, mas era desejável que estivesse presente, preferiu abandonar esta Assembleia Municipal para estar na SIC em direto,

dá-lhe mais votos porventura, do que resolver os problemas com os seus Deputados, com os seus Presidentes de Junta, porque aqui já foram abordadas questões importantes.

O que me estou a aperceber é que há um Executivo PS que está a fazer coação política de toda a espécie e da pior forma sobre o Presidente de Junta de Frechas, quando há bem pouco tempo o Executivo acusou os Executivos do PSD que exerciam coação política sobre Presidentes de Junta que eram eleitos nos outros mandatos pelo PS.

Na altura distraí-me com a constituição de um inquérito, para abordar se essas questões e essas coações políticas que os anteriores Executivos do PSD faziam sobre os Presidentes de Junta PS, mas fica provado agora que este Executivo, da pior espécie, contra um homem que é eleito pelo povo na sua Junta de Freguesia, a Senhora Presidente da Câmara Municipal em vez de estar preocupada com o desenvolvimento do concelho de Mirandela, anda neste achincalhamento político, que é nisto que ela é boa.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Torre de Dona Chama *NUNO NOGUEIRA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Na qualidade de Representante das Freguesias do concelho na Comissão Municipal da Defesa da Floresta, eleito na Sessão desta Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2017, cumpre-me apresentar um resumo da atividade desta Comissão desenvolvida ao longo do ano de 2019.

Assim, venho informar a Assembleia Municipal que a Comissão teve cinco reuniões no corrente ano de 2019, sendo que a primeira se realizou a 31 de janeiro de 2019, com o propósito de informar sobre as alterações impostas pela recente publicação do Decreto-Lei n.º 14/2019 de 21 de janeiro, que procede à sétima alteração do Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho, e que veio clarificar os condicionalismos à edificação no âmbito do Sistema Nacional da Defesa da Floresta contra Incêndios.

Nesta primeira reunião foram então apresentados os novos elementos que passaram a integrar a Comissão, nos termos do n.º 14 do artigo 16.º do referido Decreto-Lei 14/2019 de 21 de janeiro, foi ainda apresentada a monitorização do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, relativamente ao ano de 2018, bem como o planeamento anual para 2019.

A segunda reunião aconteceu dia 15 de abril, tendo sido debatido e aprovado o Plano Operacional Municipal de 2019, foram ainda referidos os factos de que este ano já se poder contar com a Equipa de cinco Sapadores Florestais do Município e a Equipa de Intervenção Permanente da Corporação dos Bombeiros de Torre de Dona Chama, também com cinco elementos.

Ambos os Planos referidos encontram-se disponíveis no portal da internet do Município e a Comissão Municipal da Defesa da Floresta estará sempre disponível para prestar as informações ou esclarecimentos, que sobre esta matéria sejam entendidos necessários.

Na terceira reunião dia 24 de junho, a Ordem de Trabalhos era já a emissão de Pareceres vinculativos referentes à construção de novos edifícios fora das áreas consolidadas, tendo sido analisados quatro projetos e emitidos Pareceres favoráveis.

A 06 de novembro teve lugar a quarta reunião, com a seguinte Ordem de Trabalhos: Ajustamento pontual do desenho da rede da Defesa da Floresta contra Incêndios, os mosaicos, previstos no Despacho n.º 1222/B de 2018 de 02 de fevereiro, Proposta do Regimento da Comissão Municipal da Defesa da Floresta de Mirandela e a Proposta de Instrução dos Processos de Condicionalismos à Identificação de acordo com o artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho. Todos estes Pontos foram amplamente debatidos e aprovada a Proposta de Ajustamento dos mosaicos de gestão de combustíveis.

A quinta e última reunião realizou-se dia 10 de dezembro, tendo sido acolhidos os contributos para as Propostas que foram aprovadas por unanimidade, o Regimento da Comissão Municipal de Defesa da Floresta em Mirandela e de Instrução de Processos de Condicionalismos à edificação de acordo com o artigo 16.º como já referi.

Espero ter informado devidamente esta Assembleia Municipal e tê-la representado condignamente no seio desta Comissão Municipal da Defesa da Floresta.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Venho aqui de certa forma para me justificar, porque a Sessão de amanhã será diferente da de hoje, para mim pelo menos, queria justificar-me que tenho impreterivelmente de sair às 12.00 horas, independentemente de como decorram os trabalhos, a minha vida profissional não me permite estar aqui hoje, sou professor, sou Diretor de uma turma de ensino e tenho a minha reunião de avaliação hoje às 14.00 horas, por esse motivo não vou poder estar a partir dessa hora.

Depois para mim também é revelador já hoje, a incapacidade ou incompetência, chamem-lhe aquilo que quiserem, para mim prefiro incapacidade do Senhor Presidente da Assembleia ser capaz de gerir esta Assembleia Municipal, é mais que evidente para mim, já há muitíssimo tempo e amanhã tentarei também demonstrar isso, já estou a avisar.

Há algumas questões que queria colocar ao Executivo, já coloquei essas questões da anterior Sessão e acho que não me foi dada uma resposta que eu entendesse.

O Executivo pediu às Juntas de Freguesia que endereçassemos um ofício com o apanhado dos pontos de luz que seriam necessários em cada Freguesia, não sei qual foi ou qual é o resultado prático desse ofício, eu em relação à União das Freguesias de Franco e Vila Boa fiz o referido ofício, fiz o apanhado e não obtive qualquer resposta, fosse ela qual fosse.

Há outra questão que eu hoje para alguns ainda bem, para outros lamento, não vou poder estar mais tempo, e acho que isto ultrapassa a capacidade da Câmara Municipal, já há cerca de meio ano, que fiz um pedido para serem mudados vários pontos de iluminação em Vila Boa por uma questão de alargamento das ruas, isto perde todo o sentido e todo o efeito e é inadmissível que a EDP, não sei quem é que determina estes serviços, mas é inconcebível estar-se à espera um ano para que sejam mudados os pontos de iluminação para o sítio que deverão estar atualmente. Isto é inaceitável, não sei quanto tempo mais vou ter de esperar, a mim em termos pessoais não me faz diferença, mas se houve o alargamento das ruas porque os moradores assim o quiseram, agora estão lá os postes no meio das ruas.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esqueci-me de dizer mais uma coisa, posso falar novamente?

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Não.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Leva-a amanhã, não se preocupe.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Parabéns por essa linguagem Senhor Deputado. O Senhor dignifica esta Assembleia!

Eu não lhe dou a palavra Senhor Deputado.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) disse:
Pode mandar vir a Polícia.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Não lhe dei a palavra.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) disse:

Desculpe, o Senhor é que tem um vocabulário inaceitável. Chame a polícia, quem lhe deu autorização a si para por esta Assembleia antes das Assembleias das Juntas de Freguesia a que o Senhor estava obrigado a convocar?

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

O Senhor é um incorreto.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) disse:

O Senhor é que é um incorreto, não sabe aquilo que faz.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

O Senhor é indigno de estar aqui, infelizmente.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) disse:

Indigno é o Senhor. Mal-educado do c...

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Eu gostava de saber onde é que os Senhores Deputados vêm no Regimento ou na Lei n.º 75/2013 que nos rege, o direito de interromper as intervenções dos Senhores Deputados? Aonde leem o direito de importunar...

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Como o Senhor não cumpre o Regimento o nosso direito é o mesmo.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Posso falar Senhor Deputado?

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Não pode falar, porque o Senhor não cumpre o Regimento, é a mesma coisa.

----- O Senhor Deputado Municipal *LUÍS MOSQUEIRO* (PS) disse:

Senhor Deputado, o Senhor também não cumpre o Regimento, o Senhor também está sempre a intervir

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Cale-se.

----- O Senhor Deputado Municipal *LUÍS MOSQUEIRO* (PS) disse:

E o Senhor cale-se igualmente também, seja mais educado

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Você é um troglodita.

----- O Senhor Deputado Municipal *LUÍS MOSQUEIRO* (PS) disse:

E você é um bandalho.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Sou um bandalho? Está aqui toda a Assembleia como testemunha, eu vou pôr-lhe um processo em Tribunal por difamação.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhor Deputado, quando lhe der a palavra o Senhor fala, quando não der está calado.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, se não há condições para continuar, suspenda a Sessão.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Como sabem a Mesa responde pelos seus atos em Plenário nesta Assembleia, as opiniões individuais, cada um tem as que tem, eu também tenho opinião sobre o desempenho de muita gente, mas por uma questão de educação, fecho-me com elas.

Eu continuo a dizer que o Regimento foi feito por um grupo de trabalho, em que eu estava incluído, conheço-o perfeitamente, a interpretação a esse Regimento é suscetível de ter várias interpretações, tenho a minha e respondo a qualquer crítica sobre essa eventual interpretação.

Mas volto a repetir, alguém aqui disse que estava inquinado, não é por parte da Mesa, a Mesa desde a primeira hora que diz que aqui é daltónica, não há azul, nem vermelho, nem rosa, nem laranja, não há, tentamos fazer o nosso melhor, agora, quando alguém se reserva no direito de se substituir à Mesa, interromper e importunar, eu pergunto a esse alguém, com todo o respeito que lhe tenho pessoal e também político, qual é a ideia?

O Senhor Deputado *Paulo Pinto*, na hora certa fez-me uma crítica, muito bem, eu cá estou para lhe responder, agora importunar esta Assembleia de uma forma avulsa, baseado em quê? Em que Lei? Em que Regimento? O que é que se pretende? Destabilizar? Nós não estamos aqui com o intuito de resolver os problemas do nosso concelho? Ou agora a Mesa é um “bode expiatório” para alguma coisa?!

Meus Senhores, eu continuo-vos a dizer, vocês têm plenos poderes de fazer, se assim entenderem, uma Moção de Censura à Mesa, façam favor, nós respeitamos democraticamente qualquer decisão do Plenário.

Até lá, respeitem esta “Casa”.

----- O Senhor Deputado Municipal *LUÍS MOSQUEIRO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

O tema que me traz aqui é sobre a educação.

“A educação deverá ser, aos olhos de todos os poderes, um desígnio quer local, nacional, europeu e mundial.

Os investimentos na educação são as poupanças, no futuro, nas áreas da saúde, do civismo, da segurança, etc.

Sabemos que, para o Município, terá sempre grandes desafios só pelo facto de manter a universalidade e a equidade, fomentando a igualdade de oportunidades nos processos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos.

Estão em carteira 3 desafios:

1.º Desafio que ainda está a decorrer e é presente - obras em curso;

Escola Básica Luciano Cordeiro, com um investimento de 815 mil euros;

Escola Básica n.º5, Mirandela (Fomento), com um investimento de 1.243 mil euros;

Escola Básica n.º3, Mirandela (Convento) com um investimento de 1.256 mil euros;

Escola Secundária de Mirandela, com um investimento de 3.386 mil euros.

a) 1.ª Questão - Foram aplicados todos estes valores da adjudicação das escolas, 1.º ciclo e secundária?

b) 2.ª Questão - Que outros investimentos, não previstos, foram realizadas? Qual foi o valor da comparticipação do Município nestas obras?

c) 3.ª Questão - Este processo de requalificação das escolas fica, com garantia, concluído até dezembro de 2019, já que estamos a 20 de dezembro?

2.º Desafio, de futuro. Descentralização de competências que a autarquia vai ter que aceitar, obrigatoriamente, no próximo ano letivo.

O parque escolar deste concelho é constituído por:

5 Unidades orgânicas do pré-escolar, Avidagos, Frechas, Convento, Praça do Mercado, Fomento, Passos, Romeu e Torre de Dona Chama;

4 Unidades orgânicas de 1.º ciclo, Convento, Fomento, Luciano Cordeiro, Pereira e Torre de Dona Chama;

3 Unidades orgânicas de 2.º e 3.º ciclo, Luciano Cordeiro, Escola Secundária de Mirandela e Torre de Dona Chama;

1 Unidade orgânica do secundário;

1 Residência de estudantes.

As unidades orgânicas não é sinónimo de uma só estrutura física edificada. Existe muita área coberta, mas existe muito mais área sem estar coberta.

Neste Mega agrupamento temos, então:

13 Unidades orgânicas;

2300 alunos;

Nas 13 unidades existem outras necessidades prementes que já se encontram diagnosticadas, e muito bem, há já algum tempo:

Escola Luciano Cordeiro:

- Cantina (obras na cozinha e eletrodomésticos)
- Cobertura do refeitório — Retirar fibrocimento. Está sem qualquer proteção
- Cobertura até ao bloco do 1.º Ciclo (cerca de 150 metros)
- Cobertura para o recreio do 1.º Ciclo
- Caixilharia em toda a escola
- Cobertura em toda a escola (Retirar fibrocimento)
- Rede informática (manutenção e reforço)
- Computadores e Videoprojetores
- Mobiliário muito antigo
- Gimnodesportivo (Precisa de manutenção e de equipamentos)
- Espaço desportivo exterior (Reprovado pela equipa de certificação)

d) 4.ª Questão: Estando em andamento o processo de transferência de competências da educação para as autarquias, em que condições vai ser feita a referida transferência, depois do levantamento das necessidades enumeradas? Que estratégia existe, por parte do Executivo, para que estas necessidades sejam colmatadas?

3.º Desafio - Divisão do mega agrupamento em 2 agrupamentos de escala razoável.

Uma das primeiras Cartas Educativas, elaborada nesta Assembleia, era a existência de 3 agrupamentos, face a este concelho com as unidades orgânicas muito dispersas entre si.

Ainda, a inexistência de sensibilidade para os assuntos relacionados com a educação, maximizado com a vontade de poder e minimizado com a impotência negocial, não podia ser pior, e foi criado um Mega Agrupamento, prejudicial ao percurso escolar dos nossos alunos.

Bragança tem 3 agrupamentos e a área não é muito diferente. Como é que aconteceu?

Quando se fala em educação existem 3 conceitos, palavrões para além de outros, a ter em conta:

Sucesso;

Abandono;

Indisciplina.

Estes conceitos caminham lado a lado.

O sucesso é legislado. As medidas economicistas legislam no sentido de ninguém ficar retido. Hoje, o saber ou não é indiferente.

O abandono é combatido com outros percursos escolares e pelo caminho do facilitismo.

A indisciplina é cada vez mais um grave problema e, a nível nacional, a 3 meses do primeiro período, já se registam 250 queixas-crime. Este problema é transversal ao nosso agrupamento e agudiza-se face à dimensão do agrupamento.

Este mega agrupamento, conforme está desenhado, contribui, por um lado, a um elevado nível de degradação material e, por outro lado, para um maior fosso entre níveis de escolaridade. E, os números não são tão simpáticos como querem fazer crer, senão vejamos:

Nível físico

- O Encerramento da cantina da Escola Luciano Cordeiro deve-se a uma consequência da enormidade do agrupamento. Diagnóstico das necessidades enumeradas anteriormente;

- Com a divisão, atempadamente, os problemas e as necessidades seriam mais rapidamente diagnosticadas e resolvidas, sem dúvida;

Nível pedagógico

- Este agrupamento está no lugar 433 num ranking a nível nacional, do secundário, de 600 escolas. Qual a razão de ocuparmos este lugar?

- Quadros de excelência, iniciativa brilhante. Mas, se olharmos para o verso dos números, é preocupante.

Quadro de excelência do 1.º ciclo - 400 alunos

Quadro de excelência do ano, secundário - 20 alunos

Vem o exame nacional, para acesso ao ensino superior universitário, e só 5 é que entram no ensino universitário, para a 1.ª prioridade. Só 5 é que conseguiram manter a nota superior a 18 valores.

Esta desgraça da transferência de competências, pode-se tornar numa oportunidade de corrigir a mão da péssima decisão do desenho do mega agrupamento.

e) 5.ª Questão: Está este Executivo disponível, conjuntamente com Conselho Municipal da Educação, antes da aceitação da transferência de competências e para bem da formação de todos os nossos alunos, para negociar a reversão do mega agrupamento para, pelo menos, 2 agrupamentos? Convicto de que Mirandela já perdeu muitas valências, face ao concelho de Bragança, não estaria na hora de as voltar a conquistar?"

[Handwritten initials and marks]

Sabemos que a Educação é um dos pilares fundamentais do desenvolvimento da nossa região e do país. A Educação como meio singular capaz de responder aos desígnios dos munícipes e de toda a sociedade, no sentido de se alcançar uma sociedade justa e esclarecida onde o sucesso ou insucesso dos seus resultados escolares não está na origem de cada um.

Trata-se de um desafio permanente e uma tarefa nunca acabada. A Câmara Municipal de Mirandela, continuará, também no âmbito do novo quadro de competências das autarquias locais, a promover a oferta pública de ensino básico e secundário, que assegura o cumprimento da escolaridade obrigatória pelas crianças e jovens em idade escolar e visa a universalidade da educação pré-escolar, tendo em conta a equidade territorial e a solidariedade intermunicipal e inter-regional no planeamento das ofertas educativas e formativas, na formação dos agentes educativos, na oferta universal das atividades de apoio à família, na ação social escolar, fomentando a igualdade de oportunidades nos processos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos, através do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE), contribuindo para a construção de uma visão positiva sobre a escola.

Pretende com certeza a Câmara Municipal de Mirandela continuar numa aposta segura na escola pública, para continuarmos a evoluir sem deixar ninguém para trás, no sentido de ultrapassar os constrangimentos da situação de cada um.

Verificamos que o Concelho de Mirandela dispõe de um vasto parque escola, disperso por algumas Freguesias (pena é que não seja em todas as Freguesias, devido à baixa densidade populacional). Num total de 12 unidades orgânicas:

Este vasto parque escolar, constituído por 2300 alunos, 350 professores, 14 assistentes técnicos e 74 assistentes operacionais que formam um “mega agrupamento”.

Estando em andamento o processo de transferência de competências da educação para as autarquias, está a Câmara Municipal de Mirandela a pensar propor a formação de 2 agrupamentos, de forma a promover o sucesso e o abandono escolar?

O Processo de requalificação das Escolas do Concelho de Mirandela fica Concluído até dezembro de 2019?

Foram gastos estes Valor da adjudicação das escolas (1.º Ciclo e Secundário)?”

----- O Senhor Deputado Municipal *JOSÉ CARNEIRO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Tenho uma pergunta para fazer à Senhora Presidente da Câmara.

Qual é o ponto de situação em que se encontra o Museu de Curiosidades do Romeu? Se já há algum desenvolvimento? Qual é a hipótese que há de revertermos a situação e se é possível?

Desejo a todos um Bom Natal e um Bom Ano.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOSÉ TROVISCO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

“Venho hoje falar sobre dois temas de suma importância para o concelho de Mirandela e dos seus munícipes: a revisão do PDM (pelo desenvolvimento sustentável que comporta) e a Iluminação pública (pela segurança e bem estar dos cidadãos).

PDM-Mirandela

Um Plano Diretor Municipal, enquanto instrumento de gestão do território de âmbito concelhio, visa, fundamentalmente, regular o uso e a ocupação do solo, sendo ainda o referencial para a elaboração de outros planos municipais.

Mas a aplicação deste instrumento pressupõe a sua plena e adequada funcionalidade, sem condicionantes, ajustado à realidade concelhia, que lhe confira eficácia e rigor. Em suma: “Um PDM feito à medida”.

No entanto, um PDM estará sempre desatualizado, tais são as dinâmicas de transformação do território e da inovação das ferramentas tecnológicas que lhe servem de base, bem como a falta de alguns mecanismos de gestão (uma cartografia base de maior detalhe e um cadastro predial vetorial da propriedade, que permita medir e gerir territórios), são dois bons exemplos.

Entendo, apesar disto,

Que a preocupação de elaborar um PDM mais adequado está bem patente na redação das intenções, intenções expressas no REOT e outros documentos oportunamente apreciados por esta Assembleia, conduzindo a que esta 2.ª revisão possa vir a ser considerada um referencial no desenvolvimento do Município a partir de julho 2020 e por um período de 10 anos.

Assim, destaco

- O formato editorial, promoção e apresentação do modelo, com sessões públicas de esclarecimento e outros canais de difusão, que lhe mereceu uma elevada resposta dos munícipes (mais de 150).
- A elevada adesão e resposta dos munícipes (mais de 150) no decurso do período de participação pública preventiva, com sessões na Torre Dona Chama (zona Norte) e Avidagos (zona Sul), envolvendo:
 - Membros da Assembleia;
 - Presidentes de Junta;
 - Técnicos da Câmara nas áreas do Urbanismo, Obras Municipais e Fiscalização;
 - Munícipes.

Parabéns por isso ao Executivo pela forma como conduziu este processo, em prol de uma gestão do território mais coesa célere e eficaz. E por, também aqui, fazer diferente e fazer melhor.

Quanto ao PLANEAMENTO, deixo as seguintes questões:

Ponto1. Qual vai ser a posição do executivo na definição das UOPG-Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, nomeadamente a criação de uma NOVA Zona Industrial, que permita a instalação de grandes empresas, exigentes de áreas que a atual Zona Industrial não dispõe?

Ponto2. Que áreas especiais está o Executivo a reservar para equipamentos, áreas verdes e de lazer?

E aqui destaco os equipamentos desportivos, que considero serem uma prioridade pelas repetidas vezes em que, de uma forma quase anónima e surpreendente (mas merecedora), o nome de Mirandela é colocado no topo do mundo por atletas de diferentes modalidades e escalões. Para eles aqui deixo o registo do nosso apreço.

Iluminação Pública

Sim, a rede pública de iluminação ainda tem muito para melhorar, conforme se verificou agora, mas também aqui o Executivo merece uma palavra positiva, ao tomar em mãos um processo de transformação da cidade que é a iluminação pública.

Conforme amplamente difundido, o Município - em articulação contratual com a EDP, encetou o processo de reabilitação e eficiência energética na Iluminação Pública na Cidade de Mirandela, que prevê até 2020, a substituição de 1.781 das 3.284 luminárias convencionais por luminárias mais eficientes de tecnologia LED (eg. Díodo Emissor de LUZ).

Mas, e o que dizer das restantes cerca de 50%?

Esta medida, que incorpora um elevado investimento inicial como pode ler-se no contrato de adjudicação celebrado em 17/7/2019 e nas verbas orçamentadas para 2020, tem uma elevada importância em termos de mobilidade segura e desconforto para os utentes, cobrindo já grande parte das áreas metropolitanas de Mirandela e da Torre, e prevendo estendê-la a breve prazo aos restantes núcleos urbanos.

Finalmente,

- Tendo em conta o real impacto na eficiência energética e a redução da emissão de gases com efeito estufa numa altura de debate das questões globais de clima e ambiente;
- Estimando-se uma redução do consumo energético e respetivos custos em 62,4%;
- Estimando-se que a medida vai permitir uma poupança de cerca de 100 mil euros anuais;
- Considerando notória a melhoria das condições de iluminação nos locais já contemplados,

Pergunto:

- I) Já existem indicadores da real poupança energética e da real redução de custos de utilização?
- II) Sendo esta medida considerada uma “*primeira fase da operação Reabilitação e Eficiência Energética na Iluminação Pública da cidade*”. Qual o ponto de situação deste processo de implementação da eficiência energética em todo o concelho de Mirandela?”

Boas Festas.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Gostaria de apresentar a todos um voto de Boas Festas e às vossas famílias, atendendo à quadra festiva em que nos encontramos.

Vi uma publicação da Rádio Terra Quente, que dizia o seguinte: “Câmara Municipal disponibiliza transporte gratuito, para rastreios no IPO.” E aqui chegado questiono-me, o que é que isto tem de notícia? Sendo uma coisa que já era feita no passado, é uma coisa normalíssima, que grande parte dos Municípios fazem e eu venho aqui falar nisto porque, há cerca de um ano vim aqui fazer um pedido ao Executivo Municipal, que deveria equacionar no seu Plano de Atividades, a possibilidade de prestar a todos os doentes oncológicos, não só para os rastreios, mas sim a todos os doentes oncológicos, a possibilidade de lhe prestar transporte gratuito para o IPO.

A Senhora Presidente na altura respondeu-me que a Senhora Vereadora *Vera Preto* e a Câmara Municipal estaria articulada com os Centros de Saúde e que esse serviço seria prestado se alguém o solicitasse ao Município, pelo menos assim fiquei a entender na altura a resposta que a Senhora Presidente me deu.

A minha questão coloca-se novamente, eu quando vi esta notícia pensei que efetivamente se referia a isso e quando li a notícia percebi que era apenas para irem fazer o rastreio, como já era habitual, ou seja, nada de novo.

Também me questiono aqui sobre algumas situações e vendo aqui com bons olhos o trabalho que a Rádio Terra Quente faz e outros órgãos de comunicação social concelhios, distritais e até nacionais prestam à população em geral, sei também que e registo eu pessoalmente, registo com agrado, saber que a Câmara Municipal aumentou a subvenção dada à Rádio Terra Quente, por força do serviço que vai prestando e sabemos que numa zona de baixa densidade, estes órgãos têm alguma dificuldade em se manterem, se isto efetivamente não poderá ser um perturbador da liberdade editorial, destes mesmos órgãos de comunicação social?

É que há coisas que me parece que não são notícia e elas aparecem como notícia e na realidade não são notícia. Isto é também um “recado” naturalmente para os meios de comunicação social, para que não se deixem arregimentar pelas subvenções, obviamente que elas lhe farão falta, mas que a sua liberdade editorial não seja perturbada.

Renovo o voto de Boas Festas.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

A ver se o espírito natalício traz aqui um bocadinho de prosperidade para esta Assembleia e de alguma forma a ver se o ambiente se torna um pouco mais saudável e mais salutar de parte a parte, que é o que era desejável.

[Handwritten initials and marks]

Queria em primeiro lugar deixar aqui uma nota, quando vi hoje o cidadão que veio aqui fazer a sua intervenção, julgava eu que ele vinha perguntar à Senhora Presidente como é que estava o seu sonho, o seu desejo para o Cachão, era isso que eu pensava que um habitante e uma pessoa atenta da localidade, viesse questionar o Executivo e não vir aqui fazer uma intervenção política, como foi feita, descontextualizada e de alguma forma que em nada, vamos ser realistas, trouxe de positivo para a Assembleia.

Eu acho que nas Reuniões de Câmara há uma inscrição prévia para o público que quer fazer uma intervenção e nomeadamente, tem de partilhar o tema e seria desejável que nas Assembleias Municipais o mesmo também acontecesse. Porque assim fazia-se a filtragem do assunto e via-se se o assunto efetivamente tem um enquadramento ou não no Ponto que é destinado ao público, que é um Ponto para fazer perguntas ao Executivo Municipal.

Deixo esta recomendação ao Senhor Presidente e também a esta Assembleia, que se possa rever esta questão em termos regimentais, porque depois acaba por trazer para a Assembleia este mal-estar como acabou por ser visível.

Em segundo lugar queria partilhar com os colegas uma coisa, eu recebi uma carta na semana passada registada da Câmara Municipal, nomeadamente, que me foi endereçada pelo Senhor Vereador legitimado para o fazer, mas queria partilhar isto convosco porque penso que é um assunto que é extensivo a todas as Freguesias.

Cedões tem um polidesportivo, como vocês também têm, mas é um polidesportivo, como eu já tive oportunidade de dizer na Comissão Municipal do Desporto, que é da Câmara Municipal, ou seja, não há nenhuma transferência do polidesportivo para a Freguesia, não há nenhum Protocolo entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia para que nós possamos fazer o uso e a gestão daquele espaço e isto limita-nos em muito, só para termos uma ideia, de que a Junta se quiser fazer um seguro daquele espaço, para acautelar as atividades que lá desenvolvem, não o conseguimos fazer.

Eu levantei esta questão num Conselho Desportivo Municipal, penso que há um ano, que é preciso resolver esta questão, isto porque eu na semana passada recebo esta carta em que a Câmara Municipal me vem obrigar a substituir o parque infantil que lá está e a colocar lá as placas de sinalética que são obrigados a colocar por Lei.

O que eu respondi ao Senhor Vereador *José Cunha*, é que o polidesportivo e o parque infantil é da Câmara Municipal, não é da Junta de Freguesia e da mesma forma como ele me dirigiu a carta, eu agora também vou estar atento se a Câmara Municipal irá cumprir aquela obrigação, porque compete à Câmara Municipal fazê-lo porque a propriedade do parque infantil é da Câmara Municipal e não da Junta de Freguesia.

Queria partilhar isto convosco, porque julgo que o problema é transversal a todo o concelho e é preciso resolvermos isto, se os polidesportivos e os parques infantis passarem para a alçada das Juntas de Freguesia, as Juntas de Freguesia terão de obrigatoriamente fazer isso, até lá a competência é da Câmara Municipal.

Um terceiro ponto, relativamente à iluminação pública, é repetido nesta Assembleia e surpreendeu-me ver aqui uma intervenção a vangloriar-se alguém de que andam a ser substituídas as lâmpadas e as aldeias?! As pessoas não acompanham o que está a acontecer aqui nas últimas Assembleias, há cerca de sete ou oito Sessões a esta parte? Que não há melhoria na iluminação pública das aldeias, o problema do Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *Paulo Pontes*, é o meu problema, eu fiz um levantamento das necessidades de iluminação e entreguei ao Município.

Tive uma reunião com a Senhora Presidente da Câmara em que me disseram que está orçamentado em cerca de sete mil euros, então vamos deixar que as pessoas sejam atropeladas na rua? Quanto é que isto custa à Câmara Municipal? Mirandela é cidade e o resto é paisagem?! O que é que se passa nas nossas aldeias? Eu gostava que cada Presidente de Junta viesse aqui expor esse problema e se calhar amanhã é uma altura oportuna para fazê-lo, mas essa discussão deveria ter sido feita antes desta Assembleia que está a decorrer hoje.

Não se gabem daquilo que está a ser feito na cidade, porque o que está a ser feito na cidade é ao abrigo de um Protocolo e o que se está a passar nas aldeias? Estamos com um tempo de espera de dois e três meses para substituir uma lâmpada fundida, temos novos pontos de iluminação pedidos, com o levantamento feito há mais de um ano e meio e temos zero respostas. Então não há Protocolo para isto? A EDP para isto não tem dinheiro?!

Eu quando vejo aqui alguém vir falar na melhoria e falar disto de alguma forma de “alma cheia”, não conhece a realidade do concelho, vá às nossa aldeias ver o que se está a passar neste momento.

Para terminar, queria partilhar também convosco uma reunião que tive com a Senhora Presidente, é uma sugestão que lhe deixei e quero partilhá-la também com os colegas.

Há obras que decorrem na localidade, são legítimas e ainda bem que existem, que os privados invistam, só que acho que as Juntas de Freguesia têm de ter conhecimento de que as obras são realizadas, há licenças de construção que são emitidas, ao abrigo dos instrumentos legais do licenciamento, mas quando se trata de ocupação de via pública, essa informação devia transitar para as Freguesias para nós sabermos se a pessoa tem ou não legitimidade de ocupar o espaço, que muitas vezes é pequeno e também saber se a reposição dessas infraestruturas, que muitas vezes são prejudicadas pelos trabalhos, acabam ou não por estar acauteladas pelas obras. É este contributo que eu vos queria deixar, daquilo que resultou da reunião que tive com a Senhora Presidente, que eu acho que é um problema também que nos afeta a todos.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS VENTURA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

“Quero em primeiro lugar, desejar a todos umas festas felizes e um Excelente Ano de 2020.

Acordamos hoje com o nosso rio Tua a ultrapassar as suas margens nalguns locais e a provocar danos aos nossos municípios e empresários.

Estou certo que a Câmara Municipal de Mirandela fará tudo para aliviar esta situação, até prestar esclarecimentos à comunicação social nomeadamente às televisões.

Temos lido com a atenção as Atas das Reuniões da Câmara Municipal e existem algumas questões que necessitam um esclarecimento mais aprofundado por parte do Executivo.

É verdade que:

A Câmara Municipal de Mirandela recrutou um trabalhador que pertence aos quadros da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte no regime de mobilidade interna entre serviços, sem ter publicitado o procedimento concursal por mobilidade na Bolsa de Emprego Público e na página eletrónica do Município de Mirandela, como o exige a Lei desde 2017?

É verdade que:

A Câmara Municipal de Mirandela está a funcionar sem uma Norma de Controlo Interno do POCAL atualizada e em conformidade com a alteração da estrutura orgânica aprovada já neste seu mandato?

É verdade que:

A Câmara Municipal de Mirandela tem atribuído subsídios a Comissões de Festas que não estavam à data legalmente constituídas? E que para contornar essa questão tem atribuído esse apoio financeiro por intermédio de Juntas de Freguesia ou de associações culturais e recreativas?

É verdade que:

O registo de interesses da Senhora Presidente e dos Senhores Vereadores em Regime de Permanência ainda não se encontra publicitado no portal do Município como prometeu?

É verdade que:

Os procedimentos concursais para dirigentes intermédios de 2.º grau aparentemente não terão tido qualquer desenvolvimento desde que foram abertos, estando os atuais dirigentes intermédios, nomeados em regime de substituição em março de 2018, quando por Lei os procedimentos deveriam ter sido abertos no prazo máximo de 90 dias úteis?

É verdade que:

A Câmara Municipal de Mirandela não prevê no Orçamento e PPI de 2020 qualquer intervenção de estabilidade das pontes de Mirandela sugeridas pelo relatório efetuado resultante da vistoria às pontes?

É verdade que:

A Câmara Municipal de Mirandela não se tem mostrado muito interessada em realizar alguns investimentos que resultaram dos Orçamentos Participativos de 2016 e 2017, em particular os campos de ténis?

É verdade que:

O Museu de Curiosidades do Romeu pode não ser classificado como de interesse público ao abrigo do Regulamento de Reconhecimento de Estabelecimentos e Entidades de Interesse Histórico e Cultural ou Social do Município de Mirandela?

Para finalizar e porque tomei conhecimento há pouco pelo Senhor Presidente da mesa que o que o Deputado *Agostinho Beça* cessou suas funções de líder da Bancada do PS desta Assembleia, gostaria neste momento realçar a correção que sempre teve para comigo e de uma forma geral para com todos, quanto ao seu substituto, o Deputado *Rui Pacheco* estou certo estará à altura destas suas novas funções, com correção e elevação porque na vida e na política... não vale tudo... mas é que não vale tudo mesmo..."

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO* disse:

Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Suplementarmente a pedido e ao abrigo do artigo 37.º do Regimento da Assembleia Municipal de Mirandela, é dada a palavra ao Senhor Deputado *António Figueiredo* em defesa da honra.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Senhor Deputado Municipal do Grupo Municipal do PS, chamou-me bandalho e nesse sentido vou requerer ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que me envie a gravação desta Assembleia para eu entregar ao meu Jurista, para colocar o Senhor Deputado em Tribunal.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Após este Período de Antes da Ordem do Dia, há algumas questões que têm a ver com a Mesa e com o Presidente da Mesa, eu vou ser breve, mas tenho de referir mais uma vez o seguinte:

Em relação à questão que o Senhor Deputado *António Figueiredo* levantou sobre o artigo 30.º do Regimento, que eu conheço bem, a Mesa sabe que o público não pode fazer intervenções puramente políticas, ora, estão carregadas de intenções políticas quaisquer intervenções que aqui se façam e eu, embora no início registasse de facto havia uma questão demasiado política, depois constatei que o importante era uma questão colocada à Senhora Presidente. Mas isto é uma questão de interpretação e nada, nada, penso eu que nada, justifica o elevar da voz, o interromper a Assembleia Municipal por questões desta natureza e porquê?

Eu tenho de vos lembrar, já que me "atiram" com os artigos do Regimento, que todos nós temos deveres aqui na Assembleia..., e eu vou ler aqueles dois ou três que são fundamentais e dizem o seguinte: deveres dos Membros da Assembleia, no n.º 3 do artigo 63.º:

- "c) Respeitar a dignidade da Assembleia e dos seus membros "d) Observar a ordem e a disciplina fixadas no Regimento e acatar a autoridade do Presidente; da Mesa da Assembleia;

- e) Desempenhar os cargos para que forem designados e executar as tarefas que lhes forem Confiadas."

Estamos aqui para isso ou não? Porque se não estamos aqui para isso, eu penso que não estamos de facto a respeitar este Órgão, para o qual todos nós fomos eleitos pelos mirandelenses, não tem sentido, porque depois e eu tenho que referir aqui também um outro artigo, que não me canso de repetir e que diz assim: "Das deliberações da Mesa da Assembleia Municipal cabe recurso para o

Plenário.”, o que é que isto quer dizer? A Mesa não age bem, o Plenário decide sobre o que deve fazer com a Mesa. Agora estar a ouvir em quase todas as Sessões de que a Mesa é que é a responsável pela indisciplina...!!! eu sei que nesta função estamos expostos a tudo isso e eu sei que embora com sacrifício e paciência temos de respeitar as opiniões de cada um, mas as opiniões terão que ser fundamentadas.

Eu peço aos Senhores Deputados que destabilizam, que tenham a coragem política de colocar a questão ao Plenário, de uma vez por todas, ou então que se calem, porque isso é que é dignidade. Agora, vir do “alto” interromper uma Sessão, a quem não foi dada a palavra, de uma forma completamente destituída de qualquer elegância e responsabilidade, não sei como é que todos nós permitimos isso.

Que terminem estas atitudes de uma vez por todas, se o problema está na Mesa, não seja por isso, nós e eu repito, democraticamente acataremos as decisões do plenário. A Assembleia Municipal, através de qualquer dos seus membros pode pedir aqui a alteração dos elementos da Mesa..., pois se assim se entender que o façam, isso sim, é uma forma digna de agir..., mas há coisas que devem vir do berço e uma é a educação e a correção. Assumir os cargos para que somos eleitos de uma forma exemplar e correta é a nossa missão senhores deputados, porque se não, não tem razão de ser a nossa estada aqui.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Antes de iniciar gostaria de justificar a minha ausência por um curto período de tempo nesta Sessão. Saí desta Sessão porque o interesse das populações face ao que aconteceu hoje desde o início da madrugada, a Coordenadora do Serviço Municipal de Proteção Civil teve hoje um compromisso inadiável, que a impede de estar em Mirandela e eu como Autoridade Municipal de Proteção Civil fiz o meu dever, não desrespeitando a Assembleia Municipal, que ficou devidamente representada.

Também para vos informar, existem algumas situações que têm sido reportadas pela Proteção Civil no concelho, em Mirandela desde as 04.00 horas que houve uma subida do caudal do rio que galgou as margens, foi impedido o trânsito em algumas ruas, essencialmente no Parque do Cardal, algumas viaturas que se encontravam estacionadas houve o reboque de uma delas, as outras o proprietário não acatou as ordens da Proteção Civil e sob a sua responsabilidade, manteve os carros estacionados. Algumas viaturas eram da empresa que está em Mirandela a fazer a montagem da fibra ótica, não foi possível contactá-los e mantiveram-se no local.

Neste momento, é previsível o desagravamento das condições atmosféricas e uma vez também que este aumento do caudal se deveu também às descargas a montante.

De salientar aqui o excelente trabalho desempenhado pela Proteção Civil Municipal, pelos Bombeiros Voluntários de Mirandela e da PSP de Mirandela, os quais todos em conjunto estão no terreno a trabalhar para que as pessoas estejam em segurança.

Relativamente ao concelho, tivemos um problema com uma árvore no adro da igreja, neste momento já está lá a Equipa de Sapadores Florestais para evitar a queda e que o corte seja feito com acompanhamento, entre a Longra e o Carvalhal um talude desabou, em Valverde a queda de uma árvore provocou o corte das estradas, no Romeu também foi um talude que desabou e neste momento também está lá a “Casa Menéres” a ajudar na situação de permitir o trânsito, temos também um pequeno troço de estrada para Barcel que está submerso, neste momento temos a Proteção Civil no local, para sinalizar este troço. Isto foi um resumo de todas as situações, houve danos materiais, os prejuízos ainda estão por calcular.

Assinalo o esforço que no terreno está a ser feito, estão muitas viaturas, muitos homens a trabalhar para que as pessoas estejam em segurança, essa é a nossa responsabilidade e esse é o nosso dever, nesse sentido, agradeço a vossa compreensão pela minha ausência nesta Assembleia Municipal, mas o interesse público e o serviço público é um dever de todos nós.

Gostava de vos dizer que em relação à Esproarte, existe uma forte aposta da Câmara Municipal na qualidade, concordo que seja o *ex libris* de Mirandela, que passou por momentos muito complicados, todos sabemos que os professores tinham alguns meses por receber, neste momento e por um acordo que houve, estão a receber os vencimentos atempadamente, todos sabemos que a Esproarte vive com problemas financeiros, fruto de problemas vários de gestão e esta foi uma das primeiras situações que nós vivemos na Câmara Municipal, foi precisamente o facto de haver vencimentos por pagar e mesmo quanto ao subsídio de natal não havia dinheiro disponível na Câmara Municipal para pagar.

A Esproarte viveu ao longo dos últimos anos, eu conheço outras escolas como a Esproarte que têm um capital financeiro para investir em instalações, não são as Camaras Municipais que têm de investir em instalações, ao longo dos últimos anos, décadas, as escolas foram capitalizando e foram arrecadando dinheiro para assegurar agora os investimentos, mas fruto de uma gestão até de contratos, porque os contratos foram negociados caso a caso no anterior Executivo, não vou estar a questionar os professores que estão lá, os que não estão, os que são indispensáveis, os que são dispensáveis, a qualidade do ensino, que eu acho que não pode ser posta em causa, mas dizer-se que se ouve em conversas de café, lamento que esta situação se coloque desta forma, até porque vindo de uma pessoa com pedagogia que lhe reconheço, não estou a dizer com isso que não é motivo de preocupação, é motivo de preocupação sim, mas é um problema que se arrasta há décadas e que, todos sabemos que havendo dificuldades financeiras é difícil de gerir.

Neste momento o que está em causa são os horários dos alunos, a sócio cultural teve de mudar de instalações, já tivemos ao longo dos últimos anos várias auditorias que nos obrigam a ter novas instalações, neste momento está a ser feita a mudança, para que pelo menos parte das aulas sejam tidas no Piaget, finalmente vamos poder ter uma Escola com autonomia pelo menos na gestão dos espaços de aulas.

Não será uma situação que ficará resolvida de uma forma imediata, mas gradualmente e de forma faseada, julgo que vai ser possível adequar os horários dos trabalhadores, dos professores e também dos alunos, adequando-os às boas práticas pedagógicas.

Relativamente à Direção e aquilo que tem sido a nossa gestão, eu enquanto Presidente da Artemir, que é detentora da Esproarte, dizer-vos que tem sido conseguido até a compra de instrumentos, houve uma aquisição de instrumentos, que há muitos anos que não tínhamos conseguido.

Estamos a trabalhar e a acompanhar esta situação, não é fácil, mas eu julgo que vamos chegar a bom porto e poder de forma sustentável e pagar os vencimentos de todos aqueles que trabalham na Esproarte. Toda a comunidade da Esproarte é quase uma família e tal como algumas famílias têm problemas também a Esproarte os tem, eu julgo que dentro da Esproarte tem de se

[Handwritten initials and marks]

encontrar soluções, acompanhados por todos, mas eu confio em todos aqueles que trabalham na Esproarte e sei que vão conseguir ultrapassar todos os obstáculos e todos os problemas.

Relativamente ao alojamento do “Programa Aconchego”, neste momento temos duas candidaturas de duas jovens, estamos a trabalhar para conseguir adequar a família de idosos que possam acolher estas duas jovens, é uma parceria importante tanto para os jovens, como para os idosos. Relativamente aos Protocolos que houve quer com o IPB, quer com a Universidade Sénior, está-se a trabalhar no sentido de poder fazer algumas situações de acolhimento ainda este ano, mas só no próximo ano letivo é que será possível implementar o Programa a 100 % na nossa comunidade.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Jorge Humberto*, em relação à descentralização de competências este é um assunto que vamos trabalhar durante o ano de 2020, é um grande desafio para as autarquias, pese embora todas as situações que as autarquias têm de preparar para poder acolher tudo aquilo que são competências do Estado, que passam de forma faseada e obrigatoriamente a partir de janeiro de 2021, vai requerer um grande esforço quer da parte das Divisões, quer da parte do Executivo para que tudo corra com normalidade na Câmara Municipal.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *António Figueiredo*, que falou nos projetos das redes de água do projeto da Sonae, eu julgo que o correto será apresentar dados concretos e também falou na questão da Tradimontana, que é uma situação que está a ser acompanhada pela Câmara Municipal. Relativamente à má qualidade da Esproarte, dizer-lhe que não é isso que eu considero, não é isso que vejo da parte, quer dos alunos, quer dos professores, quer de todos os pais e encarregados de educação e por isso dizer-lhe que relativamente a essa questão, tenho também a assinalar que este Executivo pretende dar dignidade às condições da Escola e manter os pagamentos dos vencimentos regularizados.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, quanto à questão de os cães vadios estarem a aumentar nas ruas, nós tivemos e temos feito muitas recolhas, mas a questão do abandono é uma questão premente, apesar de termos estado a recolher animais para o Canil de São Salvador que entretanto ficou na gestão da Câmara Municipal, o Centro de Recolha de Animais da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana neste momento não tem praticamente recolha de animais, mas vai haver um alargamento deste Centro de Recolha oficial, que servirá os cinco Municípios e por isso julgo que, com o esforço de todos e fazendo também campanhas de sensibilização contra o abandono dos animais, vamos ter mais uma Associação de Defesa Animal que também nos pode ajudar aqui no concelho, mas é um problema a nível nacional, porque quando o Governo decretou que não é possível e bem, a questão da eutanásia de animais, acabou por criar um problema às infraestruturas que tínhamos pelo país todo, que podem acolher animais, mas a sobrelotação é o problema mais visível de todos os canis.

Quanto às camadas jovens do Sport Clube de Mirandela, nós estamos a acompanhar a situação, já houve esse pedido, a ACIM está a ocupar parte do Pavilhão e houve contactos no sentido de poder ser retirado esse material, permitindo que depois as camadas jovens possam usufruir deste espaço.

Quanto à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela *Vitor Correia*, relativamente ao Conselho Cinegético de Conservação da Fauna Municipal, uma vez que é o representante da Assembleia Municipal neste Conselho, nós temos trabalhado nesta matéria, como noutras, mas nesta matéria em particular tem-se feito um grande esforço, foi ontem aprovado em Reunião de Câmara os novos Protocolos que vamos celebrar com as zonas de caça, este é um setor económico que tem de ser acompanhado, tem de ser incentivado e a Câmara Municipal vai permitir este apoio técnico, que é fundamental para todos os gestores das zonas de caça.

Este Conselho tem tido reuniões muito produtivas, os Técnicos da Câmara Municipal estão entusiasmados com este projeto, as zonas de caça também estão a implementar as situações que estão disponíveis para colaborarem connosco, eu julgo que no nosso mundo rural é muito importante termos estas zonas de caça a trabalhar, a funcionar e também a acolher todos os caçadores que vêm ao nosso concelho caçar. Em relação à pesca também há bastante trabalho a ser feito, temos os rios que nos permitem fazer mais e melhor, porque são fontes de riqueza para as populações, porque quer os caçadores, quer os pescadores levam sempre produtos da terra e nesse sentido é bom que haja este trabalho conjunto entre a Câmara Municipal, as zonas de caça e os apoios técnicos que eles necessitam.

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira*, quando diz que é dada a informação aos fregueses, não sei ao que se está a referir, porque eu não falo de questões pessoais e que dizem respeito a situações pessoais com ninguém, nem com nenhum freguês, nem com nenhum município e aquilo que lhe posso dizer é que oiço aquilo que diz, neste caso não ouvi, mas está aqui escrito, mas não pense que eu de alguma forma, eu enquanto Presidente e as boas relações que temos mantido ao longo dos últimos anos, tem de alguma forma motivado qualquer tipo de insinuação, ou frases à sua pessoa e à Junta de Freguesia de Frechas, que eu muito respeito e como sabe, muito temos trabalhado no sentido do desenvolvimento no concelho. Neste momento, como sabe, está a haver um investimento na Freguesia em relação à mobilidade do Tua, é certo que é um projeto da Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua, mas que a Câmara Municipal tem estado presente, a acompanhar e estou certa que quer o Cachão, quer Frechas, quer Vale da Sancha estarão no motor do desenvolvimento que certamente quererá e também a Câmara Municipal e eu em particular também desejamos.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Paulo Pinto*, julgo que fala sobre o Presidente da Junta de Freguesia de Frechas, quando refere a coação política, não sei ao que se está a referir, mas certamente que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas não precisará de defesa, no que diz respeito à inteligência que ele tem quer política, quer pessoal, quer enquanto empresário, já distinguido a nível nacional e europeu, por isso não necessita obviamente, do seu apoio e meu também não, eu reconheço-lhe qualidades intrínsecas enquanto pessoa, enquanto empresário e enquanto político.

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Torre de Dona Chama *Nuno Nogueira*, falou-nos aqui da Comissão Municipal da Defesa da Floresta, já reunimos cinco vezes e têm sido emitidos Pareceres, que a legislação impõe de carácter vinculativo relativo a pedidos de construções em espaços rurais, com risco de incêndio, prevenindo assim situações de catástrofe que têm ocorrido no país nos últimos anos.

Quanto à intervenção do Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *Paulo Pontes*, de facto temos tido muitos problemas com a iluminação pública, que diz respeito à ausência de resposta da EDP, a EDP foi privatizada e eles agora têm subcontratadas empresas que fazem este trabalho e que não dão respostas atempadamente quer aos municípios, quer às Juntas de Freguesia, quer à Câmara Municipal, é um problema que tem sido debatido na Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-

[Handwritten initials and marks]

Montes e julgo que teremos de tomar ações públicas no âmbito da CIM-TTM no sentido de ultrapassar este problema, mas é um assunto que estamos a acompanhar.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *Luís Mosqueiro* que nos falou da educação, dizer-lhe que houve um investimento importante da Câmara Municipal de Mirandela e também das Candidaturas que houve para financiamento, foram gastos cerca de 7 milhões de euros, dos quais uma percentagem que poderá rondar os 15 % em algumas situações, porque houve um reforço na Escola Secundária e estaremos a falar de um investimento do Município de cerca de 2 milhões de euros.

O processo de requalificação das escolas ficou concluído em dezembro, a Escola do Fomento está neste momento a fazer a transferência da localização que tinha no edifício do Piaget para a escola, estivemos à espera da certificação energética, para que tudo ficasse em condições.

Relativamente à descentralização de competências, a Comissão de Acompanhamento vai reunir em janeiro de 2020, temos obras necessárias no Parque Escolar, como todos sabemos, a Escola Luciano Cordeiro é das que está em piores condições, esta Escola ainda pertence à Direção Geral de Educação, está sob a gestão do Agrupamento e da Direção Geral de Educação. Esta Escola tem vários problemas, desde cobertura, a cantina, a informática, o mobiliário, esta é uma das preocupações que temos nesta Comissão de Acompanhamento, que integra a Direção Geral de Educação, o Agrupamento e a Câmara Municipal.

Tem de haver um grande investimento para melhorar todo o parque informático das escolas e relativamente à Residência de Estudantes necessita de manutenção nomeadamente, pintura e renovação das instalações sanitárias.

Há muito a fazer em matéria de educação, mas muito daquilo que é feito neste Parque Escolar e tem sido feito ao longo dos últimos dois anos, tendo-se iniciado os projetos no anterior mandato, o nosso Parque Escolar é constituído por 2.300 alunos, 350 Professores, 14 Assistentes Técnicos, 74 Assistentes Operacionais, é realmente um mega agrupamento, que muitos colocam em causa, mas foi uma decisão que na altura foi feita, houve uma reunião com o Senhor Delegado Regional em que foi solicitada também a possibilidade de haver um desdobraimento, porque este agrupamento é de facto muito extenso e é difícil de gerir, sabemos que outros concelhos têm dois e três agrupamentos, este é um mega agrupamento que tem problemas vários, em várias escolas, com difícil capacidade de gestão, por isso também felicitar todos os Professores, a Direção e todos aqueles que trabalham na comunidade educativa e também os pais que muitas vezes também se esforçam para resolver os problemas.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *José Domingos Carneiro*, dizer-lhe que o Senhor Presidente da União de Freguesias de Avantos e Romeu *Bernardino Pereira* está a acompanhar a situação, já houve reuniões com a família, neste momento temos este como foco de um problema, foi uma situação que não foi acautelada, é do domínio privado, não existe da parte da família qualquer abertura para que o Estado, o Município ou a União de Freguesias possam interferir nas questões do espólio, mas houve alguma abertura para que o Museu das Curiosidades pudesse vir a pertencer a uma Rede de Museus Rurais.

Relativamente a esta Rede de Museus Rurais, houve uma reunião conjunta com uma coleção de Miradeses, com o Cónego *Silvério*, nos Passos, que é uma coleção visitável particular, Suções, Abreiro, também o Museu da Santa Casa da Misericórdia e o Museu das Curiosidades que é de facto uma preocupação. Não existem espaços que lhes agrade à família, o que eles pretendiam era manter o Museu onde estava, a proprietária não está disponível para vender o imóvel, pelo menos ao preço que a família queria comprar, isto acaba por ser um problema entre privados, fruto de ao longo dos anos nunca ter havido da parte, nem da família, nem da parte da arrendatária qualquer tipo de interferência quer da União de Freguesias, quer do Município e por isso é uma situação difícil, mas julgo que poderá vir a ser resolvida mantendo o espólio no Romeu. É difícil encontrar um espaço próximo do Restaurante, a família quer que a localização do Museu se mantenha próximo do Restaurante e apesar das tentativas que foram feitas para contactar a proprietária do imóvel, não foi possível falar com a mesma.

Julgo que da parte da família Meneres também existe vontade que o espólio não saia, mas de facto quer o Governo, quer a Câmara, quer a União de Freguesias, não têm rigorosamente nada que fundamente a obrigatoriedade do espólio da família permanecer no nosso território e por isso e aproveito para responder à questão do imóvel do interesse público, o Regulamento de Reconhecimento de Estabelecimentos e Entidades de Interesse Histórico e Cultural ou Social Local do Município de Mirandela já está feito, tem de vir à Assembleia Municipal, seria muito difícil classificar aquele edifício como interesse público, uma vez que o valor está no espólio privado e não no edifício.

Esta situação é uma situação complicada, mas eu acho que com o apoio da família e os Técnicos da Câmara Municipal de Mirandela que também têm ajudado nesta questão, temos como gestor do processo da Rede de Museus Rurais o Arqueólogo *Isidro Gomes* que está a acompanhar este processo e esta Rede também pode ser uma forma de os manter entre nós, salvaguardando o património que é da família.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *José Trovisco*, estamos em sede de revisão do PDM e também a elaborar o Plano de Urbanização para a cidade, são documentos e ferramentas importantes para o desenvolvimento do Município, relativamente às Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, já estão definidas algumas Unidades, houve a deslocalização de algumas, temos uma ampliação do Parque de Campismo, a Quinta do Convento que é uma OPG para desporto e turismo, do Vale da Azenha que é uma OPG para turismo, obviamente que em sede de revisão do PDM e aquilo que vai ser no futuro, até maio de 2020, vai haver sessões públicas de comunicação e vai haver outra sessão de audiência dos munícipes, a nível do Aeródromo também há uma ampliação, a participação pública vai ocorrer, tivemos cerca de 150 pedidos dos munícipes para esclarecimento e a Equipa do PDM com a empresa consultora que está a acompanhar os trabalhos, vai responder a todos.

Relativamente às questões relacionadas com a iluminação pública, não podemos cobrir o concelho todo de uma vez, foi uma opção estratégica, por uma questão de gasto de iluminação pública, garantindo a mobilidade segura e o conforto urbano, iniciamos na cidade e também no norte do concelho, nós não conseguimos fazer o concelho todos de uma só vez, vamos fazendo de forma faseada, com Protocolos e financiamento de iluminação pública. A eficiência energética é de facto o futuro, nós investindo estamos a preparar o concelho e estamos também a resolver problemas ambientais, mas essencialmente a dar maior conforto às pessoas que vivem nos territórios.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Rui Sá*, que tem a ver com o transporte gratuito para o IPO, houve uma peça da Rádio Terra Quente que solicitou essa informação à Câmara Municipal. Dizer-lhe que em relação à Câmara Municipal de Mirandela, não houve o aumento da subvenção, o que houve em relação à Rádio Terra Quente foi regulamentar aquilo que era pago de forma indiscriminada e sem ser mensalmente os apoios que eram dados, ou seja, quando havia essa oportunidade a Câmara Municipal

[Handwritten initials and marks]

fazia uma requisição e pagava, neste momento ficou tudo em Protocolo, eu julgo que é melhor para a Rádio Terra Quente, é melhor para a Câmara Municipal, mas mantivemos a subvenção e não acho que haja qualquer tipo de “atentado” ou possibilidade de cometer contra alguma liberdade editorial, a Rádio Terra Quente é um órgão de comunicação social importante para o concelho e não vejo que haja qualquer tipo de atropelos, ou necessidades de qualquer tipo de atropelos, até porque não houve, como já disse, aumento de subvenção, quisemos regulamentar tudo para que, quer os Jornalistas, quer a Direção da Rádio saibam com aquilo que podem contar de uma forma organizada e sistematizada. Relativamente à questão relacionada com o transporte gratuito para o IPO, esta é uma situação que infelizmente afeta muitas famílias, é previsível que muitos portugueses venham ainda a sofrer mais desta doença e nesse sentido não vale a pena querermos fazer política com esta doença, acho que todos nós somos tocados por isto, mas posso-lhe dizer que todos aqueles que precisam de apoios, estão a ser apoiados.

Em relação à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães *António Martins*, felicito o espírito natalício e relativamente à intervenção política descontextualizada, não me parece que assim seja, de qualquer forma dizer-lhe que dentro da liberdade de expressão de todos, inclusivamente dos munícipes que estão aqui para intervir, não me parece que haja censura, nem deve haver, deve haver liberdade das pessoas dizerem o que pensam, mesmo que seja contrário às nossas opiniões, por isso também apelo a que todos estejamos nesta situação sem minorizar, ou tentar diminuir todos aqueles que tomam a palavra nesta Assembleia, pois todos são importantes enquanto pessoas da nossa terra.

Relativamente à gestão dos parques infantis, eu não conheço essa carta que foi enviada, de qualquer forma vou aferir dentro dos serviços. Quanto à iluminação pública, alguns investimentos já foram feitos em algumas Freguesias, uma coisa é substituir luminárias, outra coisa é construir ramais de eletricidade e novos postes de iluminação. A EDP normalmente faz um orçamento à Câmara Municipal e a Câmara Municipal vai adjudicando alguns postes mais urgentes, alguns já estão adjudicados que ainda não foram colocados no local, outros ainda vão ser adjudicados de forma faseada, estabelecendo prioridades, mas as situações prioritárias são sempre executadas para garantir a segurança das pessoas.

Quanto à ocupação da via pública, esta é uma situação muito particular que houve na Freguesia, nunca houve a comunicação aos Senhores Presidentes de Junta quando eram solicitadas ocupações de via pública, ou quando não são solicitadas ocupações de via pública, mas neste momento estamos através dos Serviços de Urbanismo a tentar criar essa plataforma para informar os Senhores Presidentes de Junta. Nesta situação em concreto a situação já está resolvida, foi colocado um Edital pelo Senhor Presidente de Junta como combinado entre os Serviços de Fiscalização e a Junta de Freguesia.

Em relação à intervenção do Senhor Deputados *Carlos Ventura*, quanto à questão da mobilidade, foi solicitado um Parecer à CCDR-N, é uma questão que estamos a acompanhar, o que foi dito na Reunião de Câmara é que em caso de haver concordância entre a pessoa a transferir, o organismo onde está e o organismo de destino, poderia ser requerida a mobilidade, não havendo necessidade de publicar na BEP – Bolsa de Emprego Público. Realmente a publicação na BEP é uma boa prática, de qualquer forma cria expectativas em relação às outras pessoas. Se existe a concordância de todas as entidades envolvidas e do próprio trabalhador, não me parece existir nenhuma ilegalidade, como foi feito crer na altura na Reunião de Câmara, mas é uma boa prática a publicitação na BEP.

Relativamente à Norma de Controlo Interno, em dezembro de 2019 prevemos ter esta Norma devidamente atualizada, relativamente aos subsídios às comissões de festas, ainda ontem foi aprovado o Início do Procedimento de um novo regulamento para a atribuição dos subsídios, o registo de interesses está praticamente concluído.

Quanto aos concursos públicos dos dirigentes de 2.º grau, os procedimentos estão abertos, foi aprovado em Reunião de Câmara o Júri, cabe agora ao Júri fazer todos os procedimentos, houve duas reclamações feitas por escrito com recurso hierárquico à Presidente, que já foram respondidas e seguirão os trâmites normais, isso diz respeito ao Júri que foi constituído. Relativamente ao Orçamento Participativo, estamos a ultimar tudo aquilo que está nos Orçamentos Participativos anteriores, o nosso Orçamento deste ano tem uma verba de 200 mil euros afetos ao Orçamento Participativo.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

De acordo com a metodologia que referi de manhã, com algum rigor, mas dando a possibilidade aos Senhores Deputados de resposta, deixai-me referir, artigo 27.º Regras do uso da Palavra no Período Antes da Ordem do Dia, no seu Ponto 3, diz: “O uso da palavra para exercer o direito de resposta, fica condicionado à existência de tempo disponível não podendo exceder dois minutos, por cada Membro que para tal se inscreva”.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Aquilo que a Senhora Presidente disse é de uma imprecisão louca em relação à Sonae, eu não falei da Sonae no meu discurso, a Senhora Presidente parece que embirra comigo, não sei porquê, mas eu não falei na Sonae, eu falei de um edifício que está ilegal, dito por um Técnico da sua Câmara Municipal o Arquiteto Ortega, meu colega, foi isso que eu disse, está ilegal e a Senhora Presidente deu-lhe uma licença de utilização. É crime, isso. E eu vou com isso para Tribunal e o Tribunal vai decidir aquilo que quiser decidir.

Outra coisa, em relação à Esproarte, o meu filho vai chumbar e para o ano vai para uma escola em Espinho, sai da Esproarte, como vão sair vários alunos e a Esproarte só sobrevive com o dinheiro dos alunos, porque a Senhora Presidente não tem capacidade de organizar aquela Escola.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Só para esclarecer um assunto, eu não sou contra a participação democrática, só que fico confuso, é a Senhora Presidente que exige nas Reuniões de Câmara que se faça uma pré-inscrição com 48 horas de antecedência e com o tema que vai abordar na Reunião e a sugestão que eu dou é que na Assembleia Municipal se faça o mesmo.

Não consigo entender, se foi um requisito seu para as Reuniões de Câmara e agora na Assembleia Municipal já diz que isto é anti democrático, então porque é que não acabou com essa cláusula nas Reuniões de Câmara? Porque eu acho que faz todo o sentido e é

pertinente, eu já passei aqui por uma situação que é conhecida por toda a gente, em que alguém do público vem intervir aqui e depois o tema não tem nada a ver com interesse para o Município, nem questões à Senhora Presidente, nem questões a ninguém da Assembleia Municipal.

Faz todo o sentido haver uma inscrição prévia com o assunto? Faz, só não entendo é porque na Reunião de Câmara isso acontece e é um requisito obrigatório, mas aí já não é considerado ditadura, aqui pelos vistos a sugestão caiu mal. Eu quero-lhe deixar este esclarecimento, sou a favor de toda a participação democrática, mas acho que tem de haver regras, porque a participação democrática também tem regras, para o bem e para o mal.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, obrigado pelos elogios, de facto respondeu a uma série de perguntas de todos os Senhores Deputados e Presidentes de Junta, mas a mim não me respondeu, eu só lhe fiz uma questão, inclusivamente tive a preocupação de lhe pedir uma resposta que não fosse política e a Senhora Presidente continua a fazer “gincana” política, pedi uma resposta plausível e convincente à única questão que lhe fiz e não me respondeu.

Agradecia uma resposta.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Como sabem, eu não estive presente durante algum tempo e as notas foram tiradas pelos colegas do Executivo e daí poder haver aqui alguma confusão.

Em relação à intervenção do Senhor Deputado *António Figueiredo*, não consigo dizer-lhe porque não tem uma questão em particular, falou de um edifício ilegal que foi dito pelo próprio Arquitecto, eu não sei de que edifício está a falar, certamente que o Senhor Deputado tem tido meios eletrónicos e outros meios para colocar as questões, aliás, já foi convidado várias vezes para ter reuniões conjuntas com os Serviços Técnicos da Câmara Municipal e com a Câmara Municipal, no sentido de resolver todas as questões que tem tido com a Câmara Municipal e nunca aceitou.

Em relação à Esproarte, houve uma reunião conjunta com os alunos da Esproarte, em que eles falaram relativamente à forma de funcionamento, entre outras coisas. A Esproarte tem uma Direção Pedagógica que certamente, se vocês assim o entenderem, poderá vir aqui à Assembleia Municipal dar todas as explicações relativamente a estas questões.

Politizar a Esproarte como de alguma forma foi feito no passado, não é a nossa política e deve-se manter fora das políticas partidárias e ser o mais isento possível na forma de gestão da Esproarte, às vezes a politização, a partidarização das organizações não contribui em nada para o seu funcionamento.

Muito há a tentar perceber o que é que foi a Esproarte, para onde caminhou, como é que foi a gestão, tudo aquilo que estão na gestão e na base dos problemas desta Escola.

Relativamente às minhas capacidades, nem vou sequer tecer opiniões, porque acho que nunca teria a competência para dizer que alguém tem ou não capacidade para fazer determinadas coisas, nem nunca colocaria em causa a capacidade do Senhor Deputado ser professor, ou da forma como o faz.

Em relação ao Regimento, de facto o Regimento da Câmara Municipal prevê a pré inscrição, já previa no passado, não houve alterações, aliás, foi Proposta do Senhor Vereador *Rui Magalhães* para que nas Reuniões de Câmara não houvesse a pré inscrição, eu concordo que haja pré inscrição ou não haja pré inscrição conforme os Regimentos, mas de facto são Regimentos distintos, relativamente às Reuniões de Câmara exige uma pré inscrição até às 12.00 hrs. do dia útil anterior, relativamente ao Regimento da Assembleia Municipal não faz referência a esse facto, mas é uma questão que a Comissão Permanente da Assembleia Municipal e o Executivo poderemos avaliar e poderemos resolver.

Quanto à questão do Senhor Presidente da Junta de Frechas *José Carlos Teixeira*, dizer-lhe que relativamente aos investimentos na Freguesia, estão programados alguns investimentos, não sei a que investimento em particular se refere, mas um deles, como sabe, é relativamente ao Mini GAM, que queremos definitivamente implementar.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, eu não me referi a si, não me referi à Câmara Municipal, referi-me à Direção da Escola, quem é o Diretor Executivo? Eu referi-me a essa pessoa, não me referi à Senhora Presidente. Que isto fique claro. E o que é que as crianças chamam a esse Diretor Executivo, se calhar não sabe.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu lamento o facto, parece que estive aqui a falar para o “boneco”, não sei o que é que os Senhores Vereadores registaram, mas não registaram nada, eu vou só reformular a questão à Senhora Presidente.

Senhora Presidente, agora que está no local certo e tem toda a legitimidade para o fazer, aquilo que tanto criticou no passado, vai fazer a pavimentação na rua Manga do Prado em Frechas? Se sim diga quando, se não diga porquê.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à questão da Direção da Escola, não ponho em causa a competência da Direção, eu julgo que os problemas da Escola, como disse e mantenho, devem ser resolvidos na própria Escola e quer os alunos, quer os professores, quer toda a

[Handwritten initials and marks]

comunidade educativa, estão centrados nessa resolução. Estamos a acompanhar o processo, julgo que as novas instalações podem trazer algumas melhorias, estou à espera que os alunos me enviem um comunicado, que ficaram de enviar, elencando todas as situações e propostas que eles têm para melhorar a Escola e todos os alunos estão muito empenhados em participar ativamente na resolução dos problemas, ou seja, querem fazer parte da solução e não do problema, com uma atitude muito positiva da parte de todos e também ouvindo e criticando aquilo que têm de criticar e enaltecer aquilo que têm de enaltecer.

Eles próprios se organizaram numa Associação de Estudantes, o que é de louvar, estão a caminhar para uma participação cívica muito interessante, ainda recentemente fizeram uma oferta de um cabaz de natal, que foi entregue a uma família carenciada, é de enaltecer a atitude de todos os alunos da Esproarte, eles próprios querem fazer parte da solução e não do problema.

Relativamente ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira*, julgo que se refere ao caminho de acesso à exploração de cunicultura, o que tínhamos previsto era fazer uma parte em paralelo, que provavelmente podemos executar, depois ficará a faltar uma outra parte, como sabe, tem de se fazer o projeto, o projeto vai ser executado ainda durante o ano de 2020, vamos ver se temos verba orçamental para poder executar o restante.

Relativamente à questão que também referiu numa reunião, que diz respeito à passagem de nível, solicitei para ver se conseguimos resolver com a Mobilidade do Tua, se conseguimos resolver aquela interseção e a passagem do comboio, que é previsível começar em maio de 2020, a obra vai ser terminada em princípio, e está a correr em bom ritmo, em abril e há também nessa zona uma cancela que tem de ser alterada.

Ordem do Dia

4 - Período da Ordem do Dia.

4.1 - Apreciação da Informação da Senhora Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, na sua atual redação.

----- O Senhor Deputado Municipal *FAUSTINO CUNHA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Li na Informação da Senhora Presidente, que há um investimento que os municípios estão a acarinhar, que são as Unidades Móveis, para já a do GAM e depois a da saúde. A minha observação, muito embora lá diga que tem havido muita frequência, eu não acredito e acho que a frequência pode ser muito maior, o retorno em termos de serviço pode ser muito maior, porque o que eu tenho visto é o Técnico, que é excelente, a ir aos cafés ver se encontra pessoas para os convencer sobre os assuntos que são tratados naquela Unidade Móvel.

Eu recomendava ao Executivo, que constituísse uma brochura, alguma coisa que pudesse fazer a promoção dos serviços que há na Unidade Móvel e que se podem fazer, porque se não, anda uma carrinha a passear, com um Técnico e está tudo parado e não faz nada, ainda por cima uma vez por mês, as pessoas nem se lembram, não há um aviso conveniente, se não uma coisa publicada a dizer que é no dia tal, mas não há mais nenhuma divulgação.

É esta a minha recomendação, para que se publicite e se faça força no aproveitamento desta campanha, devo dizer até, que o Técnico convenceu uma série de pessoas em Vale de Gouvinhãs, a fazer uma coisa que todos nós podemos fazer, que era por a carta de condução e o cartão de cidadão no telemóvel e que parece que têm efeitos legais, há tantos serviços que podem ser promovidos e o que eu recomendo é, um esforço nessa promoção.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu estive a ver a Informação da Senhora Presidente e vou falar politicamente, aquilo que a Senhora Presidente apresenta, os seus eventos, parece-me uma “comissão de festas” da Câmara Municipal de Mirandela, com toda a sinceridade, eu estou aqui de certa maneira defraudado e depois eu vou dizer porque quando for a discussão do Orçamento, porque aquilo que a Câmara faz, é aquilo que se vai fazendo ao longo do ano e que todas as Câmaras fazem, não é mais do que isso, ou bebe-se mais um copo de vinho, ou come-se mais um rancho na Praça do Mercado, ou vai-se à festa histórica medieval de Lamas de Orelhão, ou vai-se à matança do porco no Romeu, é isto o massacrar dos anos desta Assembleia, eu já estou aqui há 24 anos.

A Senhora não trouxe nada de novo, tudo se mantém, eu acho piada a isto, tudo se mantém, ao fim de dois anos, os seus acólitos políticos de vanguarda, não trouxeram nada de novo para este concelho.

Eu acho que este concelho caiu num poço roto, completamente, um poço que os seus acólitos políticos, aqueles que lhes chamam “os não loucos”, qualquer dia deixam a Senhora Presidente dentro desse mesmo poço e não a agarram com a mão e não a conseguem tirar. Por que eles mudam-se para o outro barco, o seu barco vai terminar um dia, não tenha dúvida alguma acerca disso, eu posso já não estar cá, posso ir-me embora.

Suponho que uma boa parte senão mesmo a maior parte dos Senhores Membros desta Assembleia Municipal terão lido ou pelo menos tomado conhecimento da excelente reportagem que a prestigiada revista National Geographic publicou no passado mês de outubro sobre o nosso vizinho concelho de Valpaços.

Atendendo ao secular e tradicional abandono que o Poder Central sempre teve pelo Nordeste Transmontano fiquei curioso de ver o que mereceu honra de espaço e visibilidade dum concelho do interior numa tão conhecida e apreciada revista.

Vi então que dentro das páginas vinha um bem concebido mapa-suplemento que indicava ao leitor estradas, rios, pontes, montanhas, lugares, aldeias, monumentos, etc. Também vi e li que o Município de Valpaços vai aplicar uma verba de cerca de 2,5

[Handwritten initials and marks]

milhões de euros numa eco via de 60Kms, entre Chaves e Mirandela, vai construir passadiços, ciclovias, pontos de pesca, espaços para prática de canoagem e praias fluviais com equipamentos dedicados ao bem-estar das famílias e das crianças, tendo como objetivo atrair turistas, promover o comércio, dar a conhecer os produtos regionais, dinamizar a hotelaria, divulgar a restauração enfim, numa palavra só criar empregos e fixar as populações dando-lhes oportunidades e bem-estar. É aquilo que a Senhora não é, não é uma empreendedora, eu já lhe disse isso várias vezes, a Senhora Presidente não tem o cariz de empreendedora, dê lá as voltas que der, claro que ainda está e não era conhecido o recente crime ambiental, nunca mais se falou no crime ambiental, que é que aconteceu ao crime ambiental dos peixes que morreram? A Senhora Presidente disse alguma coisa mais? Esclareceu os seus municípios? A Senhora só esclarece aquilo que lhe convém, que lhe dá votos, mais nada. A política não é feita dessa maneira.

Do que vi e li na margem direita do rio Rabaçal deduzi assim que há dinamismo empenho, eficácia, avidez de progresso, procura da modernidade e respeito pelas populações residentes.

Do que vi e refleti em lógico e natural confronto com o que se passa na margem esquerda, a montante e a jusante do lugar onde tenho residência e geograficamente coincide com os lugares em que se localiza o investimento do Município de Valpaços, existem espaços privados de lazer pouco apropriados, sem água canalizada, adequados apoios sanitários, existem também caminhos térreos, poeirentos no verão, lamacentos no inverno, solos desnudados, silvedos e sarças exuberantes, paredes caídas a testemunhar descuido, displicência e a desafiar obrigações.

E não têm faltado chamadas de atenção, pedidos de intervenção, sugestões que ou não têm tido resposta ou são objetos de promessas, promessas e demais promessas até agora não cumpridas.

Feito este contraponto, face a uma realidade que sendo dececionante, é também para nós Mirandelenses muito preocupante porque evidencia apatia, indiferença e menor capacidade para o desenvolvimento do concelho, com óbvios prejuízos para as populações locais, resta recuperar dum passado recente as promessas anunciadas de que havia outros caminhos, que decorridos dois anos ainda não foram encontrados e se eclipsaram no tempo.”

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, tenho que manifestar aqui publicamente que realmente temos aqui um documento que nos apraz, digamos que louvar, louvar porque é um documento cheio de boas intenções, mas que nos deixam a nós, CDU, algumas dúvidas e algumas preocupações e uma delas é esta:

O Plano Estratégico para a revitalização do Cachão, o que é que vai fazer a Câmara Municipal? O que é que engloba o Plano Estratégico? O que é que são estas parcerias com o Instituto Politécnico de Bragança e com a Universidade de Trás-os-Montes? Sabendo nós que toda a edificação, ou grande parte da edificação daquele Complexo, está privatizado.

E eu agora, pegando nas palavras que agora estão em moda no concelho de Mirandela, que é o interesse público municipal relevante, eu pergunto à Senhora Presidente se vai utilizar esse interesse público municipal relevante, para reverter toda a edificação que está no Complexo e que foi privatizada e que está praticamente ao abandono, salvo algumas exceções, para podermos perceber que Plano Estratégico vai ser este. Esta é a primeira referência.

A seguir a questão do ensino pré-escolar, a Senhora Fala aqui na sua Informação, que todas as crianças dos Jardins de Infância, na rede escolar pública, o horário prolonga-se até às 19.00 horas, das 17.00 horas até às 19.00 horas os pais vão ter de pagar? Se essa for a intenção do Município, achamos errado e estamos contra esta medida se vier a ser implementada.

No terceiro ponto, a criação da rede ciclável e a via pedonal do troço entre a av. da Galiza e a Rotunda das Pirâmides, nós vamos passar a ter uma terra onde vamos passar a ser todos ciclistas e a proposta que nós fazemos, Senhora Presidente, visto que na segunda fase daquela rede ciclável, que foi implementada pelo anterior Executivo, que vai desde o São Sebastião até à Rotunda das Pirâmides, era de bom tom que a Senhora Presidente aproveitasse também, uma vez que também está incluído nesta Informação, que vai fazer outra ciclovia, utilizando o espaço da linha do caminho de ferro de Mirandela até Carvalhais, então faça uma coisa muito simples, uma vez que é uma opção política deste Executivo e dos outros anteriores, que foi acabar com a linha do Tua, que era aproveitar essa ciclovia, que vai desde o São Sebastião pelo troço do caminho de ferro e retirava a ciclovia que está na Estrada Nacional e facilitava os comerciantes daquela zona, que foram muito prejudicados com a criação daquela ciclovia.

O quarto ponto, a Zona Industrial Senhora Presidente, é uma pena que aqui no seu Plano Estratégico, não tenha falado sobre aquilo que é do mais elementar numa zona industrial hoje, praticamente em todas as zonas industriais do nosso distrito já todas têm internet por fibra ótica, Mirandela ainda não tem. E depois há outra coisa que é bastante importante, perderam-se dois anos, Senhora Presidente e foi pena que este Executivo não tenha utilizado outra vez aquilo que é o interesse público relevante municipal, que era, acabar de uma vez por todas com aqueles terrenos que estão na Zona Industrial, são cerca de meia dúzia, que estão lá só, pura e simplesmente, para especulação imobiliária, Senhora Presidente utilize o interesse público relevante municipal e retire aos proprietários que não constroem e que estão ali a fazer só especulação imobiliária. Isso é que era um revitalizar da Zona Industrial de Mirandela.

Para terminar e que vem na sequência do que vamos discutir amanhã, no Ponto 4.6 – Águas e Saneamentos, o Plano Estratégico que a Câmara Municipal tem é fazer Etar's, reservatório de Vila Boa à rede de água do Franco, Vale de Asnes, Cedães, Cedáinhos, estamos a ver aqui um conjunto de obras que a Câmara Municipal vai executar, ou potencialmente vai executar e depois amanhã vamos discutir aqui a entrega disso para a empresa Resíduos do Nordeste. Esta questão acho-a demasiado importante e espero bem que esta Assembleia tenha a noção daquilo que vamos votar amanhã, porque vamos simplesmente passar a ter investimentos do erário público, para melhorar a rede pública de abastecimento de água, para depois a seguir privatiza-la entregando-a à Resíduos do Nordeste.

Quanto a este assunto Senhora Presidente, vai ter o nosso combate, a nossa luta, porque não vamos baixar os braços e aceitar que as águas passem para a Resíduos do Nordeste, com investimentos que a Câmara Municipal vai fazer.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

[Handwritten initials and marks]

Tinha aqui três questões, página 29 que refere o “Programa Aconchego”, era saber se já há pessoas que se inscreveram, quer para receber estudantes, quer estudantes a candidatarem-se?

Depois queria-lhe colocar aqui outra questão, porque na página 35, fala na vistoria do HACCP - Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle, eu não sei quem é que faz esta vistoria, gostava que nos disponibilizasse essa informação e só para recordar que foi feita uma vistoria à Escola Luciano Cordeiro no dia 04 de outubro e depois a ASAE fechou a cantina, gostaríamos de saber quem é a empresa, para ver que tipo de serviço é que realmente está a prestar.

Na página 38, nas ações de formação em matéria de Higiene e Segurança no trabalho, quem é que dá estas ações de formação? Saber se é algum Técnico internos, se é externo, se é uma entidade? Também gostaria de obter esta informação.

Para terminar, fala aqui que existem 34 processos judiciais em que o Município é autor, réu, recorrente, recorrido ou demandante e, na sua grande maioria. Se podia disponibilizar a informação de quais são os processos, se poderia facultar isso à Assembleia Municipal.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Faustino Cunha*, a Câmara Municipal de Mirandela tem sido a Câmara que tem desenvolvido melhor este projeto, este é um projeto da Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes, foram adquiridas nove Unidades Móveis elétricas e o objetivo é no fundo levar o nosso GAM a cada uma das Freguesias.

Durante o mês de agosto fizemos a questão das redes, é importante também a rede da Unidade Móvel, mas tem de se fazer com o apoio de todos os Presidentes de Junta de Freguesia, a afixação em locais apropriados para as pessoas saberem quando é que a Unidade Móvel vai estar e a que horas vai estar, este projeto não é um projeto que se implemente de imediato, o Técnico que está afeto a esta Unidade Móvel tem feito um bom trabalho no sentido de divulgar e aproximar os municípios ao próprio serviço, mas a estratégia de divulgação tem de passar pelas Juntas de Freguesia, apelando também aos Senhores Presidentes de Junta para apoiar na divulgação deste serviço, que é prestado no local a todas as pessoas que o quiserem fazer, sem terem necessidade de se deslocar.

É importante que, e pela proximidade que existe, também se envolvam as próprias paróquias, no sentido de divulgarem quando é que vai ser o atendimento e quando é que a Unidade Móvel vai estar no local. Sem a colaboração dos Senhores Presidentes de Junta é de facto muito difícil chegarmos às pessoas e essa informação chegar às pessoas, tem sido feito algum esforço nas redes sociais, na comunicação social, mas para chegar a toda a gente, merece uma preocupação dos Senhores autarcas.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *António Figueiredo*, quanto à Informação da Presidente, é um resumo de todas as atividades que foram organizadas no concelho e no âmbito da Câmara Municipal de Mirandela, quer de forma direta ou indireta, através do apoio a outras Câmaras.

Com 24 anos de experiência nesta Assembleia Municipal, de facto houve muitas coisas que mudaram e mudaram também no discurso do Senhor Deputado, porque nos anos anteriores estava tudo bem e de repente passou a estar tudo mal, ou seja, em dois anos teríamos de resolver tudo o que está para trás e que herdamos, como sabem, situações complicadas, que não há milagres para colocar Mirandela como Valpaços, com boas contas, eu não quero comparar o concelho de Valpaços com o concelho de Mirandela, cada um tem a sua realidade, cada um tem os seus projetos, nós temos tido parcerias importantes com o concelho de Valpaços, acho que é importante e é bom que exista esta proximidade, mas são concelhos distintos, com realidades financeiras distintas, com projetos distintos, necessidades e formas de trabalhar distintas e mesmo a nível dos Serviços Municipais, também temos realidades completamente diferentes.

Eu tenho muito orgulho em ser mirandelense, eu acho que Mirandela tem um potencial enorme, pode e vai desenvolver-se, criando empresas e postos de trabalho, obviamente temos condicionantes, não é possível em dois anos fazer um caminho que possa levar-nos ao sucesso, é possível começar a fazer um caminho que nos pode levar ao sucesso, pagando dívidas, pagando bem aos fornecedores, dando verbas às Juntas de Freguesia para elas realizarem as suas obras e as suas construções, houve muita coisa que mudou nestes dois anos, inclusivamente o discurso do Senhor Deputado *António Figueiredo*, porque os discursos que lhe ouvia no mandato anterior e mesmo no mandato 2009 a 2013, em que estive aqui como Vereadora da Oposição, era só elogios. A Câmara Municipal não mudou, os funcionários são os mesmos, de repente passaram todos a ser maus funcionários e passaram todos a ser uma desgraça na forma como atendem, na forma como respondem, são processos que sob o ponto de vista pessoal, eu acho que devem ser resolvidos, quer em Instâncias Judiciais, quer até em reuniões conjuntas com os Técnicos da Câmara e com os promotores, os requerentes, os arquitetos que trabalham sob o ponto de vista privado na nossa comunidade.

Quando fala no “barco”, aquilo que lhe posso dizer é que eu tenho consciência que todos nós temos na política um tempo e um espaço que devemos ocupar com dignidade, com respeito e em afirmação dos valores e dos princípios que fomos colhendo ao longo da vida e por isso, posso-vos dizer, não tenho nenhuma expectativa de estar aqui 24 anos, como esteve o Senhor Deputado *António Figueiredo*, porque a partir de certa altura, acreditem, não podemos acrescentar nada, como é visível, às nossas discussões.

Quanto a projetos, dizer-lhe que a Câmara Municipal tem muitos projetos, está neste momento a desenvolver e como todos sabem, a reprogramação do PEDU já está aprovada, vamos lançar a obra da Central de Camionagem e vamos também lançar no imediato a obra aqui neste Auditório que vai ficar encerrado e que é um projeto que foi integrado no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano.

Em relação à criação de emprego, é uma das nossas maiores prioridades, mas também dizer-lhe que a Câmara Municipal não tem de ser empreendedora, a Câmara Municipal tem que facilitar e agilizar os procedimentos para acolhimento de empresas e por isso a diplomacia económica é importante, As Câmaras Municipais competem todos para acolher empresários, nós neste momento praticamente não temos terrenos na Zona Industrial, vai haver a reversão de alguns terrenos que não foram entretanto construídos e não cumprem as cláusulas contratuais.

Relativamente ao crime ambiental, é um processo que está no Ministério Público, eu não tenho de fazer afirmações sobre quem é o responsável do crime ambiental, ou quem são as pessoas, uma vez que à justiça o que é da justiça e neste momento está a ser feito um inquérito, que vai vir a público e os responsáveis, esperemos todos, que sejam punidos pela situação que provocaram.

[Handwritten initials and marks]

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Jorge Humberto*, o Plano Estratégico de Revitalização do Complexo Agro Industrial do Cachão, vai ser publicado quando estiver concluído e poderemos até fazer algumas sessões de esclarecimento no sentido de o divulgar. Há alguns constrangimentos? Há, que foi a venda ou contratos de compra e venda, uns assumidos outros não assumidos, de património que pertencia ao Complexo e foi vendido, esta é uma das questões que nos preocupa.

Para já esclarecer, que tocou numa questão importante, que eu acho que é de referir, que é o ensino pré-escolar, neste momento nós temos alargamento de horário gratuito até às 17.30 horas e das 17.30 horas às 19.00 horas há uma comparticipação e temos assegurado sempre atividades no período de férias escolares, muito se tem feito na educação, não fica tudo feito mas temos que caminhar no sentido de apoiar as famílias para o alargamento dos horários.

Relativamente à questão que colocou da Resíduos do Nordeste, é uma das nossas preocupações, não podemos retirar os investimentos no Orçamento, até porque sendo a Assembleia Municipal a entidade que vai decidir o futuro, nós temos de assegurar que os investimentos poderão ser realizados fruto do Orçamento Municipal.

Quanto à Zona Industrial e a fibra ótica, a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana é que tem o projeto, vamos equacioná-los quanto a essa questão, relativamente à rede ciclável, estamos numa época dos Modos Suaves e os financiamentos que existem, permitem o alargamento de vias através de eco pistas e redes cicláveis, vamos ter um posto de bicicletas junto à interface intermodal da Estação Ferroviária, que também está inscrita no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano e que depois poderá fazer a ligação com Carvalhais e de Carvalhais para o Romeu, indo depois para Macedo de Cavaleiros e Bragança. Não sei se vamos todos dedicarmo-nos a andar de bicicleta, mas julgo que a questão relacionada com a saúde e com o bem-estar e qualidade de vida, também é importante.

Em relação à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães *António Martins*, relativamente ao Programa Aconchego, há duas jovens inscritas, ainda não têm o processo concluído, relativamente à questão colocada da vistoria, são feitas pelos nossos Serviços Veterinários e que vão acompanhando algumas situações, mas relativamente à Escola Luciano Cordeiro, houve realmente o encerramento da cantina, de lembrar que esta escola está na tutela da Direção Geral de Educação, é uma situação que é do conhecimento do Senhor Delegado, na cantina de Torre de Dona Chama já foram feitas obras para evitar o encerramento, na Escola Luciano Cordeiro não houve cabimento orçamental para o Ministério da Educação fazer obras, mas havia conhecimento de que havia uma situação muito complicada sob o ponto de vista das instalações e das infraestruturas, naturalmente que o Senhor Delegado Regional e o Ministério da Educação terão de fazer obras, neste momento estão a ser transportadas as refeições para os alunos.

Quanto à formação de Higiene e Segurança no Trabalho, aliás, todo o plano de formação estamos a tentar que seja tendencialmente gratuito, apesar das formações específicas serem também algumas aprovadas e são solicitadas pelos próprios trabalhadores e colaboradores, não temos número suficientes de pessoas para fazer formações, mas são empresas, dando preferência às empresas de Mirandela para poderem fazer a formação dos nossos colaboradores e acho que tem corrido bem e integra também uma das nossas prioridades, que é a formação dos colaboradores.

Relativamente aos processos judiciais, posso-lhe dizer que estão todos identificados na página 74 do Orçamento Municipal para o ano económico 2020 e que estarão disponíveis para consulta.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Fiquei confuso, porque ouvi a Senhora Presidente falar nos Serviços Veterinários, mas não foram eles que fizeram a auditoria da HACCP, julgo eu. O que eu lhe perguntei foi quem foi a empresa que fez essa vistoria de HACCP e as conclusões que tirou, porque essas conclusões e essa vistoria determinaram que depois houvesse o encerramento da cantina. Aquilo que eu quero saber é se previamente havia ou não essa informação e se houve alguma medida corretiva no sentido de não chegarmos ao desfecho que acabou por acontecer.

Gostava de saber quem é a empresa e nesta vistoria que foi feita em outubro, se houve alguma conclusão neste sentido.

E relativamente à formação, queria saber quem a dá, se é um funcionário que está habilitado para a dar, ou se é uma empresa que está habilitada para a dar?

Quanto aos processos judiciais, essa informação vem no Orçamento, mas o Orçamento vem a esta Assembleia Municipal uma vez por ano, enquanto que a Informação da Presidente vem a esta Assembleia Municipal cinco vezes por ano, o que eu estou a dizer é que elas deviam acompanhar a Informação da Presidente, é esta a sugestão que lhe dou.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente às vistorias e como pode verificar na página 34, Serviço Municipal de Veterinária no âmbito das competências também da DGAV – Direção Geral de Alimentação e Veterinária, que como sabem, também tem a tutela sobre os Veterinários Municipais, existem uma série de vistorias e de análises higio-sanitárias a talhos, peixarias, estabelecimentos comerciais e também a cantinas escolares, os Veterinários fazem estas visitas, não conheço o relatório, porque é um trabalho que é feito com alguma autonomia, posso-lhe encaminhar o relatório.

Presumo que a vistoria tenha recomendado algumas melhorias, ou ações corretivas, existirão infraestruturalmente carências, que puseram em causa o encerramento, não esta vistoria de HACCP, a não ser que tenha sido a DGAV a comunicar ao Ministério de Educação e se foi isso que aconteceu não lhe sei dizer o trajeto da própria comunicação.

Quanto à formação, são empresas que fazem a formação, a Técnica de Higiene e Segurança faz formação aos trabalhadores e visitas regulares com relatórios, no sentido de no próprio local de trabalho verificar e monitorizar se estão a utilizar os equipamentos de proteção individual, se estão a utilizar todas as situações que previnem acidentes no trabalho.

Também gostava de vos dizer que relativamente a acidentes, a Câmara Municipal tem neste momento o seguro de acidentes de trabalho, não tinha, nunca teve e por isso assume os custos relacionados com os acidentes que aconteceram no passado.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vou pegar no tema outra vez, o que me diz é que a vistoria foi feita pelos serviços da DGAV ou pelo Veterinário Municipal, penso que foi isto que eu percebi, mas este é um dos seus pelouros e nesse sentido tem de ter conhecimento do relatório e penso que me acabou de dizer que não tem conhecimento do relatório, ou que não teve, mas é o seu pelouro e deve ter adjuntos e uma série de pessoas à volta de si, houve dois meses que se podia ter tomado medidas para evitar o encerramento, juntamente com a Escola, penso que fiquei com esta informação. Se é o seu pelouro, tinha de ter conhecimento, é esta a nota que eu quero que fique desta situação. Porque houve crianças que foram prejudicadas no serviço alimentar, as refeições deixaram de ser confeccionadas lá e passou uma empresa a assumir as refeições, mas nesta situação não podemos dizer que alguém fez o relatório e que a Senhora Presidente não teve conhecimento porque este é o seu pelouro.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não sei se o Senhor Presidente de Junta *António Martins* sabe exatamente do que estamos a falar, nós estamos a falar de uma vistoria de HACCP que consta de um plano de análise dos pontos críticos, como eu referi na minha primeira explicação, as condições infraestruturais da cantina, que normalmente se refletem nas condições higio sanitárias em que são confeccionados os alimentos, são da responsabilidade do Senhor Delegado Regional, numa reunião foi alertada essa situação, existia uma situação similar na Torre de Dona Chama, e Direção Geral de Educação abriu procedimento para a cantina de Torre de Dona Chama, não abriram procedimento para a cantina da Escola Luciano Cordeiro.

Estava eminente de que se houvesse uma inspeção da Autoridade de Segurança Alimentar Económica, poderia haver o encerramento, não sei quais foram os critérios que levaram ao encerramento, porque, como sabe, a ASAE é autónoma. Relativamente aos Veterinários Municipais, todos os relatórios são relatórios técnicos, só em situações graves, que esteja em causa a segurança das pessoas, a segurança da própria alimentação, é que os Veterinários Municipais me fazem chegar uma informação, que obtém o Despacho da Presidente da Câmara, nas situações em que a gestão do espaço não é da responsabilidade da Câmara Municipal, a notificação pode ser feita ao Agrupamento de Escolas ou ao Senhor Delegado Regional, relativamente a talhos e peixarias, as notificações são relatórios técnicos, que são enviados aos promotores dos estabelecimentos.

A questão, segundo entendi, que está a colocar, é se não existe um envolvimento político ou de responsabilidade política de decisões técnicas, existem muitas decisões técnicas, que são feitas tecnicamente pelos Serviços, que não obtêm nenhuma informação do Executivo, salvo algumas exceções, nomeadamente obras, que vêm ao Executivo.

Relativamente aos Veterinários Municipais, a Câmara Municipal tem dois Veterinários mas apenas um pode ser Veterinário Municipal, é pago pela Direção Geral de Alimentação e Veterinária, esta é uma situação que tem sido acompanhada pelos Serviços Veterinários e tem correspondido àquilo que tem sido solicitado, quer pelos estabelecimentos comerciais, quer por outras infraestruturas a necessitar de obras.

Para terminar, a Câmara Municipal de Mirandela editou um livro que é do Cónego *Silvério Pires* "Hagiografia Paroquial Património Cultural", fala aqui de todas as Freguesias, a Câmara Municipal de Mirandela oferece a todos os Senhores Presidentes de Junta, uma vez que faz aqui a história de tudo o que existe nas vossas Freguesias e temos também um livro para oferecer por Bancada dos Grupos Municipais.

4.2 - Ratificação à alteração de um dos elementos da Comissão Permanente da Assembleia Municipal.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Esta ratificação é para a ocupação do cargo na Comissão Permanente do Senhor Deputado *Rui Pacheco*, que já tomou posse e precisa de ser ratificada aqui, já que a nomeação foi feita aqui.

Está ratificada esta nossa posição.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

4.3 - Orçamento Municipal para o ano económico de 2020.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 05 de novembro de 2019, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do PS e três votos contra dos membros do PSD, conforme proposto:

1 - Aprovar o Orçamento Municipal para o ano económico de 2020;

2 - Submeter o referido documento à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Antes de iniciarmos a discussão deste Ponto, deixai-me esclarecer o seguinte, o artigo 28.º do nosso Regimento, Regras do uso da palavra para discussão no Período da Ordem do Dia, diz no seu Ponto 4: “A apresentação verbal de cada Proposta pelo Membro da Assembleia proponente ou pelo Executivo camarário, dever-se-á limitar à indicação sucinta do seu objeto e fins que se visa prosseguir, e não exceder o total de cinco minutos.” A Senhora Presidente pediu-me para usar dessa prerrogativa, ou seja, dado que é uma Proposta, de fazer uma apresentação dessa Proposta, para a qual terá cinco minutos.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

[Handwritten initials and marks]

“No culminar de mais um ano de trabalho e na última Sessão pública de escrutínio global e político e antes mesmo de entrar no âmbito desta Assembleia, gostava de vos dar uma opinião para que a reflexão se potencie sem falsas moralidades, ou mesmo ignóbil convencimento de que alguém representa a verdade absoluta. Até porque o erro hoje, é apenas uma verdade de amanhã, que aguarda serenamente o seu tempo.

A crescente tendência das pessoas se relacionarem apenas com aqueles com quem já concordam, é um dos maiores erros em democracia. Outro erro que me preocupa, prende-se com a plena convicção que tenho, de que apenas com o diálogo se podem construir pontes e vínculos.

Desde o início desta década, assistimos a uma onda de protestos em países como a Tunísia, o Egipto, a Grécia, Portugal, Espanha, os Estados Unidos e o Brasil, face a causas mais transversais, a democracia, ou mais específicas, a austeridade e os cortes na educação, por exemplo. Estes acontecimentos questionam a certidão de apatia política que tem sido atribuída ao povo, em particular aos mais jovens.

Ora, o que se passou neste último ato, nesta casa do povo, nem sempre se regeu pela subliminar política dos democratas, pela elevação dos que representam todos, pelo diálogo construtivo, em respeito e confiança e sobretudo, pela capacidade de construir erros e de assumir uma anti discórdia saudável e plena de consciência cívica, madura, adulta, responsável e dedicada ao serviço público de excelência.

Este exercício pedagógico, do qual não estou isenta, assenta na capacidade de nos abstrairmos da pessoalização da política e do enredo cúmplice de quem cresceu em Mirandela, como todos vocês.

Assim, neste último dia de trabalhos políticos, apelo à nossa inteligência, à nossa resiliência política e à nossa condição de gente de bem, transmontanos de berço, para que saibamos aprender com as nossas dúvidas e erros, e construamos um palco de diferença ideológica, de debate constante, de respeitosa frontalidade, mas sempre de política.

Assim sou, tal como *Alexandre Herculano* expressou, “Eu não me envergonho de corrigir os meus erros e de mudar de opinião, porque não me envergonho de raciocinar e aprender” e termino, para avançar com a Ordem do Dia, com a paradigmática afirmação de *Churchill*, “A política é quase tão excitante como a guerra e não menos perigosa. Na guerra a pessoa só pode ser morta uma vez, mas na política diversas vezes.”

Saibamos viver em 2020, de mim, tal como *Sá Carneiro*, “O que não posso, porque não tenho esse direito, é calar-me, seja sob que pretexto for.”

Centremo-nos então na Ordem do Dia.

Em Mirandela, o Orçamento Municipal para o ano económico de 2020, é de cerca de 36 milhões de euros, e sim, representam uma diminuição de 4,8 % relativamente ao ano anterior, traduzindo um ligeiro aumento da Receita e Despesa Corrente, resultante da nossa decisão em assumir no próximo ano competências, que até agora eram da Administração Central, dou como exemplo a educação.

Sei ainda que pode criar confusão, estamos a ser tão ambiciosos no Documento que apresentamos, tendo menos dinheiro para o executar, mas isto deve-se exclusivamente a termos concluído grande parte das obras com o Parque Escolar, ou seja, temos uma diminuição de Despesa e Receita de Capital.

As despesas com o pessoal representam o maior aumento da Despesa Corrente, mais de 1,2 milhões de euros, face a 2019 e que se justifica pela contratação de trabalhadores, no âmbito do Programa de Regularização de Precários, programa do Governo, pelo arranque de Programas de Estágios Profissionais na Administração Local e pela descentralização de competências na educação.

As Despesas de Capital, que incluem a aquisição de ativos e passivos financeiros, sendo estes passivos empréstimos a médio e longo prazo, totalizam 14,5 milhões de euros, ou seja, 40 % do Orçamento do Município, sendo que deste valor, 88 % é de investimento municipal, aquisição de bens de capital.

A Revisão do Plano Diretor Municipal e a aprovação do Plano de Urbanização para a cidade de Mirandela, serão dois motores de desenvolvimento económico, teremos novas áreas para a expansão da Zona Industrial, dotando o concelho de infraestruturas industriais apelativas e potenciadoras de “clusters” de empreendedorismo e inovação, reforçando os investimentos existentes e abrindo novas oportunidades a quem cá está, ou pretende instalar-se no nosso concelho.

A cooperação entre as Freguesias e com as Freguesias manter-se-á, através do esforço das ajudas financeiras, pela atualização do Fundo de Financiamento das Freguesias e promoveremos uma sustentada descentralização de competências, que afirmaremos em 2021.

Antes de terminar, não posso, por honestidade política intelectual, deixar de referir que ao dia 31 de outubro de 2017, o passivo do Município ascendia a 26 milhões de euros, ou seja, estávamos no limite da dívida total admitida para o Município por lei. Decorridos os anos de vigência do Plano de Saneamento Financeiro, foi-nos possível antecipar a suspensão do Plano em quatro anos, porque consolidamos a maior parte das medidas impostas e os objetivos neles previstos e que sem dúvida melhoraram o desempenho do Município de Mirandela, quer ao nível da eficiência organizacional, economia e redução da despesa e consequentemente a um aumento da receita, ou seja, hoje o Município de Mirandela cumpre as condições previstas legalmente, tendo uma dívida total de cerca de 18 milhões de euros e o nosso limite da dívida total já não ultrapassa 1,5 vezes da média da receita corrente nos últimos três anos.

Questionário, pedirão explicações, concluirão que somos ambiciosos, sei que estamos a construir um caminho em que acreditamos, com um pensamento construtivo, elaborado e sustentado em políticas saudáveis, em processos de interpeleção política construtiva, todos podem participar, sabemos ouvir e integrar. Os projetos, vos garanto, são prioritários neste Executivo, pois os planos só fazem sentido se resultarem em obra e é obra que esperam de nós.”

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O que é que eu pretendo dizer em relação a este Orçamento? Eu pretendo dizer em relação a este Orçamento que aquilo que a Senhora Presidente disse, eu concordo plenamente em tudo o que disse, eu estou afeto a um Partido, gosto desse Partido e vou

[Handwritten initials and marks]

morrer nesse Partido, mas não concordo muito com o Partido em determinadas situações e eu vou opinar nesse sentido e o meu discurso é um discurso político, tem a ver com política só, mais nada.

Números é com o Senhor Vice-Presidente *José Cunha*, que é o grande mestre da ilusão dos números e com os acólitos dele, que o seguem, é o “rei das arábias” dos “crudes do petróleo”.

No debate do Orçamento da Autarquia, é uma viva ilusão, é a vergonha, eu chamo-lhe mais, a hipocrisia e eu digo porquê frontalmente e politicamente, eu sei que os números eram de 37,7 milhões de euros e aquilo que eu vi e daquilo que falou, a sua preocupação foi o Saneamento Financeiro da Câmara Municipal de Mirandela, quer dizer, isto é uma autêntica ilusão, porque a Câmara Municipal de Mirandela estava sim mal, quando passou pelo ano 2013 a 2017 e passou por um processo de auditorias consequentes e que nada disseram sobre a realidade má e financeira da Câmara Municipal.

A Câmara Municipal foi, com a sua capacidade e com a sua organização, foi articulando com o Pocal e com a DGAL e com os problemas financeiros que existiam, tentar que os custos descessem em relação às projeções nos próximos Orçamentos que a Câmara Municipal estava restringida a criar.

Então vejamos o que é para mim o Orçamento que eu li, li em linhas travessas e por isso também pode haver aqui alguma incongruência da minha parte, eu não sou o “rei da verdade”, nem pretendo ser o “rei da verdade”, mas é aquilo que me parece.

No debate do Orçamento das Grandes Opções do Plano para 2020, mais uma vez é e só se perde, nada se alcança em 2019 e porquê? Tínhamos um valor de 37 milhões de euros, fizemos várias Revisões Orçamentais ao longo do ano, que são permitidas por lei, pode fazê-las, eu não estou aqui a dizer que não pode, pode-as fazer, não devia permitir fazê-lo nos três ou quatro meses antes de apresentar novo Orçamento, mas a lei permite-lhe isso e a Senhora Presidente fez uma outra Revisão, para quê? Para que o Orçamento atingisse uma execução orçamental de cerca de 80 %, julgo eu, para não ficar aquém desse valor e o valor que retirou foi de cerca de 7 milhões de euros. Ora, isso, na minha perspetiva, não é delicado para os mirandelenses, a Senhora Presidente aprovou um Orçamento politicamente, quer queira quer não, aprovou-o, foi a Senhora Presidente que o fez e ao longo do ano foi retirando a esse mesmo Orçamento as mais-valias para a execução de obra.

É mesmo como chamar aos mirandelenses mentecaptos, eles não sabem nada disto, eu faço o que quero e passa tudo, ninguém dá conta, julgo eu, eu não falei com ninguém, eu reporto-me aos documentos que me enviaram.

O que é que eu acho que tem este novo Orçamento, tem marcas já de campanha eleitoral, já está a pensar em ser eleita, isto não há dúvida alguma, a eleição é já um caminho adquirido, eu concordo plenamente que vá a eleição, nada a opor com toda a sinceridade, mas esse eleitoralismo disfarçado, tem mau sentido, porque está a abusar um pouco da paciência também dos mirandelenses e porque é que eu digo isso? Porque ouvi muitas críticas à cerca, eu até achei aquilo um bocado irónico, quando ia para casa, vivo num pequeno apartamento, que dá muito bem para viver e vi a caixa do correio e vi na rua, que estava a chover, postais de natal e eu disse assim para mim: “A Presidente já anda a fazer campanha eleitoral, estamos a dois anos da campanha e anda aqui a desperdiçar dinheiro dos municípios com postais de natal”, as pessoas a pisarem-lhes, não ligavam nada aquilo e que na quinta-feira a senhora da limpeza atirou com aquilo ao lixo, é desperdício isso, isso é desperdício, pode arranjar as artimanhas que quiser, mas para mim isso não tem artimanha nenhuma, é desperdício e a Senhora Presidente que fala tanto aqui em criar metodologias próprias para não encarecer os custos da Autarquia, a Senhora depois faz isso ao contrário, à noite na cama pensa nisso e depois no dia seguinte faz.

Para mim é um eleitoralismo que não se coíbe muito, é uma vergonha, já estou como o do Partido Chega, é uma vergonha isso, é o pudor, é o pejo, é o receio da desonra, é a timidez, o embaraço que ela tem, ela não sabe o que faz, para mim é esse princípio político, ela não tem mente para pensar como é que as coisas se vão processar a médio e longo prazo, porque um político sabe aquilo que quer, a Senhora Presidente de Câmara não sabe, porque esteve sentada anos, anos, numa Direção Regional, como Diretora ou Vice-Diretora, que nada se fez, isso não me venham cá com questões muito bonitas e esteve numa Assembleia da República que nada fez e está aqui na Câmara que se coíbe destas situações, eu não tinha este descaramento, eu para político, para Presidente de Câmara, eu abandonava o barco, eu tinha vergonha de ser Presidente da Câmara.

Tendo em conta estes e outros aspetos, este Orçamento, eu não me importo o que a minha Bancada diga, ou que deixe de dizer, este Orçamento é um mau Orçamento. É um Orçamento de oportunidades perdidas, um Orçamento com mentiras, é um Orçamento que acima de tudo não acautela o futuro dos mirandelenses, é um Orçamento em que nada se faz, vamos ter quatro anos perdidos, eu não acredito em nada, gostava de acreditar nela, eu acreditei que a Senhora Presidente fosse fazer qualquer coisa por este concelho, não vai fazer nada e não posso concordar com este Orçamento. Eu estou a falar aqui com rigor político, podem dizer que eu estou enervado, eu não estou enervado, a minha maneira de falar é esta, eu até me rio com isto.

É um Orçamento com mentiras, porque é vergonhoso, não levará até ao fim aquilo que esta Assembleia aprovou na devida altura, dos Gabinetes de uma Câmara Municipal, onde foi ajustado, reajustado, cortado, recortado, tornado a ser recortado, a seu jeito e a seu proveito, foi o que fez a Senhora Presidente, eu não acredito neste Orçamento, eu gostava de acreditar, mas não acredito.

O que importa mesmo é o presente, é o dia-a-dia, esta Câmara parece uma Comissão de Festas, como já disse, uma Comissão de Festas mais elaborada, tem os acólitos que seguem a santa, que a levam no seu andor, pegam nela com os seus pés de barro, um dia os pés de barro partem e a santa caí.

Não corrigiu desigualdades sociais nenhuma aqui, há famílias em Mirandela que vivem na miséria, eu atualmente dou de comer e não digo quem são, isso fazia de mim um “bufo” e eu não “bufo”, eu dou de comer a duas famílias que não têm nada, ela não faz isso na Câmara Municipal e eu faço, o meu pai ensinou-me a fazer isso, eu tenho essa capacidade financeira para fazer isso e eu faço-o.

Acabar com os desmandos desta Câmara que nada fez por Mirandela, superar as inquietações dos cidadãos, puxar pela sociedade e pelas empresas em Mirandela, referindo que se eu PSD me preocupo com o futuro do país e com o futuro de Mirandela.

Senhora Presidente, eu não quero ser manipulado por Partidos de Esquerda, nem de Direita, nem do centro, nem de outro lado qualquer e a Senhora não me manipula, nem ninguém me há-de manipular.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Gostava de referir aqui uma questão, a liberdade de expressão faz parte da nossa “casa”, da democracia, nomeadamente, quando não há excessos de linguagem, como aconteceu, não houve excessos, gostei da intervenção, respeito a sua opinião, mas a referência que queria fazer, é que o Senhor Deputado *António Figueiredo* falou do Ponto a seguir, quase 50 % do seu tempo e eu não o interrompi, eu não tenho dois pesos e duas medidas, eu não o interrompi porque eu vi que foi a forma de introduzir o Ponto que estava em debate, isso foi o que aconteceu nas situações anteriores, eu oiço, faço a minha análise e também não interrompi como fiz com os outros, só uma explicação porque o Senhor Deputado *António Figueiredo* acusou-me de facto e acho que injustamente.

----- O Senhor Deputado Municipal *FAUSTINO CUNHA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Deixo alguns comentários à Apresentação do Orçamento e Grandes Opções do Plano.

Após a apresentação de intenções genéricas, eixos estratégicos, que ficam bem em qualquer Orçamento, começámos por ter conhecimento da apresentação dos meios para os atingir, de que passo a referir:

a)- *“iremos proceder à contratualização de novos recursos humanos...”*

Embora toda a justificação adiante aduzida, não estaremos a criar novos “boys”?;

b)- O Plano Diretor Municipal e o Plano de Urbanização Há muito que são *“a mola para o desenvolvimento”*, vamos ver a que custos, designadamente ambientais;

c)- O Complexo Agro Industrial do Cachão (que está para venda) vai ter *“definitivamente um futuro”*, com matadouro e lixeira de papel? Será que as PP's com a universidade vão descobrir a forma de aí disponibilizar armazéns para entrega de produtos agrícolas para tratamento industrial?;

d)- Sobre o apoio às Freguesias reservo-me para deixar a palavra para os Senhores Presidentes de Junta, que se pronunciarem quer quanto à solidariedade, quer quanto à ação do Gabinete de Apoio às Freguesias;

e)- À volta da Estação Ferroviária, iremos ver novos espaços e museus, com ou sem público!

Em tempos já idos cheguei a questionar se o edifício da CP não se poderia transformar em residência para estudantes!;

f)- As unidades móveis carecem de uma atenção especial na promoção dos seus serviços, sob pena de não terem utilizadores e serem tempo e dinheiro perdido!;

g)- O Plano Operacional de Transportes Públicos, porque pugna há muito, corre o risco de ficar no papel, já que por não haver carreiras regulares, também não há descontos. (exemplo das viagens a Bragança, Macedo, etc...);

h)- De praias vamos ficar bem servidos, já que os rios continuam a correr e as pessoas, com ou sem meios, refrescam-se e tomam banho;

i)- A ciclovia sobre a linha do caminho-de-ferro vai resolver o problema do desnível das travessas e vai finalmente escoar o tráfego ciclista na cidade, com pistas de dois metros;

j)- Bem gostaria que as GOP's contribuíssem para *“a redução dos níveis de baixa autoestima e de capacitação emocional”* (página 9), mas vamos ver como, estou expectante!

A página 37, Ponto 4 – MOBILIDADE E TRANSPORTES, apresentam-se carreiras regulares que servem o concelho. Como vão ser servidas localidades como Valbom, Vale Maior ou Vale de Gouvinhas?

A sede de Freguesia de Vale de Gouvinhas, está a dois quilómetros da paragem das camionetas! (porque é bom para os idosos fazer exercício, caminhando?).

Os Transportes a pedido *“uma vez por mês”*, será para os munícipes não abusarem, ou só há transporte mesmo uma vez por mês?!

Aqui está um sonho bem apresentado que espero se não venha a tornar pesadelo por acréscimo de dívida, ou frustração por expectativas não concretizadas?

Quanto ao Orçamento previsto para 2020, reservo-me para falar mais tarde.”

----- O Senhor Deputado Municipal *LUÍS MOSQUEIRO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Uma das tarefas mais interessantes de qualquer gestor é a elaboração de um Orçamento. É um exercício fascinante e imprescindível aos corolários de uma boa gestão. A razão principal é equivalente à de um andaime numa obra para a segurança dos trabalhadores. O Orçamento é um instrumento fundamental para o funcionamento de qualquer instituição. Representa a tradução em números da realidade, incluindo os compromissos do passado, as decisões do presente e as perspetivas de futuro.

Ao analisar um Orçamento não é possível ignorar nenhuma dessas suas dimensões. Neste contexto, a realidade de um Orçamento deve ter na base um estudo comparativo e intertemporal, pelo que irei tentar efetuar essa análise, tendo em conta a evolução tendencial que existiu durante os últimos anos nesta Autarquia.

O Orçamento que aqui se apresenta tem, no seu planeamento, toda a atividade económica, política e administrativa que, através da previsão realizada e a aplicação dos recursos obtidos, atinge, na sua essência, o equilíbrio financeiro com a redução da enorme despesa com o emagrecimento da despesa corrente. É tempo de imprimir um novo rumo, afirmar novos compromissos de diálogo, de participação, parceria e cooperação com todos os que estejam seriamente empenhados no serviço público à comunidade e na defesa dos interesses e necessidades das populações, aprofundar em evolução criativa, um projeto autárquico que esteja na base de transformações incomensuravelmente positivas – com mais progresso social, económico e qualidade de vida do concelho de Mirandela.

Este orçamento, feito com a “prata da casa”, insere-se numa rota de colisão com a gestão danosa, que levou ao endividamento sobejamente conhecido quer a nível económico, quer a nível funcional. Colide com:

1º Endividamento exponencial;

- 2º Pior pagador;
- 3º Falta de rigor;
- 4º Despesismo;
- 5º Falta de estratégia municipal;
- 6º Degradação da qualidade de vida;
- 7º Ilusão, irrealismo orçamental e interesses económicos.

Assim, podemos verificar em termos práticos nesta análise que existe uma posição contrária a tudo aquilo que os anteriores executivos referiam e executavam em termos mediáticos, o que demonstra um rumo que norteia a nova gestão, assumindo que funcionam em função dos interesses das suas populações nos seus representantes, Presidentes da Junta, e não dos calendários eleitorais. Hoje se formos às diversas freguesias questionamo-nos se daqui a 6 meses vai haver eleições autárquicas, pois, nesta altura estão munidas de material para as suas necessidades, desde o paralelo a manilhas tudo se pode visualizar, com a abundância necessária.

Verifica-se que vai gastar, com rigor, dinheiro nas despesas de funcionamento face a anos transato o que é consciente.

Deixou de ser um orçamento irrealista, ilusório e faraónico para se compreender a proximidade da realidade desta autarquia, não descorando as despesas de investimento nas mais variadas vertentes sociais, culturais, desportivas, saúde e solidariedade social.

Tal como todos os Mirandenses, a Dr.ª *Júlia* ambiciona que Mirandela seja um concelho desenvolvido, solidário, polarizador de pessoas e de serviços, com qualidade de vida e esteja servido de boas infraestruturas de saneamento básico, redes viárias, escolas e possua muitos espaços de lazer e de cultura. Para isso, será posto em prática um conjunto de políticas para que as taxas de execução sejam as mais elevadas no seu cumprimento.

Atrevo-me a asseverar que a 2 anos de funções, e não foi a *Deloitte* Portugal a formar ninguém, este executivo tem, na sua matriz, o sentido da realidade autárquica, da exequibilidade orçamental, de trabalho, de resiliência e com esta matriz de elevada maturidade existe mais vida contrariando os ociosos do passado que nos levaram a números preocupantes de desertificação.

Existem prioridades, na estratégia, espelhando, no orçamento que aqui se apresenta, uma grande capacidade para atrair investimento capaz de gerar riqueza local, de forma continuada no tempo.

Algumas das opções parecem-nos mais justas no volume da distribuição dos investimentos pelas várias juntas de freguesia. Existe uma visão integrada e solidária dos problemas do concelho, orientada para uma maior coesão social e económica, a longo prazo, e para a redução das assimetrias entre freguesias do concelho.

Vamos deixá-los governar. A responsabilidade política de aprovar este orçamento é de todos. O concelho já esteve subordinado a saneamento financeiro e agora, que se conseguiu sair, não o queiram condicionar a uma gestão por duodécimos onde não será permitido a inscrição de novas obras. É voltar a parar no tempo.”

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queria pedir desculpa por há pouco pela minha confusão em relação ao tema na minha intervenção anterior, mas aquilo que eu disse há pouco, gostaria de o dizer outra vez, porque ficaram questões que a Senhora Presidente e bem, entendeu não responder por completo, provavelmente para aproveitar para responder agora.

Queria cumprimentar o Executivo e a Senhora Presidente, pelo exercício da apresentação de um Orçamento que não passa mais do que um Plano Estratégico e aquilo que nos deixa já, à partida com alguma dificuldade de perceber qual vai ser a execução deste Orçamento, eu não lhe vou chamar um Orçamento irrealista, não lhe vou chamar um Orçamento de sonho, mas que está subjacente à dependência total e absoluta daquilo que vão ser as dotações da Comunidade Económica Europeia e quando assim é, começamos a partir de um pressuposto que a execução deste Orçamento, independentemente da sua ambição, que é legível, está à partida ferido de alguma realidade e quando eu lhe perguntei, Senhora Presidente, no primeiro ponto de há pouco, qual era o Plano Estratégico para a Revitalização do Complexo Aro Industrial do Cachão, e que vai englobar, como dizia a Senhora Presidente e este Orçamento e as Grandes Opções do Plano, uma parceria com o IPB e com a Universidade de Trás-os-Montes, nós gostávamos de perceber:

1.º - O que é que esta Câmara Municipal e obviamente a sua parceira Câmara Municipal de Vila Flor, querem para o Complexo?

Porque estamos fartos de estudos e planos estratégicos, eu tenho ouvido e não faço parte desta Assembleia Municipal há 24 anos, como o Senhor Deputado *António Figueiredo*, mas tenho ouvido durante os quase 40 anos de governação do PSD, desde que o Complexo ficou no estado em que está, há planos estratégicos todos os anos, ou então em todos os ciclos eleitorais.

O que é facto é que o Complexo Agro Industrial do Cachão está na situação em que está e está nesta situação porque houve um conluio entre a Câmara Municipal de Mirandela e a Câmara Municipal de Vila Flor, o antigo Executivo do PSD, em que aceitaram ficar com aquele “menino” nas mãos, em que o Estado desresponsabilizou-se das suas funções de revitalização e que estão todos os municípios a pagar cerca de 150 mil euros por ano, para aquilo estar como está.

A responsabilidade política é do PSD e obviamente irá ser do PS, porque já teve responsabilidades durante dois anos e se aquilo continuar daquela maneira, vamos continuar a despejar dinheiro naquele Complexo Agro Industrial do Cachão, sem qualquer utilidade e a única forma, entende a CDU, é esta Câmara Municipal e a Câmara Municipal de Vila Flor entregar ao Estado, ou então o Estado assumir a sua real revitalização, porque nem este Município, nem o Município de Vila Flor têm capacidade financeira para o fazer.

2.º - Falei há pouco da questão do ensino Pré-Escolar, a proposta que temos é manter a criação dos Jardins de Infância, com a abertura até às 19.00 horas, em que gratuitamente os meninos ficavam lá até às 17.30 horas, respondeu-me a Senhora Presidente, que no anterior Executivo e bem, era só até às 15.30 horas a gratuitidade e que das 15.30 horas até às 19.00 horas era pago pelos pais.

Senhora Presidente, por mais 1.30 horas acho que este Orçamento podia perfeitamente cabimentar esse valor, isto sim, são medidas que fazem bem às pessoas e que são realistas. Obviamente que me vai responder, que isso implicaria termos de colocar mais um

[Handwritten initials and marks]

Auxiliar, pois Senhora Presidente esta Câmara assumiu responsabilidades com as transferências de competências e isso tinha de estar cabimentado, para termos uma solução para esta situação.

3.º - A questão das ciclovias, nós andamos ao sabor do que diz Bruxelas e do dinheiro que Bruxelas nos quer dar e é por isso que continuamos nesta senda de empobrecimento, de subdesenvolvimento das nossas regiões, porque não conseguimos partir e acabar com esta submissão aos itens da União Europeia, somos pobres e como dizia aquele poético que alguém gosta de citar *António Aleixo*: “Quem só veste o que lhe dão, Vive sempre no inferno: Traz sobretudo no verão. E anda em camisa no inverno.”.

É assim que nós, não só como Município, mas como país vamos continuar a andar.

4.º - Zona Industrial, Senhora Presidente, eu disse-o há pouco e volto a repeti-lo aqui com toda a convicção e que está na moda nós aplicarmos aquilo, falou-se e empolou-se, até vieram cartas públicas, cartas abertas por causa do Museu das Curiosidades do Romeu, em que era uma coisa tão importante e é, para a família Menéres, porque provavelmente apenas 1 % dos municípios de Mirandela é que conhece o Museu, porque ele estava fechado e só era aberto quando era a pedido e a preocupação que se gerou nesta cidade por causa do interesse público!

Senhora Presidente, eu conheço vários empresários que têm interesse em virem para Mirandela, mas não podem vir porque não há terrenos na Zona Industrial e agora faço-lhe este desafio, com a apresentação deste Orçamento ambicioso e eu gabo-lhe essa ambição e subscrevo-a, apesar de saber que isto é quase exequível, mas vamos esperar para ver, como diz o cego, temos cerca de meia dúzia de terrenos na Zona Industrial que estão lá pura e simplesmente para especulação imobiliária, se podemos questionar o interesse público relevante municipal, aqui está, não é o Museu das Curiosidades, não são os terrenos naquela aldeia onde um empresário quer fazer um investimento, é aqui, na Zona Industrial, esta tinha de ser uma das preocupações deste Executivo, há lá terrenos que estão lá desde que a Zona Industrial foi concebida e que estão lá ao serviço de especulação de ganhar dinheiro e impedir que empresários que querem investir em Mirandela, não o possam fazer e assim se deslocam para outra Zona Industrial que fica a 20 km.

Senhora Presidente, é nisto que este Orçamento peca, é que nas pequenas coisas em que este Executivo podia atuar com celeridade e com vontade política de resolver concretamente os problemas da nossa cidade, podia-o fazer e não o faz, provavelmente por coragem política e eu espero que tenha a coragem política de alterar o rumo, porque continuamos a manter essa posição.

E digo-lhe por fim Senhora Presidente, não vamos subscrever este Orçamento, porque assume de forma ligeira transferências de competências que não estão contempladas neste Orçamento e que terão consequências imprevisíveis para a nossa cidade e porque é um Orçamento que está planeado em mais de 90 % da dependência de Fundos Comunitários.

----- O Senhor Deputado Municipal *NUNO MAGALHÃES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Antes de partir para a questão da análise do Orçamento, pelo menos na minha opinião, dar uma palavra à Senhora Presidente pela intervenção que fez no início deste Ponto, dizer-lhe que apreciei o que disse e transmitir-lhe que nós também estamos aqui nesse espírito de colaboração.

Nós sabemos que a política acima de tudo é humana e um humano tem emoções e às vezes extravasamos demasiado as nossas emoções e as coisas podem não soar tão bem como nós realmente queríamos que soassem.

Mas a verdade é que também estamos aqui para ajudar a fazer este caminho de construção e tudo aquilo que nós apontamos aqui, pelo menos da minha parte, faço-o de uma forma construtiva e não me demito de todo de depois as trabalhar para encontrar as soluções sobre aquilo que lhe aponto.

Passando para as questões do Orçamento em si, nós quando falamos no Orçamento, na minha ótica, muitas das vezes também temos de olhar não só para o que vem do passado, para os programas passados, mas também olhar um pouco àquilo que está em nosso redor e àquilo que são os nossos contextos, não só as nossas perceções, mas os números e os dados que estão à nossa volta.

E foi isso também que procurei fazer agora, na análise deste Orçamento, entrei no site “Pordata” que faz um tratamento de dados estatísticos de interesse nacional, procurei sobre o Município de Mirandela e encontrei alguns dados que eu considero relevantes, para depois fazermos a análise do Orçamento.

Quando falamos aqui na questão da população residente, já aqui dissemos, já toda a gente sabe, estamos numa trajetória descendente há algum tempo e estamos a continuar essa trajetória descendente. Uma questão que também me parece importante, é quando falamos no número de jovens, se em 2001 tínhamos 15 % de jovens com menos de 15 anos, hoje só já temos 10,9 %. Quando olhamos para o índice de envelhecimento, se em 2001 tínhamos 132 %, hoje já estamos em 251,7 %, algo que nos deve preocupar e bem.

Quando falamos também do saldo natural, o nosso saldo natural dos últimos dados possíveis de consultar, estamos com um saldo natural de -136 pessoas, ou seja, há mais pessoas a morrer do que a nascer no concelho de Mirandela e quando olhamos para os números também do desemprego, aqui falamos não do desemprego em si real, porque não é possível obter esse resultado no “Pordata” para o desemprego em Mirandela, mas falamos do número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego e nós sabemos que muitas das vezes a realidade é que há muitos desempregados que não estão inscritos nos Centros de Emprego, ou porque já abandonaram o país, ou também porque já perderam a sua inscrição fruto de alguma situação, olhamos e vemos que em 2017 estamos com 10,1 % e isto contraria muito aquilo que é a ótica nacional. Nós sabemos que Mirandela sempre foi neste aspeto microclima no que toca ao desemprego, sempre tivemos um elevado número de desemprego, o que muitas das vezes não acompanha as médias nacionais e aqui mais uma vez confirmamos esses dados e é isso também que nos deve preocupar, continuarmos com este desemprego crónico.

Se olharmos para o índice da economia transmontana, um índice criado pela Universidade do Minho pelo Dr. *Paulo Reis Mourão*, os dados que temos para 2009, que ele fez questão de me ceder, diz que estamos a terminar o ano pior a nível de economia do que aquilo que começamos e que o investimento continua a ser a maior debilidade que temos na nossa região e isso é algo que tem contribuído para quebra populacional, para as baixas taxas de natalidade e para o desemprego crónico, que tem assolado Mirandela.

[Handwritten initials and marks]

Como não há emprego, as pessoas não têm filhos, como não têm filhos, ou abandonam a região ou então não há crescimento populacional, por isso vamos perdendo cada vez mais a nossa população, não temos criação de emprego, não temos criação de riqueza e quando olho para este Orçamento, também não consigo vislumbrar grandes situações que contrariem estas tendências, obviamente podemos falar dos Regulamentos que existem já, de apoio à criação de emprego, de apoio ao comércio tradicional, muitos deles são Regulamentos que já vêm de Executivos anteriores, mas sinceramente olhando para esses Regulamentos, eu gostava de saber qual é a situação, qual é a recetividade que estas políticas públicas têm tido junto dos nossos cidadãos. Fiz o Pedido ao Senhor Presidente da Mesa, para me ceder esses dados e ele informou-me que infelizmente não foi possível cederem-me os dados em tempo, para fazer aqui também uma apreciação desses Regulamentos e por isso, quando tiver essa informação farei questão de fazer essa análise aqui na Assembleia Municipal.

Mas olhando para o panorama, não me parece que esses Regulamentos tenham tido e estejam a ter execuções satisfatórias e também precisamos de pensar o porquê de não estarmos a ter os resultados que esperamos, isso leva-nos à questão das avaliações das políticas públicas, muitas vezes nós tomamos determinadas políticas públicas, mas depois não fazemos a própria avaliação das políticas e dos seus resultados e por isso mesmo gostava de ter esses dados, para poder fazer a avaliação e perceber se efetivamente esses Regulamentos estão ou não estão a ir de acordo com aquilo que nós pretendemos.

Falando um pouco da Diplomacia Económica, a Senhora Presidente já falou aqui várias vezes da questão do PDM, é uma questão importante, podemos oferecer ao investidor já um produto chamado “chave na mão”, ter tudo preparado para conseguirmos dar e eles investirem aqui na nossa cidade, mas além da questão do PDM, que eu considero importante, também não vejo mais nada que nos diga que estamos a procurar atrair esse investimento. Tivemos a questão na última Assembleia de um investimento que vai ser feito numa das nossas Freguesias, mas não vejo mais uma procura de investimento que possa atrair e gerar aquela riqueza que nós pretendemos e a criação de emprego.

E mais, até podemos falar já de outra questão que eu queria tocar, que é a questão do turismo e também pensarmos em Planos de Ação que possam até tornar um turista num investidor, há já exemplos de algumas localidades e países que já começaram a fazer esse trabalho, fazerem planos de ação em que oferecem ao turista uma possibilidade de investir na nossa região e aqui também não há essa perspetiva e acho que podia ser benéfico pensarmos um pouco nessa perspetiva.

Falando um pouco também de turismo, nós quando falamos do turismo e falamos da marca “Mirandela”, aquilo que nos vem à ideia será sempre a Alheira de Mirandela e o azeite de Mirandela, nós todos sabemos que Mirandela é a alheira, Mirandela é o azeite e essa é a nossa marca, mas no entanto temos um capital natural, que me parece ainda muito pouco explorado e que pode trazer aqui alguma riqueza e alguma valorização da marca “Mirandela”, que ajude a atrair investimento e que também ajude a atrair mais turistas e por isso também precisamos de pensar em algumas formas de aproveitar o capital natural que existe, dentro do nosso território.

Passando um pouco para a saúde e a Senhora Presidente tem que concordar que já vamos no terceiro Orçamento onde vem a Unidade Móvel de Saúde e a verdade é que há uns tempos quando foi questionada sobre essa situação, aquilo que nos disse foi que estaria num processo de caracterização, neste momento não entendemos porque é que a Unidade Móvel ainda não está a operar e por isso perguntamos se efetivamente será desta vez que vamos ter este projeto nas estradas, para os nossos cidadãos, para os mirandelenses, que sem dúvida seria um grande benefício.

Falando na questão da juventude, é preciso também congratular o Executivo e dar-lhe os parabéns por acolher uma iniciativa que saiu desta Assembleia e aqui se vê também a importância que a Assembleia Municipal tem, para podermos definir algumas políticas públicas, a questão da Assembleia Municipal Jovem, neste momento está inscrita no Orçamento, a parte da Câmara Municipal está feita, a “bola” está um pouco do nosso lado agora e nós faremos questão de corresponder com a execução do Regulamento para a Assembleia Municipal Jovem, mas além de apoios a Associações e Instituições, o que é efetivamente salutar, é preciso também começarmos a pensar no apoio à emancipação jovem, que mais uma vez é uma questão importante até para as questões da natalidade e para contrariar o saldo natural que nós temos. E por isso o apoio, a majoração a apoios e programas de empregabilidade, é uma prioridade ou deve ser uma prioridade, os programas de arrendamento e de apoio ao arrendamento jovem, também devem ser uma prioridade e também começarmos a pensar em políticas de natalidade, de apoio à natalidade, de apoio à criação de família, e isso também seria uma parte importante para valorizar estes Eixos que a Senhora Presidente definiu no nosso Orçamento.

E por fim, falar na questão dos Eixos, falando dos quatro Eixos que a Senhora Presidente nos define, eu tenho-lhe a dizer que não tenho nada a opor a estes Eixos que nos define, não tenho qualquer crítica a fazer, sinceramente acho que há aqui Eixos que são importantes, embora não tenha conseguido perceber muito bem o que é que quer dizer com este Eixo n.º 3, mas os outros três Eixos, parecem-me importantes.

Falando nestes três Eixos, falar no fortalecimento da economia local e depois de tudo aquilo que eu já disse, infelizmente não me parece que esta opção política que está subjacente e que está aqui escrita, que se tenha transposto depois para a aplicabilidade prática do nosso Orçamento e por isso este Eixo acaba por não ter uma sustentação tão grande, como seria de esperar. Falando no Eixo 2, promover a inclusão social e cívica, aqui tenho que dizer que efetivamente houve melhorias, houve alguns Protocolos que foram estabelecidos o que é sem dúvida de louvar, mas também temos de começar a pensar se estes Protocolos não poderão fazer algo mais além da questão do assistencialismo, nós não podemos continuar a promover o assistencialismo, mas temos de começar a promover uma prevenção e uma requalificação da própria vida das pessoas, porque muitas das vezes e quem trabalha na área social sabe que é difícil e eu percebo, para mim é fácil eu chegar, falar e dizer que temos de mudar a vida de toda a gente, mas sabemos que é difícil, mas temos de começar a trabalhar nesse sentido, de tentar requalificar a vida da pessoa e não só na própria questão do assistencialismo e do apoio e acho que há algo também que nos deve levar a pensar e a refletir e que deve ser uma das prioridades.

E no Eixo 4.º, melhoria da qualidade de vida, nós olhamos para o Orçamento e vemos um conjunto de obras públicas, muitas que vêm do passado, outras que são do presente, outras que são do futuro, certamente, mas existe uma série de obras públicas que vão alavancar a questão da qualidade de vida e do acesso a serviços que as pessoas possam ter, mas no entanto a realidade é que não há possibilidade de melhorarmos a vida das pessoas, se não houver emprego, se não houver rendimento, se não houver a criação de riqueza.

[Handwritten initials and marks]

Por isso e concluindo, eu acredito que há uma boa vontade, acredito que há algumas coisas boas que existem neste Orçamento, mas quando olho para os Eixos que nos são definidos e vejo que há aqui algumas lacunas, que são graves, torna-se difícil compreender de que forma é que o Orçamento se transpõe das suas opções políticas que estão escritas no início, se olhamos depois para o Plano Plurianual de Investimento, para o Plano de Atividades Municipais e para o próprio Orçamento em si e não conseguimos ver transpostas estas prioridades e por isso acredito que há um grande trabalho a fazer e acredito também que esta Assembleia estará disponível, ou pelo menos eu estarei sempre disponível, para fazer esse trabalho.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A minha intervenção, aviso desde já, não quer dizer que nós estejamos totalmente contra o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, com certeza que concordamos com alguns dos aspetos que estão, mas entendemos que tem algumas lacunas e portanto a minha intervenção vai ser dirigida mais no sentido das lacunas que nós entendemos que tem e nas propostas que nós entendemos que deveriam estar inseridas no Orçamento.

“Assim, nós entendemos que as Grandes Opções do Plano são linhas gerais, que considero serem intenções genéricas, tocando os vários setores de vida em comunidade do concelho e em particular da sua sede, ou seja, uma apresentação que numa primeira leitura, poderá parecer uma apresentação floreada, com objetivos de intenções futuras que vão resolver os problemas reais dos mirandelenses.

No entanto, não vejo grandes diferenças em relação a outras Opções já apresentadas anteriormente por outros Executivos, cujos resultados nem sempre surtiram o efeito que se deseja: o verdadeiro desenvolvimento de um concelho com características rurais, a criação de dinâmicas empresariais, sociais e de vida com qualidade e futuro promissor.

Daí que tenhamos as nossas reservas quanto ao sucesso destas Opções do Plano e deste Orçamento, no que toca a aspetos como por exemplo:

- Estancar a desertificação e o despovoamento do concelho;
- Inverter a situação que agora se verifica, promovendo e levando a um crescimento, não só populacional, como também económico;
- Conduzir a uma igualdade de oportunidades e de tratamento e ainda a um crescimento do bem-estar de todos os que residem ou passem por Mirandela.

Todos desejamos o sucesso das políticas implementadas ou a implementar, sucesso esse refletido na qualidade de vida, no papel interventivo de Mirandela a nível local, regional e até nacional e no estrangeiro.

Será que as Opções apresentadas vão mostrar-se suficientes, para essas ambições plasmadas nas intenções introdutórias ao Plano?

Ou essas ambições são muito limitadas a uma ou outra obra a realizar, mas, no fundo, não passará de uma quase gestão corrente dos problemas de uma comunidade, sem ter a ambição de obras relevantes que marcassem Mirandela, projetando o seu futuro para uma função decisivamente catalisadora e atrativa a nível regional? Simultaneamente aumentando o seu poder económico, a sua capacidade de um nível de vida socialmente elevado?

Gostaríamos de ver no Plano obras mais de fundo, estruturantes, de preparação do futuro, como por exemplo:

- No desporto – Onde está a construção de um novo Pavilhão Gimnodesportivo, ou de um Complexo Desportivo, isto é, de estruturas que potenciasses os trabalhos e atividades das Associações Desportivas existentes no concelho e pudessem estar disponíveis também para receber competições internacionais, para estágios de equipas nacionais e não só? Não vemos no Plano!
- Na página 36 – Qualificação da entrada oeste da A4 em direção a Mirandela? Onde está a ligação dessa entrada com a av. Cidade de Orthez, Ponte Açude, bairro do Restaurante “Goiano”, Salesianos, Continente e saída para o IP2, Vila Flor, etc? Não vemos no Plano.
- Rede viária – Onde está o acesso devidamente e perfeitamente integrado no século XXI em que vivemos, ao IP2 por São Salvador, Freixeda, Trindade? Para quando? Não vemos no Plano.

Onde está a ligação Mirandela, Torre de Dona Chama, permitindo o acesso mais rápido dessa área do concelho e suas povoações, a Mirandela e a vias como a A4 e IP2? Não vemos no Plano.

Onde está o arranjo condigno e rápido da ligação de Mirandela a Barcel e daqui para Abreiro, permitindo que povoações como Valverde da Gestosa, São Pedro de Vale do Conde e outras tivessem um acesso mais rápido e seguro a Mirandela cidade e às outras vias nacionais e internacionais? Também não vemos no Plano.

Ou seja, não vejo grandes ambições, pois estes exemplos é que seriam ambiciosos se, em cada ano de mandato, pelo menos, fosse colocada uma ou outra destas obras, ou até a projeção delas. Isto é, poderiam ser contemplados alguns destes empreendimentos, com verbas para a elaboração de projetos e candidaturas. Já era um princípio e um passo em frente.

Por outro lado Mirandela precisa urgentemente de um espaço virado para conferências, organizações de carácter económico de maior dimensão, de um espaço para exposições de máquinas, equipamentos, atividades empresariais, para que haja conhecimento das descobertas e dos estudos mais recentes nesses setores. Isto para não nos atrasarmos mais em relação ao resto do país. Também não vimos contemplado nestas Opções do Plano.

Na Introdução das Grandes Opções do Plano e Orçamento, o Executivo termina com as frases:

“Os desafios são imensos. A ambição a de sempre.” Deixe-me Senhora Presidente que conclua que afinal, a ambição para o concelho de Mirandela, é, por parte deste Executivo, limitada no tempo, nas obras e em relação à preparação de um futuro mais seguro, assente em pilares de desenvolvimento, expansão económica e satisfação dos mirandelenses que escolherem continuar em Mirandela.”

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Antes de mais, Boas Festas a todos. E ainda antes da minha intervenção, queria felicitar o Senhor Deputado *Nuno Magalhães*, pela forma assertiva, inteligente de apresentação de ideias “desempoeiradas”. É assim que gosto de ver a Oposição e contar um pequeno episódio, porque falou na natalidade. Em tempos, numa Palestra em que participei com neo rurais, a dado passo também alguém falava muito nisso e eu sugeri que se reproduzissem e é evidente que um deles perguntou: “Mas como é que isso se faz?” E eu naturalmente abstive-me de explicar como é que se faz. Digo isto também muitas vezes aos meus filhos, que são da sua idade. Muito obrigado pela sua assertividade, sobretudo.

Quanto ao Orçamento, este é o primeiro Orçamento sem Plano de Saneamento Financeiro, é portanto um Orçamento, como se vê, focado no investimento, tanto na cidade, como no resto do concelho, apesar de não esquecer o pagamento das dívidas.

Além do que já foi dito, quero realçar apenas dois aspetos deste Orçamento, a manutenção dos apoios às Coletividades do concelho, em valor muito significativo, conheço poucos concelhos na região, que apoiem tanto as suas Coletividades e o outro aspeto é a continuação das transferências para as Freguesias, além da bolsa de materiais a fornecer no valor de 5 mil euros para cada uma. Nunca, mas nunca, realço, as Freguesias receberam tanto em líquido. Em face disto, não vejo como não possa este Orçamento não ser votado favoravelmente, até me atrevo a dizer, por unanimidade.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO AFONSO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Antes da minha intervenção aproveito para vos desejar umas Boas Festas e umas boas entradas em 2020.

É sabido que o Orçamento Municipal, ou o Orçamento de Estado, qualquer Orçamento, é um documento previsional, onde espelha aquilo que esperamos em termos de Receitas e Despesas e que se submete, ou que se deve subjugar a um Plano ideológico, ou perspetiva deste, para a execução administrativa e é isso que se espera deste Orçamento, que vá de encontro àquilo que são as perspetivas políticas e desejos políticos deste Executivo, a realizar para o próximo ano.

Ainda assim e é sabido também, que uma das “bandeiras eleitorais” deste Executivo, era a revitalização do Complexo Agro Industrial do Cachão e olhando para as GOP encaixa, é um dos anseios e dos desejos deste Executivo a sua revitalização, aliás, como tem sido ao longo destes últimos anos, mas olhando para o Orçamento, que é onde se transpõe efetivamente a execução desta ambição, não se vê diferença alguma e não parafraseando *Einstein*, mas *Rita Braun*, “não direi loucura ou insanidade”, mas esperar resultados diferentes com a mesma receita, não é sinal de muita sanidade mental.

Ainda assim, e porque o Orçamento não me merece grandes considerandos, do ponto de vista político, o que é numérico é numérico, vou-me focar naquilo que considero político e farei algumas considerações, sobre coisas que gostaria de ver vertidas ou respondidas por parte do Executivo, que penso não estarem devidamente contempladas.

Uma delas, tem sido alvo de algumas notícias, que é a sinistralidade rodoviária dentro da cidade, muitas delas provocadas por falta de visibilidade, ou até por falta de iluminação, muitas delas também provocadas por uma proximidade às interseções ou às rotundas, da localização dessas passadeiras, que precisariam de uma replanificação, em termos de localização destas passadeiras. Junto a isto aproveitaria e porque foi falado de manhã, relativamente a salubridade dos espaços públicos, nomeadamente, devido à entrada em vigor da Lei n.º 88/2019, que proíbe as beatas no chão, há alguma carência significativa quer de caixotes do lixo, quer de cinzeiros coletores de beatas, ao longo dos espaços públicos da cidade de Mirandela, nomeadamente nos espaços pedonais e que seria importante também dar resposta a esta situação.

Relativamente à mobilidade urbana, já foi aqui aflorado um pouco, a questão do Plano Intermunicipal de Mobilidade da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, obviamente estamos numa fase inicial, haverá muitas lacunas a resolver e possibilidade de melhoria deste projeto, que penso que tem uma boa índole, mas no entanto para o Orçamento de 2020 e naquilo que ao concelho se concerne, vemos várias vezes referida a construção de redes cicláveis e pedonais e a reabilitação de passeios como potenciadores de mobilidade.

Reconhece ainda, na questão da mobilidade cidadina, a existência de deficiências estruturais e de respostas às necessidades dos utilizadores e que é assegurado por dois autocarros. Para 2020, nesse mesmo documento, temos então como resposta a identificação dos locais de paragem, a sinalética e informação ao público, esperando que assim, se possa potenciar a utilização destes dois autocarros. Eu diria que a deficiência estrutural e de resposta às necessidades, não são colmatadas com publicitação, a publicitação serve para potenciar utilização, quando temos um serviço que vá de encontro às respostas e às necessidades da população, por isso é necessário, não identificar locais de paragem, não sinalizar, não informar o público, mas efetivamente pensar e reestruturar, dotando a resposta de mobilidade urbana cidadina, com mais viaturas atuais e que assegurem percursos que efetivamente dão resposta às necessidades da população e que sejam uma alternativa às rotinas quotidianas de mobilidade dentro da cidade.

Outra questão que também já foi aqui muitas vezes falada, e que desta vez eu não percebo porque é que não consta do Orçamento, é as Assembleias Municipais em direto, já foi aqui justificado pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal que não havia cabimento orçamental para essa possibilidade, temos hoje uma Revisão Orçamental e temos também um novo Orçamento, não vejo espelhada lá esta possibilidade, que foi em mais do que uma Assembleia solicitada, de forma quase consensual, entendida como benéfica para todos, até porque tem o potencial de dissuadir algumas situações menos próprias e que indignam este Órgão Autárquico, que aqui se passam, possibilitando aos cidadãos, quer em direto, quer em deferido, de avaliar aquilo que é o uso do cargo por parte das pessoas aqui presentes e que foram por eles eleitos, fazendo aquilo que é accountability do exercício do cargo público.

Relativamente à habitação, também é conhecido de todos, que temos no nosso concelho o m² mais caro do distrito, temos uma situação recorrente de inflação de preços, devido não só à escassez da oferta face à procura, mas também por este implemento sucessivo do valor do terreno e valor do imóvel, etc. Há aqui uma falha do mercado mais do que identificada e é preciso que a Câmara, como extensão do Estado, assuma um papel regulador do mercado mais do que passivo, proactivo e aqui pode inclusive,

[Handwritten initials and marks]

para além de penalizar do ponto de vista fiscal os imóveis devolutos, fazer a aquisição, aliás, como se começa a ver um pouco por todo o país, a aquisição desses imóveis, fazendo a sua requalificação e disponibilizando-os a preços de mercado ajustado, que vai ter um efeito regulatório depois para o restante setor.

Relativamente à mobilidade elétrica e para finalizar, permitam-me também imbuído do espírito natalício, que faça aqui um reconhecimento ao Engenheiro *José Sócrates*, nem tudo do seu Governo foi mau e uma das apostas ganhas e que lhe temos de reconhecer, é a aposta na mobilidade elétrica, começa agora a surtir algum efeito, era um visionário à sua altura.

O distrito de Bragança, como é sabido, foi o único que ficou fora do Plano Nacional de Mobilidade Elétrica, temos neste momento dois concelhos com postos de carregamento convencionais, que são Bragança e Mirandela, completamente deficitários face à necessidade do parque automóvel elétrico e sem qualquer tipo de posto de carregamento elétrico rápido, temos só estes dois concelhos com um posto duplo em Mirandela de carregamento convencional e Bragança tem dois postos duplos de carregamento convencional. Penso que aqui a nossa Presidente de Câmara, aliás, com as ligações óbvias que tem ao Governo que está atualmente em funções, será uma excelente interlocutora para potenciar a solução desta situação, nomeadamente, na capacitação de outros concelhos do distrito com mais postos de carregamento convencionais e postos de carregamento rápido que possam dar justiça a esta mudança de paradigma em termos de mobilidade, que tanto hoje em dia preenche o vocabulário político, face à ecologia, ao ambiente, à sustentabilidade. Acho que precisamos efetivamente de corresponder com as soluções àquilo que é a mudança de paradigma que queremos na mobilidade dos nossos concidadãos.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS CLEMENTE* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

O Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o ano de 2020, como principal documento previsional do Município, definidos este ano num cenário de saída do Plano de Saneamento Financeiro, que tão mal fez às finanças do Município e aos anseios das populações nos últimos seis anos, tem obrigatoriamente que espelhar e ter em conta as medidas e os rigorosos critérios estabelecidos para a saúde das contas municipais. Dívida do Município não superior a 1,5 vezes em relação à média dos últimos três anos da receita líquida, a diminuição do prazo médio de pagamentos, taxa de execução orçamental, o rácio da dívida consolidada versus receita, neste caso em relação à taxa de execução orçamental, vamos votar a seguir a 3.ª Revisão Orçamental e certamente esta medida é uma medida de eficácia política, Executiva e administrativa, no sentido de serem cumpridos os rácios e os indicadores necessários à saída deste Plano de Saneamento Financeiro.

Aberta esta janela de oportunidade, com a saída do Plano de Saneamento Financeiro, deve o atual Executivo continuar a diminuir a dívida, mas ao mesmo tempo apostar no investimento, sem esquecer a preocupação social, como já demonstrou saber fazê-lo no passado recente.

A Despesa Corrente e de Capital orçamentada é de cerca de 36 milhões de euros, corresponde a uma diminuição de 4,76 % referente à dotação inicial de 2019, a Despesa Corrente é de cerca de 21 milhões e regista um ligeiro aumento face às dotações iniciais de 2019, cerca de 4,42 %, justificada em grande medida, pela contratação de trabalhadores no âmbito do Programa de Regularização de Precários, pelo Programa de Estágios Profissionais da Administração Local, pela transferência de competências do Ministério da Educação e da gestão direta do Parque de Campismo Três Rios da Maravilha, tudo isto em cerca de 1,245 milhões de euros, face ao Orçamento inicial de 2019.

Com o reforço destes recursos, é exetável que a qualidade e a quantidade dos serviços prestados pelo Município, venham a ser melhorados, até porque está patente a aceitação de mais transferências de competências da Administração Central em vários domínios no próximo ano.

A Despesa de Capital, por sua vez é de 14,5 milhões de euros e regista uma diminuição de 15,65 % face à dotação inicial de 2019. O investimento municipal com 12,7 milhões de euros, atingindo 87 % do total da Despesa de Capital, representa 35,59 % do total da despesa canalizada para investimentos e de bens do Município público, como por exemplo, a reabilitação urbana com obras na acessibilidade às pessoas com mobilidade reduzida ou condicionada, investimento no espaço público, nas intervenções em edifícios municipais, na área cultural, com a renovação deste Auditório, na qualificação e criação de espaços verdes e na reabilitação urbana, na rede ciclável e pedonal, na reabilitação dos edifícios da Estação, na reabilitação de edifícios da habitação social, na requalificação da Zona Industrial, na Ecopista da linha do Tua, na rede viária municipal, na mobilidade de transportes e aqui certamente foram tidos em conta, os contributos das intervenções do Senhor Deputado *Faustino Cunha*, que por diversas vezes nos trouxe este tema aqui.

Tudo isto, são medidas que fazem com que o atual Executivo esteja centrado na questão social, como um dos focos fundamentais da sua atuação política e administrativa.

A mudança de um rumo na política, sufragada pelos mirandelenses nas urnas há cerca de dois anos, acabou não só com a angustiante esperança de verem melhoradas as suas condições de vida, mas acima de tudo trouxe a certeza de que atualmente se vive um momento de próspero clima social, reflexo direto da clareza na condução desta política, centrada no cidadão, são exemplo disso a criação da Rede de Medicamentos Solidários, o “Programa Aconchego” a ser implementado em 2020, a consolidação de um Gabinete de Inserção e Apoio à Vítima, o combate à violência doméstica e de género, a criação do Cartão Social para pessoas com deficiência e a reabilitação integral dos edifícios de habitação social, o combate à pobreza e à exclusão social e o investimento na educação e em diversos equipamentos públicos, entre outros investimentos.

A acrescentar a estas medidas, continua este Executivo a reduzir a carga fiscal, permitindo a criação de mais liquidez para as famílias através da devolução da taxa do IRS de 2,5 %, era no ano passado só de 2 % e da diminuição da taxa do IMI para 0,325 %, com a diminuição de 0,25 pontos percentuais em relação a 2019, tudo isto sem aumentar a despesa pública, poderemos mesmo dizer, meios mais do que justificados, para os novos fins a que se destinam, pois é com as pessoas e para as pessoas que os recursos devem ser aplicados e os mirandelenses, tenho a certeza, saberão reconhecer o meritório esforço deste Executivo em primar pelo rigor das contas públicas e ao mesmo tempo defender o investimento, o desenvolvimento social e económico dos municípios e por essa razão estou convicto de que os Senhores Deputados Municipais irão aprovar este Orçamento, pois de outra forma estarão a gorar as legítimas expetativas dos que acreditaram neste projeto e acima de tudo as expetativas de todos os mirandelenses.

Aproveito esta oportunidade para desejar a todos votos de Feliz Natal e Próspero Ano de 2020, com o Orçamento aprovado.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Apenas uma pequena intervenção relativamente à Proteção Civil, a Bancada do PSD está tão preocupada, quanto a senhora Presidente da Câmara, pelos vistos Mirandela está com cheias dado ao temporal que se verificou nesta madrugada, pena é que nas redes sociais só seja publicado o que correu mal e admitimos que há muita coisa que tenha corrido bem. Esperámos que nenhuma viatura do Município ande neste momento à apanha da azeitona.

Ao Senhor Deputado *Luís Mosqueiro*, fala tanto mal do passado, porque é que no passado aprovou tantos Orçamentos do PSD?!

Em relação ao Senhor Deputado *Agostinho Beça*, que não está na sala, se gostou tanto da intervenção do Senhor Deputado *Numo Magalhães*, que eu também gostei, porque não adotou o mesmo procedimento na Tomada de Posse, que muito dignificaria a Bancada do PS e o dia festivo da democracia?!

“Relativamente ao Orçamento de 2020, o valor global que nos é apresentado de 35 milhões de euros, é um valor similar aos Orçamentos apresentados pela Dr.ª *Júlia Rodrigues*, e no qual as taxas de execução ficaram muito aquém dos montantes globais. Nos dois exercícios autárquicos da sua responsabilidade, as desorçamentações, somam, cerca de 12 milhões de euros, o que tornaram o Executivo PS, o novo campeão das cativações, desiludindo todos aqueles que o aprovaram, comprometendo as instituições e seus regulamentos, e principalmente, os mirandenses que viram goradas as suas expectativas;

Sobre matéria de impostos, honra seja feita ao Executivo PS, tem vindo ao longo do mandato a baixar as taxas de IMI, assim como, a devolução dos montantes de IRS às famílias, contudo, constata-se que os valores da receita cobrados ao nível dos impostos tem vindo a aumentar, pelo que julgávamos que era nesta proposta de Orçamento, que o IMI iria descer à taxa de 0,3% de tributação, como não se verificou, só pode mesmo ser por falta de vontade política;

É verdade que os documentos em apreço, são apenas instrumentos de gestão, de cariz previsional e técnico-legal. Mas, também é verdade, que transmitem claramente as opções políticas que o Executivo pretende implementar, a favor do almejado desenvolvimento local, e sobre a chancela do preconizado pelo projeto da candidatura do “Outro Caminho”.

Senão, vejamos:

- Assim, ao nível da habitação, apesar dos alertas dos problemas que afligem hoje os jovens estudantes do ensino superior em Mirandela, na dificuldade em arrendar casa ou quarto, o Município apresentou-lhes o programa Aconchego, protocolado com a Câmara Municipal do Porto, e creio terem ficado esquecidos, apesar da propaganda, os 5 prédios devolutos identificados, por solicitação do Governo, a fim de serem transformados com a celeridade exigida, em residência de estudantes. O Executivo não eficaz, e deixando cair por terra, a resolução destes problemas, podem-se tornar inglórios, todos os esforços realizados pelo Executivo anterior para a manutenção do Ensino Superior em Mirandela;

- Ao nível da saúde, depois da pressa em desmarcar a Câmara Municipal de Mirandela do investimento do Hospital Terra Quente, acusando, inclusive, os anteriores Presidentes de Câmara, de terem uma posição dominante no Conselho de Administração, procura igualmente a Senhora Presidente no setor da saúde e no mesmo sentido, envolver o Município com responsabilidades na instalação de uma Unidade Móvel de Saúde, a fim de perseguir com os mesmos objetivos, melhorar o ato médico prestado às populações, pelo que só pode ser ajustes eleitorais, até porque ambas se enquadram no âmbito da municipalização da saúde, responsabilidade que os Municípios do interior, vão ser cada vez mais chamados a investir, como os exemplos mencionados. A instalação de uma Unidade Móvel de Saúde pode ser importante para a população, pena é, que ao longo dos 2 anos de mandato a Senhora Presidente, mas nunca, em momento algum, se tenha preocupado com o estado da saúde das Instituições do concelho e sobre a qualidade do serviço médico prestado à população local, sendo até redundante concentrar o discurso político nesta Unidade Móvel, desviando atenção dos munícipes sobre as questões de fundo que afligem as nossas instituições da área da saúde;

- Sobre o anúncio da constituição de um Centro Municipal de Proteção Civil, entendemos ser da maior importância, pois temos que estar preparados para fazer face aos problemas criados pelas alterações climáticas, mas que, depois, a contra vapor e de forma incompreensível, retira aos Bombeiros Voluntários de Mirandela, a requisição do seu Comandante a tempo inteiro, passando a exercer as suas funções de forma condicionada, num claro prejuízo para a Instituição a quem servem, conforme declarações proferidas há cerca de 15 dias à comunicação social, pelo Presidente da Instituição;

- Ao nível das infraestruturas, equipamentos e edifícios, na qual a Estação de Caminho de Ferro de Mirandela, foi anunciada como a futura Casa das Artes e Oficinas Dr. *José Gama*, e que num curto espaço de tempo viu alterada os seus fins, na qual ficará somente, como um espaço de memória e cultura e estação de veículos de mobilidade;

- Senhora Presidente, ora anuncia a obra da expansão da Zona Industrial de Mirandela, como um projeto âncora que fortalecerá a economia local, criando mais investimento, mais emprego, e melhores sinergias, em contrapartida, e mais uma vez em sentido contrário, piora nos prazos dos pagamentos a fornecedores na sua maioria de origem local, brindando também, o comércio tradicional, no verão passado com a inauguração do hipermercado Continente, e agora ficamos a saber que abandonou a intenção, plasmada no Orçamento 2019, da reabilitação da Praça do Mercado, quando esta obra e neste *timing*, dada a forte concorrência das grandes superfícies, era de elementar justiça a sua requalificação, por forma a tornar a Praça do Mercado, num espaço apelativo e competitivo a bem deste setor;

- No âmbito da ação social, o PSD reafirma-se pelo estado social, a criação do cartão social do munícipe, que apreciamos, e que, convenhamos, ao não serem atribuídos, era um bom sinal da melhoria da qualidade de vida das populações mais desfavorecidas, a juntar a outro cartão existente na câmara municipal, julgamos serem medidas importantes a favor da população, mas, mais uma vez, e em sentido oposto, temos uma Presidente de Câmara de costas voltadas para uma Instituição com 500 anos de vida, como a Santa Casa da Misericórdia de Mirandela, que mais apoio social presta no concelho, que tem como parceiro número 1, o Estado Português, porque lhe reconhece interesse público e não consegue a mesma relação institucional e de respeito com o seu Município, perdendo-se partilhas e proveitos e, mais uma vez, no amparo às populações;

Dr.ª *Júlia*, a minha honestidade política e intelectual, obriga-me a esclarecer que, é óbvio que apresenta para aprovação um conjunto de iniciativas, quer no Orçamento, quer no Plano Plurianual de Investimentos de grande interesse municipal e que

desejamos a sua realização. Os projetos das redes viárias locais, associadas a projetos de mobilidade, como as ciclovias urbanas, os passeios da Ponte Machado Vaz/Ponte Nova, as obras de requalificação dos bairros sociais, entre outras, constituem-se de facto, como investimentos importantes para a melhoria do bem-estar da população. Mas, as obras não são todas iguais. Convenhamos, Senhora Presidente, existem obras que conferem grande urbanidade à cidade e existem outras que transformarão o tecido económico local.

Por isso, esta Proposta de Orçamento, é verdade que tem cada vez mais obras e projetos de iniciativa PS, mas as obras e projetos que transitam do Executivo anterior PSD, são muito mais valiosas e estruturantes, como por exemplo a obra da expansão da Zona Industrial de Mirandela, que é de interesse empresarial primordial, e a forma como foi financiada, trata-se de uma verdadeira conquista e que deve ser exibida como tal.

Sobre o setor do turismo, que é da maior importância para valorização do concelho, pouco ou nada diz, a não ser que inclua neste item, a requalificação das praias fluviais. Se assim é, chamamos a atenção, pois é uma lacuna grave, e que condiciona sobremaneira as expectativas dos turistas que perspetivam visitar Mirandela. Este nicho de mercado, é altamente competitivo, e merece os melhores investimentos, as melhores parcerias com entidades locais, regionais e nacionais.

Em relação às Juntas de Freguesia, o que dizer do realizar da Assembleia Municipal Extraordinária que devia ser agendada para o mês de outubro, pois assim foi recomendado e nunca depois de discutido e aprovado o Orçamento, sendo as intervenções de amanhã, intervenções a título “póstumo”.

Senhora Presidente, temos vindo a assistir, no decorrer dos 2 anos de mandato, o seu exercício autárquico anda ancorado, sustentado, sei lá, apoiado, quer nos projetos da CIM-TTM, através do GAM móvel e nos projetos de apoios aos transportes em carreiras regionais, ora ancorada nos projetos de iniciativa dos Executivos PSD e agora, também, na Câmara do Porto, na Agência Vale do Tua e no Governo, nem vê-lo. O que nos levamos a interrogar, se o atual Executivo PS já inaugurou verdadeiramente o seu mandato com uma obra sua, devidamente idealizada, projetada e financiada, cremos que não.

Considerando não ter abordado, numa forma de pensar local, agindo globalmente, como apresentação de iniciativas no combate ao flagelo do despovoamento do território, contra a desertificação, e medidas de estimulação ao aumento das taxas de natalidade, verificando incapacidade de inovação ou dinamização do Concelho, que vai muito para lá da instalação de umas luzes de natal, e putativo aumento da pista do aeródromo de Mirandela, verificando-se que o desenvolvimento do concelho repete-se numa continua passividade, saber que *slogans* de campanha eleitoral, como a derrocada do LidI, as rendas dos CTT, a lista de devedores à Câmara, não só continuam sem resolução, como se agravam todos os dias.

Nós, a Bancada do PSD é que acreditamos noutra maneira para a resolução dos problemas, onde salientamos ser da maior relevância, um bom relacionamento com os dirigentes das Instituições locais, a fim de construirmos um concelho integral, onde todos remam para o mesmo lado, o que não se verifica.

A Bancada do PSD, votará contra este Orçamento 2020.”

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Para iniciar a minha intervenção e correndo o risco de ser criticado pelo Líder da Bancada do PSD *Paulo Pinto*, eu vou além de dar os parabéns ao Senhor Deputado *Nuno Magalhães* pela sua excelente intervenção, estender o mesmo voto ao Senhor Deputado *Paulo Afonso* também da Bancada do PSD, são pessoas assim e são políticas e formas de estar assim na política, que são de louvar e são essas que fazem com que as pessoas que em nós depositaram o seu voto e que nos deram o mandato, se sintam efetivamente representadas e bem representadas e também, faço já aqui um parêntese, faço meus também a mesma intenção, de gostar de ter no próximo ano a transmissão integral online destas nossas Sessões. É efetivamente um exercício de transparência e é um exercício que para além de permitir às pessoas, que não possam estar aqui presentes, ver o nosso trabalho, é também e concordo mais uma vez, poderá ter um efeito dissuasor para alguns comportamentos que, de parte a parte, por vezes são excessivos.

Assim sendo, passo à minha intervenção propriamente dita.

Ao fim de dois anos conturbados de governação sobre o jugo de Plano de Saneamento Financeiro, causado pelos erros de governação de 40 anos por parte do PSD nesta Autarquia, eis que chegamos ao momento de discussão e votação do Orçamento de 2020.

Globalmente este Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o ano 2020, são uma excelente ferramenta que nos coloca na rota certa e de atalhar desvios passados, reposição de recursos, reajustes de alvos e o afinar de prioridades de um fio condutor, na governação que se quer de excelência para o nosso concelho.

Assim, tentarei elencar nesta minha intervenção um apanhado do que considero importante dos mesmos Documentos, assim como as razões que, a meu ver, sustentam o sentido de voto favorável a este Orçamento de 2020.

Nesta minha intervenção focarei mais as questões de intervenção política, por ser esse o papel que me traz aqui e não propriamente os números ou não esmiuçarei os números, confiando na parte técnica que é feita num orçamento por quem de total e pleno direito.

E sim, este é um Orçamento de continuidade, o funcionamento dos Gabinetes de Apoio, que tantas críticas gratuitas sofrem por vezes, continuarão o bom serviço, servindo como interpostos organizativos, de interligação administrativa e de gestão quotidiana. O Gabinete de Apoio às Freguesias, que os Presidentes de Junta tão bem conhecem e que testemunharão sem qualquer tipo de dúvida a cerca da importância do mesmo, continuará a servir de ponte privilegiada entre o Município e essas mesmas Freguesias, as Freguesias que tiveram no corrente ano e pela primeira vez um Protocolo que lhes conferiu uma dignidade e uma autonomia nunca antes vista e que continuarão depois da aprovação deste mesmo Orçamento, a ter os mesmos apoios, continuarão a ter um financiamento de cerca de 400 mil euros, continuarão a ter uma bolsa de materiais para efetuarem obras pontuais, continuarão a ter a possibilidade de proporcionar aos seus fregueses, aulas de ginástica, hidroginástica e momentos de música, continuarão a ser servidos, mesmo em tempo de férias escolares, por um transporte regular até à sede de concelho, continuará a existir também todo o tipo de apoio às feiras temáticas que cada uma das Freguesias realiza, no sentido de promover o melhor que o nosso concelho tem para nos oferecer.

Handwritten initials and marks:
AB.
7/12

Todos estes avanços que foram feitos, são um ato de continuidade, um caminho que começou a 01 de outubro de 2017 e que deve continuar a ser trilhado em conjunto, por um concelho mais igual. Manter-se-á o funcionamento do Balcão Móvel do GAM e os Mini GAM de proximidade que em tanto poderão ajudar à coesão territorial do nosso território, o serviço de veterinária continuará os projetos que vêm a ser implementados nestes anos, como por exemplo, com uma requalificação do recentemente adquirido Canil de São Salvador e o Programa de Capturas, Esterilização e Devolução, para controlo da população animal. O Gabinete de Proteção Civil, a quem aproveito para dar um voto de apreço, pois hoje têm tido um trabalho, penso eu, exemplar, o Gabinete de Proteção Civil manterá a execução dos Programas Aldeia Segura e Pessoa Segura, no entanto inovará, com a monitorização automática da Ponte Açude o que permitirá gerir remotamente a massa de água, continuará a ser uma prioridade a constante melhoria da Praia Fluvial Arq.º *Albino Mendo*, na preocupação de servir cada vez melhor os nossos municípios, assim como os milhares de pessoas que nos visitam anualmente.

Deveríamos ter todo o orgulho e vaidade da existência de uma praia fluvial em contexto completamente urbano, uma das únicas, se não mesmo a única do país.

A consolidação dos vários apoios às organizações desportivas na nossa cidade manter-se-á, efetuando no entanto a revisão do Orçamento Municipal das mesmas, não deixaremos Associação por apoiar, mas também não haverá “cheques em branco”.

Realço aqui o valor previsto para apoios, cerca de 700 mil euros, outro ato de continuidade que também temos de realçar, as reduções do valor do IMI e IRS cobrados pelo Município, uma medida que, além de ser mais uma promessa eleitoral cumprida, devolveu dinheiro aos mirandelenses. Quando este Orçamento for aprovado, efetivar-se-á uma redução na ordem dos 20 % desde 2017, lembro que em 2017, este mesmo imposto vinha a ser taxado ao máximo permitido por Lei, que era de 0,4 %, isto sim, é da mais elementar justiça e um sinal de que, naquilo que o Município pode escolher, os municípios estão sempre protegidos.

É efetivamente um Orçamento de continuidade, uma vez que continuaremos a substituir progressivamente a iluminação pública para o sistema Led, um sistema que além de ter um menor consumo, tem também uma maior taxa de uso, o que transporá numa maior poupança. Bem sabemos que ainda não chega a todos, mas o caminho está a ser feito. Mas este é também um Orçamento de rotura e um Orçamento de mudança, na área da educação, com os novos desafios que surgem devido à transferência de competências, perfilam-se responsabilidades e encargos acrescidos, o que está transposto nos valores do Orçamento.

Mantem-se o compromisso de terminar as obras do Parque Escolar e de dotar as novas instalações com os meios necessários à majoração do potencial das nossas crianças e jovens, mas com as obras da Escola do Fomento e Secundária quase terminadas, é imprescindível dar à Esproarte o lar que sempre mereceu e que nunca teve, requalificando o edifício Piaget e transformando-o na sua nova casa, isto sim, é um ato de mudança, um ato que em quase 30 anos de existência e não obstante da excelência do ensino e dos resultados obtidos pela Escola, nunca foi finalizado.

Aqui um aparte para fazer uma acheга e responder à Senhora Deputada *Otília Lima*, que de manhã falou na preocupação da baixa qualitativa da Escola e se calhar este facto de não terem um edifício condigno e fixo para a realização das suas atividades, poderá ser uma das potenciais causas para esse suposto ou potencial insucesso.

Temos a Praia Fluvial de Mirandela, mas queremos mais, por isso apresentamos a intenção de requalificar as zonas balneares de Miradeses, Vale de Juncal e Quintas.

A Ação Social com vários programas, Cartão as Famílias Numerosas, Banco de Ajudas Técnicas, Programa Aconchego, que permite a dupla possibilidade de resolução do problema, quer a falta de alojamento para os nossos estudantes que escolhem o nosso Instituto Politécnico, como também a solidão e o isolamento dos mais idosos, o Banco Local de Voluntariado, que potencia um Município mais coeso e humano, tudo isto são inovações. Mais há mais, há mais atos de rotura e de mudança, a reabilitação das habitações sociais no bairro do Gat e no bairro Operário, e a colocação em prática de um novo Regulamento de Atribuição Social, que trará condições mais dignas a quem realmente precisa, atos de justiça.

A rede viária municipal, depois de tantos anos ao completo abandono e sem qualquer tipo de investimento, irá sofrer melhoramentos, Vale de lagoa/Alvites, Múrias/Regodeiro e Ribeirinha, são troços a reabilitar em 2020, a juntar ao quase concluído troço entre Carvalhais e Vale de Pereiro, que foi uma reivindicação durante tantos anos, por parte dos habitantes destas duas localidades.

É também um Orçamento de rotura, quando planeamos ter um investimento avultado em novas vias de circulação e na requalificação das existentes, av. Galiza e Rotunda Portas da Cidade, Varandas do Tua, Camilo de Mendonça, Ponte Eng.º *José Machado Vaz*, reformulação do cruzamento do Hospital, que deveria ter sido alterado quando da melhoria, ou da suposta melhoria ao acesso oeste à A4, reabilitação da rua Vale de Cerdeira, as melhorias que serão feitas no Terminal de Camionagem, que durante muito tempo estava numa situação completamente ilegal e que só o Protocolo de Comodato com a IP permitiu regularizar isso, assim como, a reabilitação da estrutura verde entre o Parque do Império e da Zona da Reginorde, que justiça seja feita, é uma obra que foi anunciada em 2016, quando da suposta compra da Estação por parte do Executivo anterior.

O início da ampliação da Zona Industrial, obra tão necessária para a fixação de investimento e criação de emprego, que verá finalmente a luz do dia, colmatando uma das nossas maiores falhas a nível concelhio. A construção das redes de saneamento e respetiva Etar em Vale de Maior e na Bronceda e a eliminação das fossas sépticas nos Passos e Rego de Vide. A renovação imprescindível dos recursos humanos, que entre os anos do Plano de Saneamento Financeiro e os anos de austeridade da Troika se tornou insuficiente e que é outro dos Eixos Diretores deste Documento.

A Revisão do PDM, que após uma fase de consulta e discussão pública, trará novos espaços e novas condições para o desenvolvimento da nossa cidade, uma forma que se espera mais fluida e mais coesa, mais segura de maneira a evitar problemas em semelhança com alguns dos que ainda nos atormentam judicialmente.

O Plano Estratégico de Reabilitação do Complexo Agro Industrial do Cachão, que será, depois da retirada dos lixos acumulados durante tantos anos nos armazéns do Complexo, um novo começo. Bem sabemos que o desafio é grande e difícil, se fosse fácil não seria para o Partido Socialista.

A necessidade de manter o caminho das contas certas, é grande e as dívidas são ainda demasiadas, um Município com uma dívida global exagerada, com processos judiciais em curso de valor muito alto, tem uma gestão extraordinariamente complexa, bem

sabemos que estaremos dependentes financeiramente de Projetos e de Programas e não há uma “varinha” ou uma “fórmula mágica” para resolver todos estes problemas, principalmente com a urgência que nós temos ao que nos é mais querido.

No entanto, com a máxima liberdade que a escolha do sentido de voto nos dá, vem também a grande responsabilidade de não alterar o processo evolutivo, que tem vindo a ser traçado nestes dois últimos anos.

O caminho faz-se caminhando e o caminho está a ser feito.

Assim, o sentido de voto a este Orçamento só pode ser um, o da aprovação.

Será este o sentido de voto da bancada do Partido Socialista.

----- O Senhor Deputado Municipal *HUMBERTO CORDEIRO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

“Dois anos volvidos, é tempo de fazer o balanço. Em nosso entender, foram claramente dois anos perdidos. Dois anos quase parados, e, em alguns aspetos, dois anos de retrocesso.

Colocando de fora a materialização dos projetos que vinham do anterior Executivo, e que ainda continuam, confesso que não consegui ver algo que pudesse sustentar as palavras bonitas e otimistas que se leem na introdução do documento em análise.

Das inúmeras promessas que se registam, a maior parte irrealizáveis, não são para serem levadas a sério porque com as condições favoráveis herdadas e com o governo central da sua cor política, não conseguiram aprovar novos projetos e captar mais recursos financeiros para cumprir o programado em 2018 e 2019.

Não se vislumbraram novos investimentos relevantes, quer da parte da Câmara Municipal e dos empresários, nem da instalação de novos empresários e, por consequência, não se criaram praticamente novos empregos.

Empregos que seriam necessários à fixação de novas famílias e conseqüentemente mais economia, mais desenvolvimento e mais crescimento da nossa terra. O que se viu, e o que se vislumbra para o futuro, é a aplicação dos nossos impostos em mais despesas correntes, gastos em eventos sem sentido, com publicidade, despesas de representação, etc. etc. Obras estruturantes: Zero. Tanto se criticou no passado a política do assador, e nestes dois anos foi o que mais sobressaiu.

Dizer que “o Cachão terá definitivamente um futuro”, nada mais falso. Continua tudo na mesma, apesar das promessas feitas em campanha eleitoral até à exaustão.

Dizer que, a constituição do Conselho Municipal de Agricultura, a elaboração do Plano de Regadio e o apoio aos produtores pecuários do Concelho, são uma prioridade da Câmara Municipal de Mirandela! Também concordo. Mas, perguntava à Senhora Presidente: Estará a pensar cofinanciar esses planos e projetos? Se sim, onde vai buscar os recursos financeiros para o efeito?

Se não pretende financiar, não lhe parece que está a extravasar as suas competências e a passar um atestado de menoridade e de inépcia à Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, a quem cabe, aliás, a missão institucional de gerir e de orientar todas as questões relacionada com agricultura e pecuária do norte de Portugal?

Dizer também à Senhora Presidente que, se conseguir concretizar 20% da panóplia de investimentos inscritos neste Plano e Orçamento, já se pode dar por feliz.

Não acredito em milagres. Para os alcançar, atrevo-me a dizer, seriam necessários quase metade dos recursos financeiros da Câmara Municipal de Lisboa para os concretizar.

Dizer que, com esta “declaração de intenções”, está mais uma vez a enganar os mirandelenses e a chamar nomes feios a esta Assembleia Municipal, sobretudo aqueles que apoiaram e acreditaram neste Executivo.

Para a testarmos a capacidade de realização do Executivo, proponho que façam uma reflexão, apenas às receitas orçamentadas, arrecadas e inscritas nos dois Relatórios e Contas de 2018 e 2019.

Vejamos: 2018, Receitas inscritas no orçamento, cerca de 39 milhões de euros, Receitas cobradas 26,6 milhões de euros; Taxa de execução das receitas 67%; Valor retirado do orçamento em razão da Revisão Orçamental 4,2 milhões de euros.

Neste ano, como não conseguiram verbas para cumprir o inscrito do Orçamento, retiraram 4,2 milhões de euros do Orçamento, para ilusoriamente aumentarem a taxa de execução. Ao fazê-lo, frustraram as expectativas dos mirandelenses por não verem as obras programadas para cidade, nas Freguesias os caminhos ficaram por arranjar, as Etar's por fazer, o ponto de luz por colocar, o saneamento por iniciar etc. etc.

Por outro lado as Associações, Coletividades e outras Instituições, subsídios por receber, empresários sem obras por realizar e comércio já decrepito a definir.

Vem o ano de 2019: Receitas inscritas no Orçamento 37,8 milhões de euros; Receitas cobradas cerca de 21 milhões de euros (estão inscritas na informação da Senhora Presidente no ponto 4.1); Taxa de execução das receitas atual (antes da revisão Orçamental) 55%; Valor retirado do Orçamento em razão da Revisão Orçamental 6,8 milhões de euros; Taxa de execução das receitas (após a aprovação da Revisão Orçamental) 67.7%.

Assim sendo: Vem mais um acerto, reduzindo mais 6,8 milhões de euros do Orçamento, no Orçamento de 2019, gorando assim, mais uma vez, as expectativas dos mirandelenses no sentido de não verem as obras iniciadas, em construção, ou concluídas que foram inscritas no Plano de Atividades, os Presidentes de Junta continuaram a ficar com os caminhos por arranjar, as Etar's por fazer, o ponto de luz por colocar, o saneamento por construir etc. etc. Por outro lado as Associações, Coletividades e outras Instituições, subsídios por receber, empresários sem obras por realizar e comércio já decrepito a definir.

Como poder verificar em dois anos, retiraram dos dois Orçamentos cerca de 11 milhões de euros. É este o tipo de governação que nos querem impor: enganando-nos, e ludibriando-nos? Não. Não aceitamos.

Face a estas realidades, que motivos temos para aprovar este Orçamento, se sabemos que no mês de dezembro de 2020 cá teremos de novo uma Revisão Orçamental para “arranjar” taxas de execução fictícias. Tudo porque não conseguiram recursos financeiros

[Handwritten initials and marks]

para implementar os projetos e apoios que se propunham fazer. Não! Não estamos disponíveis para esta maneira de fazer política, é um Orçamento de mentira, não espelhando minimamente a realidade que se impunha. Sempre!

Dizer que acho positiva a admissão de mais pessoal para os quadros da Câmara, desde que a sua admissão não seja inquinada e partidária, facto que tem sido o dia-a-dia, quando se propalou tanta transparência. Aguardemos.

De igual modo, também acho positiva a criação de uma revista, dando conta da atividade do concelho, desde que seja apenas e só para informar objetivamente os munícipes e não para mostrar a centésima milésima fotografia do Executivo.

Se me é permitido sugerir um nome para coordenador dessa revista, proponho ao Executivo que nomeie o Senhor Deputado *Agostinho Beça*, porque sabe do riscado. Se for indicado aconselhando-o que se rodeie de um ou dois criativos mirandenses que sabem de imagem, designer e de edição. Ele conhece-os bem, e sabe onde moram. Estou certo que com uma equipa competente a Câmara Municipal poupará uns milhares de euros por ano.

Finalmente, e sem ironia, retirando a panóplia de obras impossíveis de realizar, que poderão corresponder a mais de 80%, o documento está bem elaborado e bem estruturado, dou os parabéns porque efetivamente o documento em si estruturalmente está muito bem elaborado, o problema está no conteúdo, na minha ótica, mas do ponto de vista do documento, foi um dos documentos que eu apreciei e que gostei particularmente da forma como foi elaborado.

A propósito da perfeição, deste Orçamento fez-me lembrar um projeto que analisei quando estava no ativo: Salvo o erro, em 2005 analisei um projeto de construção de uma fábrica de enchidos no âmbito de uma medida do AGRIS 4.2 em que, entre outras coisas, o promotor propunha fabricar salpicões de carne de porco da raça Bisara com Indicação Geográfica Protegida. Quando acabei de o analisar verifiquei que estava imaculado. Tinha todos os indicadores necessários para aprovação VAL, a TIR, o PRI. Excelente.

Porém, reparei que a excelência do projeto e a sua viabilidade, dependia de elevada receita resultante da venda dos salpicões, impossível de obter por falta de matéria-prima (os porcos da referida raça). Recordo-me na altura que, face aos quilos de salpicões que se pretendiam produzir, seria necessário abater 3.000 porcos por ano. (com as características específicas, não os havia em todo país).

Face a esta realidade, não reprovei de imediato o projeto. Naquela altura ainda não havia muitos projetos do género, informei o meu chefe desta situação propondo-lhe que convocássemos o promotor e se possível o técnico que elaborou o projeto para uma reunião. Na reunião que tivemos com eles, informamo-los da situação do projeto. Ambos se manifestaram abismados e até envergonhados.

Nesta conversa verificamos que o promotor sabia muito da atividade suína - tinha uma dúzia de reprodutoras daquela raça específica e que o projetista era economista que sabia muito de projetos, mas não entendia rigorosamente nada, nem de agricultura nem de pecuária. Face a esta realidade, decidimos dar uma segunda oportunidade ao promotor, propondo-lhe que reformulasse o projeto com as seguintes recomendações:

1 – O investimento global tinha que ser reduzido 20%;

2- Lembramos ao promotor e ao projetista que não havia 3.000 porcos da raça bisara em todo o País, com as características exigidas; que contassem apenas com os que poderiam criar e adquirir no seu concelho; que os salpicões são feitos, além dos ingredientes, apenas com os lombos de porco; que o porco só tem dois lombos; que cada lombo, num porco de 80 a 90 kg de peso, só pesa cerca de 14 ou 15 kg cada um; e que os salpicões na sua secagem perdem cerca de 35% do seu peso em fresco.

Passado algum tempo o projeto foi apresentado de novo, com as respetivas correções, não tinha o nível de excelência do anterior, mas tinha pernas para andar. Por essa razão foi aprovado.

Perguntarão vossas excelências:

Isto tudo para dizer o quê?

Dizer que, apesar do Plano e Orçamento estar estruturalmente muito bem elaborado, contem objetivos excessivamente ambiciosos, face às receitas normais arrecadadas e à incapacidade de captar o volume de receitas para concretizar tais objetivos. Nestas condições: Como me parece, é pouco provável que o Plano possa ser objeto de uma reestruturação, só nos resta reprovar este Plano e Orçamento.”

Boas Festas a todos.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Apenas umas palavrinhas muito breves.

Parece que o Senhor Deputado *Paulo Pinto* ficou muito incomodado, com a minha referência à forma de estar na política do Senhor Deputado *Nuno Magalhães*, pois fique sabendo que foi verdadeira e muito sincera. Quanto ao meu discurso da Tomada de Posse, apenas relembro as palavras de um meu Camarada: “Vai ecoar na sala e no tempo”, parece que ainda está a ecoar. E termino, dizendo-lhe que há um tempo para cada coisa, a exemplo do que dizia um grande autor *Erich Maria Remarque*, no romance chamado “Tempo para amar e tempo para morrer”.

Quanto ao estimado colega *Humberto Cordeiro*, agradeço imenso os elogios e ficarei atento à sugestão.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu estou em ambiente festivo e vou falar antes da Senhora Presidente, porque temos que necessariamente fazer jus à época, pese embora o Documento em apreço leva-nos a tomar determinadas posições.

Senhor Deputado *Agostinho Beça*, está aqui há tantos anos, houve Orçamentos dos Executivos PSD sem Plano de Saneamento Financeiro e já financiávamos nos montantes que anunciou, um movimento associativo, se concorda com isso porque fez o elogio ao Executivo PS nesse sentido, porque é que não votou os nossos Orçamentos? Porque não votou? E se o Senhor Deputado Nuno

Magalhães fez uma excelente intervenção, pergunto-lhe porque é que não adota o mesmo sistema? Porque não o faz, não o fez na Tomada de Posse. Eu não fiquei incomodado.

De facto a política é um momento, ela é feita de contradições e vale muito o contexto e o tempo em que estamos a votar as coisas, se calhar terei entendido na altura as votações contra os Orçamentos do PSD do Senhor Deputado *Agostinho Beça*, mas que agora porventura por alguma distração, diz o seu contrário.

Sobre a intervenção do Senhor Deputado *Rui Pacheco*, obras a sério, estamos a falar nos bairros sociais a favor de famílias desfavorecidas, estamos a falar da Estação de Camionagem, obras a sério, estamos a falar da expansão da Zona Industrial, isso são obras que vêm do anterior Executivo, o resto é doméstico, é muito doméstico! Eu desafio-o a si e à Senhora Presidente da Câmara, a apresentar obras no mesmo montante e da mesma qualidade, e aí sim, Mirandela ficaria muito a ganhar, mas estamos a ver que neste mandato já não vamos a tempo e no próximo estarão cá outros porventura, ou porventura os mesmos também, a ver se tentam de uma vez por todas agarrar essas obras, porque houve homens construtores que conseguiram fazer isso.

Sobre assuntos domésticos, não podemos torná-los assuntos estruturais e de grande valor para o desenvolvimento do concelho e transformar o tecido económico desta região.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vou concluir aqui duas linhas de pensamento e uma vai de encontro àquilo que foi dito pela Bancada do PSD, que tem a ver exatamente com a reformulação e com a apreciação deste Orçamento, visto que é um Orçamento que vai ter o voto contra do PSD, que vem na sequência de um Orçamento anterior, que teve o voto a favor, em que este Executivo estava com o Plano de Saneamento Financeiro. Eu pensava e tinha a ideia, de que o mais importante para o PSD era pagarem-se as dívidas, não era fazer dívidas, mas essa é outra questão que eu vou ter também de interiorizar e perceber melhor!

Para o PSD é preferível continuar com dívidas e com o Plano de Saneamento Financeiro e não fazer mais nada, é essa a vossa posição e é aquilo que o concelho de Mirandela pode esperar do PSD, são as vossas propostas, vocês conseguiram fazer propostas para este Orçamento melhorar e é tão grave esta participação e agora dirijo-me ali para a Declaração de Voto do PSD dos Senhores Vereadores da Oposição, na Declaração de Voto que fazem contra o Orçamento para o ano de 2020, dizerem que os documentos não foram recebidos a tempo e horas, pela primeira vez eu recebi estes documentos do Orçamento cerca de uma semana e meia antes desta Assembleia.

E depois há outra questão, quando refere na Declaração de Voto, “que deviam conter também referências ao contributo da oposição ao nível do Estatuto do Direito da Oposição e nada é dito...”, se não sabe devia perguntar ao Líder da sua Bancada, eu estive na Câmara Municipal quando fui convocado para ser ouvido, ao abrigo do Estatuto do Direito da Oposição, para discutir a Proposta de Orçamento e não apareceu ninguém do PSD, nem ninguém do CDS/PP, apareci eu e o Senhor Presidente da União de Freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa.

Aquilo que limita o conceito da apreciação do voto do PSD para este Orçamento, é tão pequenino que não merece qualquer tipo de discussão, não vi uma proposta do PSD, aquele partido que é o Partido com mais Oposição, que foi Governo durante 40 anos nesta Câmara e hoje o que nos dá é nada de nada, a não ser o “bota abaixo”, mas isso fica para a apreciação dos eleitores.

Senhora Presidente, queria colocar duas questões muito importantes. Soubemos há muito pouco tempo que a EDP vendeu as seis centrais elétricas em Trás-os-Montes, a um consórcio de investidores formado pela Engie, Crédit Agricole, Assurances e Mirova, por um valor de 2,2 mil milhões de euros, são as barragens de Bemposta e Picote, Feiteiro, Baixo Sabor e a Foz do Rio Tua e eu queria-lhe perguntar isto, como é que vai ficar a Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua? Senhora Presidente, como é que vai ser feita a compensação ambiental e energética, atribuídas pela EDP, no negócio que fizeram com estas Câmaras todas, que vão ser retirados 6 milhões de euros aos concelhos, para o qual estava a ser feito o negócio.

Também em resposta ao Senhor Deputado *Humberto Cordeiro*, as Receitas podem-se ir buscar de várias formas e uma delas, provavelmente só o concelho de Mirandela não pratica a derrama e o concelho podia exercer a coleta da derrama nas empresas, que era mais uma forma de obter receita.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado Jorge Humberto, se me permite agora eu vou meter a “cassete” e o Senhor já me ouviu, o Estatuto da Oposição é para os pequenos Partidos, que dificilmente serão Câmara Municipal e testemunhado aqui só com a eleição de um Deputado, então vão lá apresentar as suas propostas e muito bem, o PSD que foi Poder durante 34 anos e onde muitas obras consagradas neste Orçamento são da autoria de Executivos PSD, propostas para quê?! Quer mais, tem lá uma gaveta, cada vez que há uma aflição para fazer um orçamento, é só abrir a gaveta e tirar de lá as obras, esperar que o Senhor Vice-Presidente encontre o Aviso aberto na CCDR-N, cabimenta-as e está um orçamento feito.

Tem dúvidas que este Orçamento é significativamente PSD?! Já expliquei isto na minha intervenção, estamos a falar de obras que andam de orçamento em orçamento e a Senhora Presidente da Câmara tem dificuldade em executá-las, aqui está plasmada a capacidade política que ela tem em executar as obras e por isso mesmo é que o concelho de Mirandela está numa continuidade passiva, entendeu o meu termo?!

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Na Assembleia Municipal não nos diz respeito se a Oposição usa do Direito do Estatuto da Oposição ou não, que eventualmente lhe é facultado, isto está fora do âmbito da Assembleia e estar agora a prolongar a conversa dentro dessa questão, não tem qualquer interesse. Não pode haver diálogo entre as partes.

----- O Senhor Deputado Municipal *FAUSTINO CUNHA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Como é evidente, os números traduzem as políticas e apenas poderão suscitar algumas dúvidas, pelo que passo a questionar:

- a) Ao nível da Receita registam-se, num total de 9,6 milhões de euros, 7 milhões de euros que não tiveram realização em 2019?
- b) O agravamento de 20% nas Remunerações Certas e Permanentes, passando de 5 para 6 milhões de euros, são apenas consequências legais?
- c) As Transferências Correntes para Instituições sem fins lucrativos, representando já acima de 1 milhão de euros, começam a merecer uma atenção especial, já que algumas se vão tornando centros de poder;
- d) Na Aquisição de Bens de Capital “Edifícios”, constata-se um gasto de 3 milhões de euros em 2019 e quase esse valor para 2020! De que edifícios estamos a falar?
- e) Nas Despesas Correntes, Juros e Outros Encargos, destaca-se uma passagem de 226,5 mil euros para 331 mil euros, em 2020. Tendo havido redução e negociação da dívida, como justificar este agravamento?

Senhor Presidente, fico na expectativa de esclarecimentos saudáveis, para a vida e prosperidade do Município de Mirandela.”

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse:

Senhor Presidente, eu queria falar em defesa da honra.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Mas não lhe é dada a palavra e eu vou-lhe dizer porquê. A defesa da honra está consagrada aqui, mesmo aos Senhores Vereadores presentes, quando é ferida a honra, não falaram no seu nome, limitaram-se a citar uma Declaração de Voto, isso não lhe confere essa prerrogativa. Não lhe posso dar a palavra e entenda porquê, não é regimental, se não dar-lha-ia com todo o prazer, para defender a sua honra. Não é a situação.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse:

Senhor Presidente, eu só quero clarificar...

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhor Vereador, há outra forma do Senhor poder usar da palavra, eu não lha dou, é a Senhora Presidente autorizar o Senhor a falar.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Dou a palavra ao Senhor Vereador.

----- O Senhor Vereador *RUI MAGALHÃES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Antes de tudo, agradeço à Senhora Presidente por ter permitido que eu falasse, na medida em que eu estou a ver que da Mesa não terei essa possibilidade, vá-se lá saber porquê.

A única coisa que eu queria, era clarificar aqui, afirmações que foram feitas pelo Senhor Deputado *Jorge Humberto*, que não são verdadeiras. Nós nunca dissemos, na Declaração de Voto, que os documentos não tinham sido entregues a tempo, isso não é verdade e eu passo a ler aquilo que está na Declaração, para clarificar de uma vez por todas o que foi dito, o que nós dissemos é: “Tendo em conta,

O reduzido tempo que a lei confere à oposição para analisar e estudar documentos tão importantes para a gestão autárquica e tão complexos na sua essência, não imputando qualquer responsabilidade ao atual Executivo a não ser que entendessem ser importante facultar mais cedo os documentos, muito mais cedo do que o exige a lei.” Em parte alguma a nossa Declaração de Voto diz que os documentos não foram entregues a tempo.

Mais, também dissemos: “Tendo em conta,

Que as GOP, Orçamento e PPI de 2020 deviam conter também referências ao contributo da oposição ao nível do Estatuto do Direito da Oposição e nada é dito, mesmo que não tivessem existido contributos.” E mesmo que eventualmente as pessoas não tivessem aparecido, tão simples quanto isso, não é bem verdade aquilo que o Senhor Deputado *Jorge Humberto* disse aqui há pouco tempo, é tão simples quanto isso. Acho que isto é democracia, acho eu.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhor Vereador, toda a gente recebeu a Ata da Câmara Municipal e leu esta Declaração de Voto, agora, esta questão de um Deputado dizer que não é bem assim, não é connosco, toda a gente recebeu a Ata e soubemos o que é que a Oposição disse na sua Declaração de Voto. Isso é suficiente.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradeço as questões que foram colocadas e a forma como foram apresentadas, decerto que as minhas explicações responderão, em certa medida às questões, mas de qualquer forma, quero antes de passar às respostas, dizer-vos o seguinte:

[Handwritten initials and marks]

Nestes últimos dois anos, houve a necessidade imperiosa de conseguirmos pagar algumas dívidas e falo concretamente na dívida das Águas, por um Acordo que foi conseguido e também todas aquelas que, algumas não estando registadas teriam de ser pagas, porque havia o compromisso, outras que não havia qualquer tipo de registos.

Estes dois anos foram vocacionados para terminar projetos que foram iniciados, obras e empreitadas que foram iniciadas e portanto, não podiam deixar de maneira nenhuma de serem concluídas, falo da Requalificação da Envoltente do Santuário de Nossa Senhora do Amparo, falo do Parque Escolar e das obras que tinham sido iniciadas.

As obras não são dos Executivos, as obras são dos mirandelenses e por isso eu considero que todos os nossos projetos, que nós candidatamos e que já foram aprovados, são de todos aqueles que residem no concelho de Mirandela, quer no mundo rural, quer na vila e também na cidade.

Por isso dizer-vos que, apesar de todo o esforço que foi feito e foi feito muito esforço, quer da parte dos Técnicos da Câmara Municipal, quer de todos aqueles que trabalham diariamente para que tudo funcione, de facto, é necessário ter ao longo de todos os dias e os Senhores Presidentes de Junta conhecem bem esta realidade, esta disponibilidade para ouvir as pessoas, tratar as pessoas, responder às suas necessidades, porque as pessoas para nós estão em primeiro lugar.

A verdade é que nós conseguimos executar projetos de grande mais-valia para as pessoas, o projeto “Sénior” são muito importantes na vida de todos aqueles que usufruem deste projeto, quer a hidroginástica, quer a ginástica e é com satisfação que nós, para além da obra que concretizamos, conseguimos no bem-estar e na qualidade de vida de todos os nossos idosos.

Por isso, dizer-se que nada se fez e o concelho piorou, isso não é verdade, isso não corresponde à realidade dos factos e eu congratulo-me, tal como o Executivo em Permanência e também com todos aqueles que trabalham diariamente no terreno, com estes projetos de intervenção social e de bem-estar na qualidade de vida. Era uma situação que não podia deixar de referir.

Relativamente às questões colocadas pelo Senhor Deputado *Faustino Cunha*, quanto às verbas colocadas nos recursos humanos, existem três fatores que contribuem para esse aumento, a contratualização dos Precários, como sabem são 28, essencialmente em áreas operacionais, o Programa de Estágios Profissionais na Administração Local, mas o grande bolo está relacionado com a descentralização de competências na área da educação, porque grande parte dos trabalhadores, exceto os Senhores Professores, passam para a esfera da Câmara Municipal que tem de suportar os vencimentos e que tem repercussão direta neste Orçamento.

Quanto ao PDM – Plano Diretor Municipal e o PU – Plano de Urbanização, como sabe, é obrigatório fazermos a Revisão do PDM, o PU é uma peça processual e é um instrumento de gestão, que queremos fazer em relação à cidade e quando falamos do Complexo Agro Industrial do Cachão, que tem definitivamente um futuro, dizer-lhe que não é suficiente a retirada do lixo, é suficiente nos termos para além do Plano Estratégico, uma forma de candidatar projetos ao Norte 2020, a fundos comunitários, para que possamos requalificar todo aquele parque industrial, que parte dele já foi vendido a privados.

Relativamente ao apoio às Juntas de Freguesia mantém-se, como sabe, nós temos uma verba alocada de cerca de 670 mil euros, para além dos materiais que são colocados à disposição das Juntas de Freguesia, paralelamente os apoios financeiros às Entidades desportivas e todas elas vão versar num Contrato-Programa, que vai haver um programa de desenvolvimento desportivo e esta verba ronda os 690 mil euros.

Quando falamos de empréstimos, têm na página 75 do Orçamento, todos os empréstimos de médio e longo prazo, eu chamo a atenção para as datas de aprovação de empréstimos pela Assembleia Municipal, estamos a falar de 1997, 2003, 2004, 2005, 2006, 2008, 2011 e houve agora a contratualização da liquidação antecipada de créditos, que foi aquela cessão de créditos do BPI.

E dizer-vos que, quando nós falamos e passo também a dar-vos essa nota, quando nós falamos que as taxas de execução do Orçamento estão a ser trabalhadas, como referiu o Senhor Deputado *Humberto Cordeiro*, dizer-lhe que certamente não se recordará, mas era eu aqui Vereadora da Oposição e em 2012, houve uma Revisão Orçamental de 51 milhões de euros, para 33 milhões de euros, ou seja, houve uma Revisão a menos de 18 milhões de euros, estamos a falar de uma diminuição de 52 %, em 2013, uma Revisão de 44 milhões de euros, passou para 35 milhões de euros, estamos a falar de uma diminuição de 25 %. É bom lembrar que estes dados eram dados que reportam à gestão do Partido que agora represente e na altura, julgo eu, estaria na Mesa da Assembleia e portanto, deve-se recordar destes dados.

Relativamente ao Plano Regional dos Transportes, com a entrada em vigor da Lei n.º 52/2015, de 09 de junho, que aprova o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, a Câmara Municipal de Mirandela, transferiu essa competência para a CIM-TTM. Houve um estudo que foi feito relativamente à mobilidade das carreiras entre as Freguesias, este Estudo pode ficar disponível, eu julgo que é interessante, até para as Freguesias verificarem que relativamente, por exemplo, aos transportes apoiados, a CIM-TTM tem um montante global nos nove concelhos de cerca de 175 mil euros, com a redução tarifária nos transportes públicos, estamos a falar de 60 % do montante global, foi aprovada no Conselho Intermunicipal e estamos com um aumento de oferta de serviço e extensão de 40 % do montante global, ou seja, 70 mil euros.

O Programa PART - Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos, é um Programa que está a ser implementado, vai ser difícil concretizar o montante todo, mas de facto há uma reestruturação da atual rede de transportes públicos e um reajustamento dos percursos e horários existentes. Vão haver novos percursos para atender às necessidades do transporte público, eu julgo que é um documento muito interessante, especialmente para o mundo rural, que muitas vezes se vê sem mobilidade urbana e é um dos aspetos que o Senhor Deputado *Faustino Cunha* tem referido ao longo dos anos na Assembleia Municipal.

Quanto às praias fluviais, vamos requalificar através do PROVER, Programa 3 Praias, consideramos importante a requalificação de todas as praias, mas é impossível requalificar todas ao mesmo tempo, Miradese por exemplo é uma Parceria com a Câmara Municipal de Valpaços. A ciclovía pode resolver os problemas do desnível das travessas, essa é uma utilização que vamos implementar, para podermos utilizar o trajeto do Interface Intermodal da Estação Ferroviária até Carvalhais, no sentido de ficar uma área apelativa de circulação, uma ecopista que favorecerá a qualidade de vida das pessoas.

Relativamente à Estação Ferroviária, o piso rondará os 2,3 milhões de euros, é um projeto que foi aprovado em PEDU, à reprogramação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, ontem na reunião do Conselho Diretivo, havia projetos que não estavam feitos, um deles era o da Estação Ferroviária, que foi feito através da Associação de Municípios, no primeiro piso ficará uma interface intermodal, ou seja, ligado à mobilidade urbana e nos pisos superiores ficará um espaço de exposições.

[Handwritten initials and marks]

A Estação Ferroviária, não sei se todos se recordam do espaço, é um espaço com muito valor, mas com uma compartimentação muito pequena e nesse sentido vamos ter de aproveitar, essencialmente sob o ponto de vista do aproveitamento turístico. A Mobilidade do Tua vai ser uma realidade, pelo menos foi isso que contratualizamos nos 5 milhões de euros que estamos a pagar à Mota-Engil e a Efaced, para monitorização dos taludes e vai ser uma realidade em maio de 2020, nós temos de nos preparar, para quando os turistas chegarem tenhamos uma Porta de Entrada e um Posto de Turismo de qualidade para os receber.

Em relação aos transportes a pedido, está tudo relacionado com o documento que acabei de referir.

Relativamente às unidades móveis, são Unidades muito importantes, porque deslocaliza e aproxima os serviços e a prestação de serviços às comunidades, sem estas terem de se deslocar, nós temos uma população envelhecida, com dificuldades de mobilidade e assim em vez de eles aos serviços, esses serviços serem prestados nas próprias aldeias e comunidades.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Luís Mosqueteiro*, concordo na sua essência, com tudo aquilo que disse, sobrepondo sempre o interesse público, o interesse das pessoas e das populações a um calendário eleitoralista, que no fundo contribui para que no último ano de mandato sejam colocados em causa muito dos Orçamentos Municipais, que depois têm de ser pagos nos anos a seguir e contribuem para o agravamento da dívida da Câmara Municipal de Mirandela, que foi o que aconteceu concretamente em 2017. De facto em questões relacionadas com a justa distribuição das verbas, da coesão social, económica e da suspensão do Plano de Saneamento Financeiro.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *Jorge Humberto*, quando fala em Orçamento de sonho, obviamente que nós não podemos enquanto pessoas, enquanto responsáveis e enquanto políticos deixar de sonhar e nós temos, verdadeiramente, como em todas as Câmaras, a contribuição de Fundos Comunitários que têm de ser utilizados, porque se não os utilizarmos, outros Municípios vão utilizá-los certamente e por isso esta reprogramação do PEDU versa também a utilização estratégica de tudo aquilo que ficou consignado no Pacto Intermunicipal.

A questão do Complexo Agro Industrial do Cachão, foi uma questão que abordou e que tem a ver com “o despejar dinheiro sem qualquer utilidade”, não considero que seja assim, tem de haver um investimento numa infraestrutura que serviu a região, o Complexo teve cerca de 1200 postos de trabalho no seu auge, foi sendo descapitalizado, abandonado e havia de se fazer uma opção, ou definitivamente encontrar um rumo para aquela infraestrutura, o abandono por si só é uma causa de problemas ambientais, é uma causa grande de desertificação e nós consideramos que o Complexo pode ser e deve ser uma infraestrutura importante a nível regional, não só das duas Câmaras, mas a nível regional, para o desenvolvimento e investimento empresarial. Quando falamos que não temos terrenos para construção de indústrias, é verdade, mas temos espaços ainda no Complexo que os empresários podem utilizar, no entanto é muito difícil atrair investidores para o Complexo, todos aqueles que vão lá consideram aquilo uma infraestrutura sem dignidade suficiente para acolher as empresas.

Julgo que depois da publicação do Plano Estratégico, poderá haver e deverá haver um debate alargado sobre esta questão.

A nível da gratuidade do alargamento do horário do ensino pré-escolar, dizer-lhe que houve este alargamento das 15.30 horas para as 17.30 horas e no próximo ano letivo estamos a equacionar o alargamento das 17.30 horas para as 19.00 horas, é também um compromisso que temos, de ser faseada esta aproximação com as necessidades das pessoas e neste caso concreto, das famílias.

Quanto à Zona Industrial, é preciso dizer e esclarecer que, a Zona Industrial nunca foi objeto de um estudo de impacte ambiental. O projeto que existia e perante as dificuldades do declive do terreno, foi alterado na sua essência, porque 67 lotes, passaram a ser 41 por uma questão de infraestruturas e de capacidade das empresas investirem na construção dos pavilhões. Foi feita uma Declaração de Impacte Ambiental, foram feitos vários estudos quer na zona recente, quer na zona futura da Zona Industrial, de forma a assegurar que este projeto pudesse ser aprovado, caso contrário, apesar de ter existido um projeto que não cumpria todos os requisitos ambientais, pelo menos não tinha esta aprovação da parte da CCDR-N, porque são eles que aprovam, mas são eles também que financiam uma parte, tivemos obrigatoriamente de aumentar o Orçamento em mais 1 milhão de euros, estava orçamentada em 2 milhões de euros e tivemos de passar para 3 milhões de euros com estas questões ambientais que terão de ser cumpridas.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *Nuno Magalhães*, concordo, a política são emoções, gostei também da intervenção que fez e alertou-nos para uma realidade muito concreta, que tem a ver com o índice de envelhecimento, do desemprego real e o índice da economia transmontana. Isto tem tudo a ver com o ciclo de crescimento negativo do interior do país, daí a necessidade de haver medidas concretas governamentais para atrair investimento, atrair jovens, capacitar o mundo rural, que nós enquanto Câmara ou agregadas em Comunidades Intermunicipais ou Associações de Municípios, não conseguimos contrariar as tendências negativas que temos, terá de haver sempre políticas públicas nacionais que ajudem o interior do país a ser valorizado, a ser qualificado para atrair investimento.

Quanto às execuções do Gabinete de Apoio à Empresa e ao Empreendedor, como sabe, este Gabinete estava afeto a uma estrutura que estava dependente da Santa Casa da Misericórdia de Mirandela, que era o CLDS que entretanto terminou, o Gabinete de Apoio à Empresa e ao Empreendedor passou para a gestão da ACIM – Associação Comercial e Industrial de Mirandela, eu concordo que estas infraestruturas sejam ligadas não a projetos, mas a estruturas permanentes, que possam dar continuidade aos projetos e a capacidade dos Técnicos para fazerem essa aprovação, que existia no CLDS, mas como era um projeto que terminou ficou no vazio e portanto, a Câmara Municipal decidiu, julgo eu e bem, que a ACIM e também através da Mircom podia fazer este Gabinete de Apoio, para não estar a pulverizar novas infraestruturas, que também têm um custo para o Município.

Concordo que e já existe um Guia do Investidor, que foi desenvolvido pela ACIM, pretendemos neste momento, através de um Técnico que temos nesta questão do investimento, atrair essencialmente também “Investidores da Diáspora”, ligados à nossa terra, que sejam de cá e que possam fazer esta ligação à terra.

O turismo é outra fonte de rendimento, tem de haver da parte dos Serviços do Turismo e Postos de Turismo e está a haver o desenvolvimento de Planos e implementação de Planos e atração de novos turistas, também em articulação com as empresas privadas que há neste ramo. Cada vez mais nós temos turistas a procurar o Turismo Experiência, ou seja, todos aqueles que vêm ao mundo rural, vêm às nossas aldeias fazer a colheita da azeitona, fazer a colheita da cereja, há projetos muito interessantes que podemos capacitar com esta estratégia ligada ao turismo.

[Handwritten initials and marks]

A Mobilidade do Tua só será rentável para as nossas populações, no troço da ferrovia que vai ser utilizada para a mobilidade quotidiana e para a mobilidade turística, se formos capazes de atrair turistas e fixar os turistas, uma vez que apesar do hangar do comboio ter estado previsto para outro Município, a Câmara Municipal de Mirandela disponibilizou um espaço, atrás da Central de Camionagem, para que a linha terminasse aqui e ficasse aqui estacionado, a última estação será a Estação de Mirandela, daí a nossa grande necessidade de qualificar a Estação Ferroviária, como Porta de Entrada turística do concelho.

Relativamente à Assembleia Municipal Jovem, julgo que o Conselho Municipal de Juventude está a fazer um excelente trabalho, dou-vos os parabéns por isso, e obviamente temos agora também prevista a atribuição de um cartão de apoio às famílias numerosas, mas o apoio à natalidade é um apoio que tem de ser integrado, sustentável, supramunicipal e é no resto que eu estive a falar, relativamente ao combate à desertificação, terá certamente de ter investimento na área de apoio à família, horários de trabalho, isto é um esforço conjunto dos jovens, um esforço conjunto das empresas, do Estado, para que consigamos melhorar os índices de natalidade.

Quanto ao fortalecimento da economia local, vem na sequência daquilo que tenho estado a falar, a promoção da inclusão social e cívica. Nós distribuímos este ano mais 100 cabazes que no ano passado, distribuímos cabazes de Natal a 1081 pessoas, agregados familiares com filhos, pessoas carenciadas, os Senhores Presidentes de Junta conhecem e já foram buscar os cabazes para distribuírem nas suas Freguesias, Mirandela a vila e todas as Freguesias foram todas contempladas. Há um esforço muito grande da Ação Social e da Câmara Municipal para apoiar estas famílias e também para que tenham uma ceia de Natal confortável.

Relativamente às opções políticas de que falou, de facto um Orçamento é sempre um documento previsional, obviamente que há opções estratégicas, opções políticas que estão por trás da elaboração deste Documento, tendo como pedra basilar o equilíbrio entre as Receitas e as Despesas e também, termos capacidade financeira para executarmos investimento.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, que também falou na desertificação e despovoamento, aliadas às políticas públicas nacionais, as opções estratégicas que nós apresentamos dão resposta às necessidades. Sim, não conseguimos obviamente executar tudo aquilo que são as necessidades, nós temos muitos problemas de rede de água, saneamento. Que teremos ocasião de falar amanhã, mas as vias mais degradadas estão incluídas no Orçamento, as situações mais difíceis em termos de saneamento e água estão incluídas no Orçamento, houve que dar priorização às situações.

Temos feito algum trabalho na área das igrejas, da arte sacra, temos dado algum apoio a todas as necessidades que estão elencadas pelas Juntas de Freguesia, é impossível responder a tudo porque há muitas necessidades, nós temos um território muito grande e com pouca densidade populacional, o que faz com que também tenhamos menos receitas, pois temos menos pessoas, ao termos menos pessoas são pagos menos impostos.

Relativamente às obras estruturantes, temos um conjunto de obras estruturantes para realizar, fizemos recentemente um projeto da rotunda do Hospital, é um projeto que vai facilitar e criar mobilidade àquele cruzamento que é muito difícil e que tem sido também um “ponto negro” da cidade, temos aí uma nova obra a lançar. Quanto ao espaço multiusos julgo que vamos conseguir executar um projeto, para fazer qualquer obra, como todos sabem, tem de passar por várias fases, posso-vos dizer por exemplo, que os bairros sociais eram projetos que estavam elencados no antigo Plano Estratégico, mas não havia projetos para o interior das habitações, nós consideramos que os bairros sociais não tinha impacto na vida das pessoas se não fossem efetuadas obras no interior das habitações e por isso, incluímos verbas para que houvesse reabilitação integral, estamos a falar de um investimento de cerca de 2,9 milhões de euros nos dois bairros sociais. Muitas destas casas estão desocupadas, porque não têm condições de habitabilidade.

Em relação à habitação social, há uma questão que é importante referir, o valor das rendas, existem rendas de 0,60 € ainda, nunca houve uma atualização de rendas, existem pessoas que já têm uma segunda habitação, que não estão devidamente acauteladas as situações e a prioridade tem de ser dada às famílias carenciadas e nesse sentido, no próximo ano contamos que as Técnicas da Ação Social consigam fazer toda essa avaliação, que já se iniciou este ano, para conseguirmos dar alguma moralidade na atribuição das casas de habitação social e da atualização de rendas dessas mesmas casas.

A ambição é muita, apesar do Senhor Deputado *Virgílio Tavares* dizer que a ambição é pouca para satisfação dos munícipes, mas julgamos que todas as medidas elencadas contribuem para a satisfação das necessidades, não todas, mas pelo menos grande parte delas, pelo menos as mais prioritárias, na nossa opinião.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Agostinho Beça*, salientou a questão das transferências para as Juntas de Freguesia, também quero salientar o trabalho que as Juntas de Freguesia têm feito, como por exemplo, na limpeza de caminhos, cada uma com as suas necessidades e tem sido muito gratificante verificar o trabalho que tem sido feito não só em prol dos seus fregueses, mas em prol do desenvolvimento de todo o concelho.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *Paulo Afonso*, quando refere que foi uma das nossas bandeiras eleitorais o Complexo Agro Industrial do Cachão, dizer-lhe que de facto não existe um orçamento para a infraestrutura do Complexo, existe um orçamento de 180 mil euros para a manutenção da atividade do Matadouro Industrial, estamos a falar de uma situação em que a Câmara Municipal de Mirandela e a Câmara Municipal de Vila Flor têm assegurado, porque são muitas famílias que vivem daquele Matadouro, como todos sabem, a pulverização de novos matadouros veio tirar alguma atividade ao Matadouro do Cachão, fruto de más políticas nacionais, de qualquer forma o que está previsto fazer-se no Complexo Agro Industrial do Cachão, a nível infraestrutural é a limpeza que tem também a ver com o Fundo Ambiental e uma Candidatura ao Norte 2020, para a requalificação daquela infraestrutura.

O valor que a Câmara Municipal de Mirandela transfere anualmente são 180 mil euros incluídos no nosso Orçamento, para manutenção do Matadouro Industrial do Cachão e também estamos a fazer um processo de internalização do Matadouro na AIN, uma vez que tem dívida acumulada de 3 milhões de euros, que não é possível pagar através das receitas que tem e a situação acaba por complicar-se relativamente àquela infraestrutura.

Falou e bem, dos caixotes do lixo, dos cinzeiros e detritos caninos, vamos dar início ao concurso público para a compra de todos esses equipamentos que são imprescindíveis a nível ambiental, para serem colocados na cidade, em jardins, espaços públicos para as pessoas poderem utilizar, juntamente com a sensibilização que temos de fazer para o uso, prevenindo também algum trabalho que os nossos colaboradores fazem diariamente na limpeza urbana.

[Handwritten initials and marks]

Em relação à mobilidade urbana, nós não temos uma verdadeira rede de transportes urbanos, temos dois autocarros que não têm muitas condições, é preciso investir em autocarros, se possível autocarros elétricos, mas este é um investimento que é necessário, existem algumas Câmaras que estão a privilegiar a concessão destes transportes, é uma situação que vamos ter de acautelar, as paragens de autocarro, sinalética, estudos de ocupação, isso tudo é uma prioridade, é certo que ainda não foi conseguido, não existe disponibilidade financeira para investirmos em novos autocarros, houve há uns anos atrás, 7/8 anos, umas Candidaturas para autocarros urbanos, neste momento estão os Fundos fechados para estas Candidaturas e não havendo Candidaturas são investimentos muito avultados para a situação financeira da Câmara Municipal.

É uma situação que estamos a acompanhar, vamos ver como é que evolui a situação dos transportes públicos urbanos, como existe para as aldeias, se é possível fazer uma concessão a esse nível e como é que ficará com a Câmara Municipal, porque como todos sabem, o Metropolitano Ligeiro de Mirandela a partir de junho de 2020, se tudo correr bem, deixará de fazer sentido, os autocarros, as receitas dos autocarros, estão afetos à atividade do Metropolitano Ligeiro de Mirandela, que também tem uma situação financeira complicada, porque vive também das transferências da CP, por causa de um Protocolo de Mobilidade da ferrovia que na altura foi a Despacho de Conselho de Ministros e as transferências da CP são sempre muito demoradas.

Relativamente à habitação, foi constituído há pouco tempo um Gabinete de Apoio à Reabilitação Urbana, é um Gabinete que promoverá um papel ativo junto de proprietários na zona antiga da cidade, para conseguirmos ter projetos sustentados, beneficiando de taxas reduzidas e é uma das situações que nós queremos também utilizar para residências de estudantes, depois dessa própria qualificação, é um projeto que já arrancou, mas que irá ser implementado na sua maioria durante o ano de 2020.

Em relação aos postos de carregamento rápido, está previsto um novo posto de carregamento rápido na Zona Industrial e depois abrindo também na cidade um consórcio de vários carregadores elétricos, não só convencionais, mas também de carregamento rápido, temos a visão e a convicção de que as viaturas elétricas vão ser cada vez mais utilizadas, até pelas vantagens de impostos que têm.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Carlos Sousa*, a referência que fez à diminuição da dívida e ao aumento das transferências às famílias, quer através do IRS, quer através da diminuição do IMI e que de forma faseada vamos cumprir aquilo que está nos compromissos, que é chegar à taxa mínima de IMI.

Em relação à intervenção do Senhor Deputado *Paulo Pinto*, sinceramente não percebi quando falou numa viatura da Câmara Municipal andar à apanha da azeitona, julgo que é uma denúncia que não ficará bem, não conheço nenhuma viatura que ande à apanha da azeitona, se o Senhor Deputado *Paulo Pinto* conhecer, agradeço o envio de um e-mail para que o responsável desse serviço possa avaliar quem foi, onde foi e como foi que isso aconteceu.

Neste momento não temos gestão de frota a funcionar, vamos ter no futuro gestão de frota, permitindo que saibamos por GPS onde é que está a viatura, tem várias vantagens, não é só um controlo, tem a vantagem de segurança para o condutor, muitas vezes nós temos viaturas que andam pelo concelho, ainda hoje durante a madrugada e por sistema de GPS conseguimos avaliar os custos.

Relativamente ao valor global do Orçamento e às desorçamentações, já falei um pouco aqui relativamente a outros Orçamentos, estamos a falar de questões muito mais significativas do que aquela que existe atualmente, dizer-lhe que se não tivéssemos reduzido quer o IMI, quer o IRS, o aumento das receitas seria muito superior, mas houve o compromisso de que este valor ficaria nas famílias, para o aumento do rendimento e para poder haver mais consumo.

Quanto à habitação para estudantes, está a funcionar um Projeto que é o Fundiéstamo, que é um projeto para residências de estudantes, foi até um projeto do nosso conterrâneo Secretário de Estado da Ciência, está a evoluir, estes resultados não se veem no imediato, mas não é verdade que tenham sido esquecidos, está em evolução.

Relativamente ao Conselho de Administração do Hospital Terra Quente e à Unidade Móvel de Saúde, o estado da saúde é uma das nossas preocupações, em relação ao Hospital Terra Quente, foi uma decisão deste Executivo fazer a alienação das ações, que concretizaremos no próximo ano. Existe aqui uma prioridade que é, investir esse dinheiro em serviços públicos, que possam servir as pessoas, o custo das ações andar à volta dos 350 mil euros, que podem eventualmente servir para um investimento público.

Quanto ao Centro Municipal de Proteção Civil, houve uma Candidatura, estamos à espera do resultado, relativamente ao Senhor Comandante, julgo que referia ao Senhor Comandante dos Bombeiros Voluntários de Mirandela, uma vez que temos duas Corporações de Bombeiros no concelho, os Bombeiros Voluntários de Mirandela e Bombeiros Voluntários de Torre de Dona Chama, julgo que se estava a referir aos Bombeiros Voluntários de Mirandela, dizer-lhe que o Senhor Comandante é colaborador da Câmara Municipal, já há alguns anos que não estava na Câmara Municipal, neste momento está a trabalhar na Proteção Civil, foi dada a opção de o Senhor Comandante e colaborador da Câmara Municipal, pedir licença sem vencimento e ser na sua totalidade paga pelos Bombeiros Voluntários, uma vez que, mesmo a nível profissional para ele não era vantajoso e não era possível manter esta situação, porque não havia assiduidade, não havia férias, não havia controlo de progressão de carreira, era uma situação irregular da forma como havia esta “cedência”, o Senhor Comandante trabalhava nos Bombeiros, sem as situações estarem acauteladas sob o ponto de vista de seguro no trabalho e tudo aquilo que diz respeito à efetivação deste colaborador da Câmara Municipal de Mirandela.

Neste momento, pelo que sei, mantém as funções de Comandante, mas trabalha na Proteção Civil e posso-lhe dizer que, está a fazer um excelente trabalho e é um trabalhador que faz muita falta ao Município. A Câmara Municipal de Mirandela sempre pagou o ordenado dele e acho justo que possa também trabalhar no Município.

Em relação à reabilitação da Praça do Mercado, não existe um projeto de reabilitação da Praça do Mercado, é urgente e inadiável, vamos fazer agora um pequeno investimento na cobertura, mas é urgente e inadiável esta situação. Relativamente às questões relacionadas com o tempo médio de pagamento, como já disse em Reunião de Câmara, conseguimos recuperar 15 dias, em 31 de dezembro de 2017, o prazo médio de pagamento era de 176 dias, neste momento, prevendo que no final do ano consigamos melhorar, temos 161 dias, não é um bom resultado, é verdade, mas contamos melhorar significativamente.

Relativamente à dívida a 30 de novembro de 2019, nos fornecedores a curto prazo tenhamos cerca de 5,7 milhões de euros, em empréstimos cerca de 7,2 milhões de euros e no imobilizado 893 mil euros, um total de cerca de 13,8 milhões de euros. A dívida a 31 de dezembro é de cerca de 15,6 milhões de euros, com uma diferença de cerca de 1,7 milhões de euros, que foi a descida da dívida até ao final do mês de novembro, ainda vai haver acertos em dezembro, mas estes são os valores que estão na contabilidade.

[Handwritten initials and marks]

Quanto às costas voltadas com a Santa Casa da Misericórdia de Mirandela, eu tenho muito respeito pela Santa Casa da Misericórdia e acho que o Senhor Deputado não falará das minhas costas se estão voltadas para quem estão, porque não estão, eu tenho muito apreço pelo trabalho que a Santa Casa da Misericórdia fez, continua a fazer e no futuro vai fazer ainda pela intervenção social que tem, pelos colaboradores que mantém com muita dificuldade e até lhe posso dizer que, sem querer de forma alguma tirar daqui alguma contrapartida, dizer-lhe que houve um esforço muito grande para que houvesse uma aprovação de Acordos com a Segurança Social, relativamente ao Hospital Terra Quente, não é preciso dizê-lo, é preciso fazê-lo e foi isso que foi feito, eu acho que dei um contributo, como dou sempre que é necessário para tudo aquilo que a Santa Casa da Misericórdia de Mirandela faz, em prol do bem-estar social do nosso concelho.

Relativamente a projetos sociais, foi dividido entre todos o montante global para obras e projetos, foi um esforço conseguido e neste momento quanto às obras umas estão a decorrer, outras estão em fase de projeto, mas conseguiu-se entre todos dividir o montante global que havia de Fundos Comunitários para a Ação Social, entre todas as Instituições do concelho.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Rui Pacheco*, fez uma boa caracterização, não seria de esperar outra coisa, de tudo aquilo que diz respeito às Grandes Opções do Plano e politicamente falou que será um Orçamento de continuidade, já numa fase de construção de novos projetos e de investimento, mantendo todos os apoios às Coletividades, às Associações e às Juntas de Freguesia. Também quero felicitar-lo quanto a esta alteração como Líder da Bancada, desejando-lhe os maiores sucessos, estou certa que fará um excelente trabalho.

Em relação à intervenção do Senhor Deputado *Humberto Cordeiro*, dizer-lhe que as promessas são irrealizáveis sempre que existe uma atitude negativa para com alguns projetos, ou seja, isto é como em tudo, na política, na vida pessoal, se tivermos uma atitude negativa em relação aos projetos, raramente conseguimos chegar onde queremos chegar. Quando diz que está tudo na mesma no Complexo, não é verdade, sabemos que não é verdade, novos investimentos, novas empresas é preciso termos condições para as receber, já muito foi dito aqui, dizer-lhe que nunca e sendo eu colaboradora como também foi, agora aposentada, da Direção Regional de Agricultura, nunca a Câmara Municipal se pretende sobrepor às funções da nobre casa Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte e dizer-lhe que relativamente aos apoios pecuários, sim, vamos cofinanciar os apoios sanitários aos efetivos pecuários, também lhe quero dizer que relativamente ao Regadio, temos o Regadio tradicional de Contins, é um projeto que foi entretanto feito, já estava previsto no Plano Nacional de Regadios, mas é um valor total de investimento de 350 mil euros com uma área de regadio de 41 hectares, com 55 explorações beneficiárias, com bocas de rega de 79.

Também dizer-lhe que temos um Contrato de Parceria com a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, com o aproveitamento hidroagrícola do Navalho, estamos a falar de um investimento de cerca de 11 milhões de euros, uma área a beneficiar de 300 hectares, com explorações beneficiadas, especialmente olival, amendoal, pastagens e forragens. Estão em preparação outros Planos Municipais de Regadio Intermunicipal, esperemos nós que seja um projeto intermunicipal, porque faz sentido que seja supramunicipal e não seja condicionado a somente um concelho. Nunca menorizando, mas potenciando a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, com projetos e parcerias para que todos juntos consigamos chegar mais longe.

Relativamente a enganar os mirandelenses, nunca pretendemos enganar ninguém, eu percebo as suas afirmações, porque quer enaltecer o fraco Orçamento, julgo que não está de acordo com o que está e dizer-lhe que relativamente às Receitas, é preciso dizer-se e perdoem-me se vou demorar mais um pouco, mas é preciso dizer que nós não cobrávamos há 10 anos as receitas da Mini Hídrica, foram cobradas este ano, com o acerto de contas, foram cobrados 50 mil euros há relativamente pouco tempo por um acerto de contas que nunca foi cobrado.

Quanto às concessões, algumas já há décadas que não são pagas, relativamente às taxas de ocupação de vias, água por pagar, muito dinheiro já conseguimos recuperar, algum irrecuperável, porque já passou o prazo para pagamento, ontem aprovamos em Reunião de Câmara um Protocolo com a Autoridade Tributária para que possa ser cobrada tudo aquilo que é dívida e que é irrecuperável por nós e que passará a Autoridade Tributária a cobrar como muitos Municípios já fizeram. Relativamente às Revisões Orçamentais, julgo que já expliquei também anos transatos, quanto aos caminhos, julgo que os caminhos estão bastante melhores nas nossas Freguesias.

As Associações sem apoios, não, as Associações têm apoios, o funcionamento de todas as Associações está dependente de verbas e de apoios da Câmara Municipal, se a Câmara Municipal toma uma atitude irresponsável de cortar radicalmente estes apoios, há uma estrutura, associativa, desportiva, cultural, recreativa, que têm os seus encargos fixos e portanto, também não podemos criar estas situações de rutura no concelho, daí termos feito uma diminuição de alguns apoios, no 1.º ano de 10 %, no 2.º ano de 5 % e este ano mantendo, face a tudo aquilo que herdamos de apoio da Câmara Municipal para sobrevivência destas Instituições, que fazem falta à cidade, à vila e às aldeias. É preciso com alguma responsabilidade não terminar, porque terminar com as coisas é fácil, manter é sempre mais difícil. Julgo é que tem de haver da parte dos Dirigentes um esforço gradual para esta autonomia financeira, porque de facto muitos deles dependem dos apoios da Câmara Municipal para pagar transportes, para pagar todas as despesas mensais.

Relativamente às questões de admissão de pessoal, vão ser admitidas na área de Serviços Operacionais muitos deles e algumas que são competência novas que temos e que vamos tentar controlar. Quanto ao projetos que o Senhor Deputado *Paulo Pinto* falou, como muito “domésticos”, eu não sei ao que é que se refere, dizer-lhe que os projetos incluídos no PEDU vão ser concretizados, pelo menos na sua maioria e aqueles que considerarmos prioritários.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 33 votos a favor, 4 abstenções e 16 votos contra, aprovar o Orçamento Municipal para o ano económico de 2020, documento que inclui a Aprovação da Contração do Empréstimo a Curto Prazo de/até ao Montante de 1.000.000,00 €, nas condições constantes das atas de abertura de propostas e de análise das mesmas com o Banco Comercial Português sob proposta da Câmara Municipal, que constam do documento em apreciação, entre a página 108 e a página 134.

----- Os Senhores Deputados Municipais do CDS/PP apresentaram a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto

Votamos favoravelmente na expectativa de que o Executivo seja capaz de realizar os objetivos a que se propõe, aceitando futuramente as sugestões que lhe são manifestadas.

É um voto para que consigam a prosperidade para o concelho de Mirandela que anunciam.”

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Declaração de Voto

Votei contra no sentido de me sentir enganado e conseqüentemente os meus fregueses, visto que durante a campanha eleitoral a Senhora Presidente se comprometeu a renovar a praia fluvial, inclusivamente afixou cartazes e placares em 3D. O Senhor Vice-Presidente *José Cunha*, na altura, candidato à Câmara também, aquando da abertura da sede de campanha fez questão de referir mais uma vez a questão da praia fluvial de Frechas que merecia, com dignidade, ser requalificada e, se quiser para memória futura ou para o poder localizar no seu discurso, quando falou que merecia também um parque para autocaravanas.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Declaração de Voto

Votei favoravelmente, porque na página 39 há um investimento para o abastecimento de água à localidade, que muito sofremos no verão, mas espero que efetivamente não me venha a arrepender de o ter feito e quero ver se para o ano isto é materializado.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Declaração de Voto

A CDU vota contra, porque não subscrevemos um Orçamento que assume de forma ligeira transferências de competências que não estão contempladas e que terão conseqüências imprevisíveis e um Orçamento que é frágil e que não está de acordo com as participações comunitárias.”

4.4 - 3.ª Revisão Orçamental 2019.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 05 de novembro de 2019, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do PS e três votos contra dos membros do PSD, conforme proposto:

1 – Aprovar a 3.ª Revisão Orçamental de 2019;

2 – Submeter o referido documento à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”

----- O Senhor Deputado Municipal *FAUSTINO CUNHA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No que respeita a esta Revisão Orçamental, gostaria de saber no que respeita às transferências para as Freguesias, ao valor de 341 mil euros, foi feita uma redução de 209 mil euros, eu pergunto se isto é uma incapacidade das Freguesias em gastarem o dinheiro, ou se é uma falta de ímpeto inicial?

----- O Senhor Deputado Municipal *NUNO MAGALHÃES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Olhando para esta questão da Revisão Orçamental e tendo em conta que já é o segundo ano em que vamos fazer esta votação, nesta mesma Assembleia com reduções drásticas daquilo que é a receita de capital, que significa que é investimento que não foi realizado este ano, poderá ser eventualmente futuramente. A minha questão é: Porquê? O que é que sucedeu? Porque motivo? Não acho que isso esteja plasmado no Documento, apenas nos falamos das questões da execução orçamental, mas gostaríamos de saber o porquê desta receita não ter sido executada, o que é que falhou? O que é que não falhou? Gostávamos que fossemos mais esclarecidos ainda sobre o porquê desta Revisão Orçamental.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu ia perguntar à Senhora Presidente precisamente o que perguntou o Senhor Deputado *Nuno Magalhães*.

O porquê? O que é que falhou? E porquê essa situação?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente às questões que foram colocadas, houve uma insuficiência de dotação em rubricas como, matérias-primas, material de escritório, conservação de bens, ofertas, estudos e projetos, trabalhos especializados, entre outras e ainda no âmbito do Plano de Atividades de transferências para a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, transferências para as Juntas de Freguesia, Instituições religiosas, entre outras.

Foram propostas reduções, por forma a manter o equilíbrio orçamental, em rubricas como o tratamento em alta de águas, em resultado de um acordo de pagamento assinado com as Águas do Norte, que projetou a dívida de curto prazo para médio/longo prazo.

No projeto PAICD 3.1 – Reabilitação integral de edifícios de habitação social, bairro operário que se encontram em fase de candidatura, foram propostas reduções de dotação para o ano de 2019, por não ser expectável a sua execução ainda dentro do corrente ano, ou seja, como foi executado um novo projeto de reabilitação integral, não foi possível o investimento na reabilitação porque só estava contemplado o projeto para o exterior e como pretendemos fazer a reabilitação integral, este projeto não foi executado no ano de 2019.

No âmbito do Plano de Atividades foram ainda reforçadas as transferências para a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, por força do Programa da “Fruta Escolar” abrangendo todas as Escolas do 1.º Ciclo da Terra Quente e também para acomodar despesas no âmbito dos Serviços do Plano de Marketing promovido pela Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana.

Ao nível das transferências para as Juntas de Freguesia, foi necessário reforçar a rubrica orçamental associada, porque inicialmente apenas foram previstos os valores correspondentes à assinatura dos Protocolos, sem que tivesse sido perspectivado outros apoios de caráter específico para investimentos, que ao longo do ano foram propostos e aprovados em sede de Reunião de Câmara, ou seja, esta alteração visou ajustar a dotação com as necessidades recorrentes da execução do nosso Orçamento.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu não me inscrevi, porque as perguntas eram as mesmas, até porque felicitamos a Senhora Presidente por nos dar uma explicação daquilo que verdadeiramente ficou por fazer, isto é que é ótimo, ficamos a perceber porque é que isto acontece, o que é um esclarecimento ótimo.

Além do PSD votar contra, porque não nos revemos nesta redução, nesta cativação, perguntar à Senhora Presidente se vai manter este *modus operandi* no próximo Orçamento?

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhor Deputado *Paulo Pinto*, eu atrevo-me a fazer a seguinte observação:

Normalmente e já não é novo isso, criticam a Senhora Presidente por explicar demasiado as coisas, agora é por explicar pouco. Isto é um documento, que de facto não é fácil de atingir, para quem não tem alguns dados técnicos, mas está tudo no documento, eu penso que não há muito mais a acrescentar.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sendo um documento previsional o Orçamento, explicando também outros Orçamentos que tiveram uma diminuição de 18 milhões de euros, gostaria de dizer que a Câmara Municipal ajustará os Orçamentos, conforme as Alterações Orçamentais necessárias, para fazer face àquilo que é o dia-a-dia, adaptando-os às necessidades, às exigências e ao que for assumido como despesas.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 20 votos a favor, 6 abstenções e 15 votos contra, aprovar a 3.ª Revisão Orçamental 2019.

4.5 - Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - IRS 2020.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 31 de outubro de 2019, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar a fixação da taxa de participação variável no IRS de 2,5%, a incidir sobre os rendimentos de 2020, dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na área deste Município, nos termos e em conformidade com os n.ºs 1 e 2 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação;
- 2 – Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, esta continua a ser uma Taxa de Participação Variável injusta, pois só vai sair beneficiado realmente, os sujeitos passivos com rendimentos coletáveis acima dos 11 mil euros. Diga-me, Senhora Presidente, quantas famílias vão ser beneficiadas com esta medida e se não acha justo que seria a participação variável de 5 % do IRS para o Município, para fazer face àquilo que são as dificuldades financeiras que o Município tem, para encetar obras que pudessem e que podem fazer com que usufruam todos os municípios.

----- O Senhor Deputado Municipal *FAUSTINO CUNHA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu gostava que a taxa fosse de 5 % em vez de 2,5 % e por isso acho que a iniciativa privada está a ser prejudicada e neste momento o CDS/PP é a favor, como muitas Câmaras fazem, de prescindir dos 5 %.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente a esta questão, já conhecemos nos outros Orçamentos a opinião do Senhor Deputado *Jorge Humberto*, mas a transferências de valores para as famílias, para nós também é uma prioridade e nessa perspetiva, estamos a descer a taxa de forma faseada, sendo que os 5 % acaba por ser o limite permitido por Lei, mas tentando equilibrar por um lado, aquilo que vamos deixar nas famílias e também o esforço que a Câmara Municipal tem de fazer para os investimentos, houve esta Proposta que foi aprovada em Reunião de Câmara e agora esperemos que na Assembleia Municipal também.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Respondendo à Senhora Presidente e aproveitando também para responder ao Senhor Deputado *Faustino Cunha*, para dizer que estes 2,5 % que a Câmara Municipal entrega, estamos a falar de rendimentos coletáveis sujeitos acima dos 11 mil euros Senhor Deputado, gostava que me dissesse quantas famílias em Mirandela conseguem atingir um rendimento coletável de 11 mil euros.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 46 votos a favor e 3 votos contra, aprovar a fixação da taxa de participação variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) de 2,5%, a incidir sobre os rendimentos de 2020.

4.6 - Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis - IMI 2019.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 31 de outubro de 2019, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar a Taxa de 0,325% do Imposto Municipal sobre Imóveis a aplicar no ano de 2019 aos prédios urbanos;
- 2 - Aprovar a redução fixa da taxa de IMI em função do número de dependentes a cargo nos termos previstos no art.º 112.º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, nomeadamente, de 20 € para agregados com um dependente, de 40 € com dois dependentes e de 70 € para agregados com três ou mais dependentes;
- 3 - Aprovar nos termos dos n.ºs 3, 8 e 9 do art.º 112.º do Código do IMI, designadamente:
 - Elevar ao triplo a taxa a aplicar aos prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e de prédios em ruínas, considerando-se devolutos ou em ruínas, os prédios como tal definidos em diploma próprio;
 - Majorar em 30% a taxa a aplicar aos prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens;
 - Majorar até ao dobro a taxa de 0,8% aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, não podendo da aplicação desta majoração resultar uma coleta de imposto inferior a 20,00 € por cada prédio abrangido.

4 - Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente a esta situação, já foi abordada no debate do Orçamento para 2020, trata-se de uma redução gradual e faseada, para chegarmos aos 0,3 % sobre o valor patrimonial tributado em 2019, a aplicar aos prédios urbanos.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não tem de ser feitas três votações neste ponto? Temos de aprovar a taxa, a redução e os aumentos, penso que são três votações.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tenho a dizer o seguinte sobre essa matéria:

Se o voto é todo ele no mesmo sentido relativamente aos três pontos, dispensámo-nos essa prática, se porventura um dos Senhores Deputados manifesta inclinação diferente para um dos pontos, então aí procede-se à votação em conformidade com essa posição.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A votação, por aquilo que eu percebi, a Mesa pressupôs que se iriam votar os três pontos, eu não ouvi isso e fiquei com a ideia que tínhamos votado apenas o ponto 1, não fiquei com a ideia que se estaria a votar os outros pontos todos em conjunto, eu não sei se o Plenário também tem essa interpretação.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Eu vou colocar à consideração do Plenário se fazemos uma ou três votações.

O Plenário decidiu por votação efetuar apenas uma deliberação.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 46 votos a favor e 3 abstenções, aprovar a Taxa de 0,325% do Imposto Municipal sobre Imóveis a aplicar no ano de 2019 aos prédios urbanos, bem como o ponto 2 e o ponto 3 da deliberação tomada em Reunião de Câmara.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Declaração de Voto

A Declaração de Voto da CDU é que na abstenção discordamos que se fixe uma redução da taxa tendo em conta o número de dependentes dos agregados familiares. Assim, reafirmamos que fixar uma redução da taxa de IMI em função do agregado familiar não se traduz em mais justiça fiscal, nem consequentemente a retirada de 20, 40 ou 70 € no IMI é um incentivo à natalidade.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Declaração de Voto

Queria deixar aqui bem assente que a votação que expressei favoravelmente foi à redução do IMI, mas não me pronunciei sobre os outros dois pontos seguintes, embora vocês tenham a interpretação de que foi uma votação única.

4.7 - Taxa Municipal de Direitos de Passagem - TMDP 2020.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 31 de outubro de 2019, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Manter a Taxa Municipal de Direitos de Passagem a aplicar em 2020, ou seja, de 0,25%;**
- 2 - Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *FAUSTINO CUNHA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, é apenas uma pequena pergunta que eu pedia que formulasse ao Executivo, todas as empresas têm pago esta Taxa? Parece-me que em anos anteriores havia empresas que não pagavam os Direitos de Passagem. Eu sou a favor de que todos paguem e algumas empresas de comunicação não têm pago esta taxa.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente a este assunto, não tenho conhecimento de que haja alguma empresa de telecomunicações que não esteja a fazer o devido pagamento, de qualquer forma enviaremos uma informação concreta e justificada, quanto a esta situação.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, manter a Taxa Municipal de Direitos de Passagem a aplicar em 2020, ou seja, de 0,25%.

4.8 - Adenda/Aditamento à minuta do contrato de crédito a médio/longo prazo celebrado com o Banco BPI, S.A.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 05 de dezembro de 2019, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter à Assembleia Municipal de Mirandela para sua deliberação nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, para os efeitos da alínea f) do n.º 1 do art.º 25.º do mesmo diploma e n.º 6 do art.º 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação e alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, a autorização e aprovação da “minuta do 1.º aditamento a contrato de crédito” (mútuo), com o Banco B.P.L., S.A., com a data de 09 de outubro de 2019, com produção de efeitos, após obtenção do competente visto prévio do Tribunal de Contas, conforme proposto.”

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Sobre este Ponto, trata-se de uma Adenda a algo que foi aqui aprovado por unanimidade, mas deve-se fazer a seguinte referência: estamos a falar de um Contrato novo, um contrato a dez anos, ou seja, segundo a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro que estabelece o regime financeiro das autarquias locais, um contrato que obriga, logo que o compromisso abrange mais de dois mandatos, a Assembleia Municipal a aprovar mas por maioria absoluta, tem de ter a favor 31 votos, pelo menos.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 49 votos a favor de todos os Membros presentes e 1 abstenção do Membro da CDU, autorizar e aprovar a “minuta do 1.º aditamento a contrato de crédito” (mútuo), com o Banco B.P.L., S.A., com a data de 09 de outubro de 2019, com produção de efeitos, após obtenção do competente visto prévio do Tribunal de Contas.

4.9 - Proposta de Adenda Contrato Programa celebrado com Associação Comercial e Industrial de Mirandela.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 05 de dezembro de 2019, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar a alteração ao Contrato Programa celebrado com a Associação Comercial e Industrial de Mirandela;**
- 2 - Submeter a presente deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”**

----- A Senhora Primeira Secretária *LUÍSA BELCHIOR* e a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Salvador *CRISTINA PASSAS* invocaram o art.º 9.º e as alíneas a) e b), n.º 1 do art.º 69.º e no art.º 70.º do Código do Procedimento Administrativo, bem como no art.º 64.º do Regimento da Assembleia Municipal de Mirandela, ausentando-se da Reunião não tendo por isso participado na discussão e votação do referido assunto.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queria colocar aqui algumas questões, esta entrega dos Relatórios será para simplificar mais a informação, por aquilo que estou a perceber. Queria perceber era até hoje, como é que está a execução do Protocolo que eu penso que votamos aqui na Assembleia Municipal este ano, em termos de execução do Contrato Programa queria saber o ponto de situação, se a Associação Comercial e Industrial de Mirandela melhorou em termos financeiros? Se tem recebido dinheiro? Se tem conseguido pagar aos seus fornecedores? Em termos empresariais, quais são as missões que tem tido?

Sei que a Câmara Municipal tem uma Divisão de Planeamento Estratégico e Diplomacia Económica, não sei se essa Divisão tem alguma interação com a ACIM, ou com o GAEE – Gabinete de Apoio à Empresa e ao Empreendedor, que agora também está afeto à Associação Comercial?

Gostaria de saber o ponto de situação em que está esta relação entre a Câmara Municipal de Mirandela e a Associação Comercial e Industrial de Mirandela? E relativamente a esta Adenda, se é apenas uma adenda para reduzirmos os prazos de entrega dos documentos, daquilo que são as funções que a Associação Comercial executa durante o ano, ou se não estão aqui acauteladas outro tipo de situações que a Câmara Municipal possa entender que seja pertinente para a atividade da Associação Comercial?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Este assunto tem a ver com a questão da periodicidade de apresentação dos Relatórios, é solicitada uma nova redação para a cláusula 5.ª, passando a entregar Relatórios trimestrais, quando antes eram entregues semestralmente e em relação à comunicação, que era quinzenal, passa a ser uma comunicação mensal sobre as atividades desenvolvidas.

Todos os Relatórios foram entregues ao Vice-Presidente, podemos fazê-los chegar aos Senhores Deputados, mas aquilo que vos posso dizer é que tem havido a monitorização relativamente ao Contrato Programa e aquilo que está a ser desenvolvido no âmbito do mesmo Contrato. Em relação às dívidas da Associação Comercial e Industrial de Mirandela, que não entram neste Contrato Programa, não lhe sei dizer qual é o ponto de situação, sei que em relação à execução do Contrato Programa e ao que tem sido apresentado relativamente aos Relatórios, tem cumprido as tarefas e as funções tidas pela Associação Comercial e Industrial de Mirandela, como em todos os concelhos, são entidades importantes para o desenvolvimento económico e é um setor vital para o desenvolvimento territorial.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, eu não percebi, aquilo que nós tínhamos votado no anterior Contrato Programa é que a ACIM ficava obrigatoriamente de fazer entregas de Relatórios trimestrais e agora com esta Adenda passa a ter de entregar relatórios semestrais?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É exatamente o inverso.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Então os Relatórios que eram entregues semestralmente, vão passar a ser entregues trimestralmente e a comunicação das atividades passa de quinzenal para mensal.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 47 votos a favor e 1 abstenção, aprovar a alteração ao Contrato Programa celebrado com a Associação Comercial e Industrial de Mirandela.

Outros Assuntos de Interesse para o Município

5. Outros Assuntos de Interesse para o Município.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Irei ser muito breve, mas é uma questão de Interesse para o Município e que eu, fruto de alguns constrangimentos, sou obrigado a partilhar convosco.

Hoje houve aqui situações muito pouco agradáveis e eu acho que deve haver uma posição de todos nós, em relação a estes comportamentos..., de qualquer modo e para além disso, também uma justificação:

1.º - Aqui não há questões pessoais, nem questões políticas, aqui há questões regimentais, quando um Vereador, e para mim os Vereadores são todos iguais, quer defender a honra, tem de haver de facto a honra ofendida, não é por uma razão qualquer. Sempre que um Vereador pretenda falar, ou é nesse campo, ou então, pegamos no n.º 4 do artigo 29.º do Regimento da Assembleia Municipal, que diz o seguinte: “Só pode ser concedida a palavra aos Vereadores para intervir, sem direito a voto nas discussões, a solicitação do plenário da Assembleia ou com a anuência do Presidente da Câmara ou do seu substituto legal.”

O Senhor Vereador hoje falou, porque a Senhora Presidente decidiu autorizar, sempre que assim aconteça, por mim está tudo bem, mas também ainda há uma outra prerrogativa que é por decisão do Plenário, se o Plenário entender que o Vereador deve falar, o Vereador fala, não é dizer em voz alta: “Não, eu vou falar e ninguém me cala.” Isso é que eu não posso de maneira nenhuma permitir. Esta é uma questão.

Depois há outras questões e outros constrangimentos, por exemplo, eu sei que os professores hoje tinham reuniões de avaliação, mas se têm reuniões, não podem vir, deve vir o seu substituto. O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa Paulo Pontes, esteve aqui de manhã, fez aqui uma intervenção e não apareceu mais, pagamos a senha de presença? Não pagamos a senha? Que justificação se dá? Porque nós temos de justificar os pagamentos da Assembleia Municipal. Que posição é que acham que eu devo tomar? É depois parecem questões pessoais, mas não são, são questões regimentais.

Sobre estas questões, eu peço essencialmente aos Líderes das Bancadas, para “disciplinarem”, desculpem-me o termo, para aconselharem as suas partes, a terem um comportamento muito mais responsável perante esta Assembleia Municipal, para que tudo seja mais fácil.

Boas Festas a todos os presentes.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO AFONSO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Aquando da discussão do Orçamento, na minha intervenção, não obtive, nem por parte da Mesa, nem por parte da Senhora Presidente, qualquer resposta em relação à questão das Assembleias Municipais serem transmitidas em direto, ficando disponíveis para o deferido, foi anteriormente justificado por indisponibilidade orçamental, tivemos uma Revisão Orçamental que não predispôs qualquer possibilidade para isso acontecer e temos agora um Orçamento novo, em que não vi também contemplada essa possibilidade.

O que é que acontece? Há falta de vontade política? Ou qual é a impossibilidade de se executar finalmente esta vontade que já foi aqui consensualmente expressa pelas várias bancadas desta Assembleia Municipal?

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu vou repetir aqui algumas coisas, mas a Senhora Presidente quando fiz a minha intervenção não estava presente, eu queria, se me permite, corrigir a Senhora Presidente, quando me respondeu a dizer que eu estava-me a referir ao caminho que serve a minha exploração, isto não é de todo verdade, eu estou-me a referir à rua Manga do Prado, que é uma rua da Freguesia de Frechas, que serve a minha exploração, a minha moradia e mais seis moradores.

Depois quando diz que se vai fazer e que se vai fazer o projeto, se bem se recorda e se quiser ser séria, a Senhora Presidente e o Senhor Vereador *José Cunha*, no dia 25 de junho, quando estivemos reunidos no seu gabinete, às 18.30 horas, a Senhora Presidente afirmou, depois de questionar o Senhor Vereador *José Cunha*, se era possível e ele confirmou que sim, a pavimentação da rua na sua totalidade até setembro de 2019. E também, se reparar, a Senhora Presidente contradiz-se com uma grande facilidade, há pouco disse que ainda ia pensar em fazer o projeto, se iria pavimentar metade, na Reunião de Câmara de 14 de março de 2019, quando questionada pelo Senhor Vereador *Rui Magalhães*, a Senhora Presidente disse: "...a obra necessita de um projeto e o caminho tem de ser pavimentado. Contudo, esta situação está a ser articulada entre o Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia, a Divisão de Obras Municipais e Urbanismo e com o Senhor Presidente da Junta de Frechas." É mentira, comigo ninguém articulou nada.

Vou ainda ler o que a Senhora Dr.ª *Júlia Rodrigues* publicou no seu facebook em 2017:

"A cada 40 dias, como médica veterinária oficial, visitava esta exploração de coelhos. Já lá vão mais de 15 anos. Já na altura, em caminho tortuoso, custava chegar às instalações.

A exploração crescia. Multiplicavam investimentos e melhores condições para os animais. Um trabalho diário de muitas horas e sem direito a férias. O esforço de um casal reconhecido como empresários de sucesso.

Em Trás-os-Montes, numa freguesia de Mirandela - Frechas, crescia uma das maiores cuniculturas do País. Hoje com instalações bem diferentes de há 15 anos atrás. Mas ainda hoje, sem um acesso de 900 metros em condições.

Queremos investidores, empresas, desenvolver a agricultura, criar e manter postos de trabalho. Teremos sempre que investir para que tenham condições atrativas para se instalarem, crescerem e criarem postos de trabalho.

Em Mirandela, precisamos, com urgência, de acarinhar os empresários que temos. Precisamos de atrair novos investidores, instalar empresas e criarmos emprego!!

Estamos a perder o comboio, porque já nem sequer param aqui."

Senhora Presidente, agora que o comboio vai voltar, ainda vai pensar se vai reconstruir esta via?

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, mais uma aldrabice que a Senhora fez para aqui sobre o investimento dos 60 milhões de euros e que eu vou aqui refletir e vou colocar como Proposta à Mesa, para que a Mesa a coloque a votação nesta Assembleia, em consonância com o art.º 36 do Regimento da Assembleia Municipal e ao abrigo do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, pedia ao Senhor Presidente da Mesa a recolha dos elementos por mim solicitados na anterior Assembleia Municipal sobre o investimento de 60 milhões de euros, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 152-B/2017 de 11 de dezembro, Decreto-Lei n.º 151-B/2013 de 31 de outubro, que estabeleceu o regime de avaliação de impacte ambiental, tanto para projetos públicos ou privados.

Venho por este meio, solicitar que esta Proposta seja votada por esta Assembleia Municipal, havendo ainda a possibilidade da impugnação administrativa por minha parte, através do anexo VI da alínea r) "Indicação da possibilidade de impugnação administrativa, através de reclamação ou recurso hierárquico facultativo, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, e contenciosamente, nos termos do Código de Processo dos Tribunais Administrativos, de qualquer decisão, ato ou omissão ao disposto no presente decreto-lei."

Em relação à memória descritiva e justificativa, que eu trouxe, dos investidores que querem ir para Barcel e gastar 60 milhões de euros, diz na memória descritiva o seguinte: "... Neste sentido pretende-se desenvolver um empreendimento turístico, do tipo estabelecimento hoteleiro, na modalidade hotel-apartamentos de 4 estrelas, composto por 134 unidades de alojamento, das quais 14 são quartos de hotel e as restantes são 120 moradias dos tipos de 3 a 6 quartos...", então o que é que diz o art.º 153 no seu anexo, fui ver ao art.º 153 desse mesmo anexo, para não haver projeto de impacte ambiental, só poderão construir 50 quartos e na totalidade isto ultrapassa em muito as 50 camas.

Que é que eles teriam de fazer, esta Câmara é que não sabe gerir as coisas, não tem gestão nenhuma, não sabem aquilo que estão a fazer, não têm Técnicos que saibam fazer as coisas, eu ando nisto há 40 anos, eu até me rio com isto, eu enviei um e-mail para a APA – Associação Portuguesa do Ambiente e a APA disse-me que é inconcebível uma Câmara dar o RIP – Reconhecimento de Interesse Público, sem haver o projeto de impacte ambiental e eu se a Câmara Municipal não pedir aquilo que eu aqui pedi na última Assembleia Municipal, eu próprio meto um processo, porque diz assim: "possibilidade de impugnação administrativa", eu, *António Figueiredo*, meto um processo à Câmara Municipal de impugnação administrativa do ato.

Digo isto com toda a lealdade e com toda a frontalidade. Este é o primeiro ponto, que vou entregar à Mesa.

Outro assunto dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, eu pedi-lhe e pedi se podia falar desse assunto, em relação à CIM-TTM – Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes, devido a um projeto que a *Quaternaire* fez para o Complexo Agro Industrial do Cachão, um projeto de estratégia e o Senhor Presidente disse-me que talvez não fosse a melhor forma de tratar o assunto, vindo cá o Secretário da CIM-TTM, que alguém lhe faria chegar essa minha preocupação de saber como é que se fez essa adjudicação à *Quaternaire*, a *Quaternaire* é uma empresa que foi do Senhor Ministro do Ambiente, hoje Ministro do Ambiente *Matos Fernandes*, que é de Matosinhos, toda a gente o conhece e também conhece o *Ricardo Bexiga*, que também é do PS, que é agora o Sócio Administrador da *Quaternaire*. Os trabalhos desde que ele é Ministro, antigamente tinha quatro ou cinco trabalhos por ano, agora tem 40 ou 50 trabalhos por ano, porque é Ministro, porque se não não tinha nada.

Eu acho que aqui há um lobby, eu já enviei isto para a Polícia Judiciária, eu estou a falar aqui com frontalidade, eu não estou aqui a armar-me ao "pingarelho", estou aqui a dizer a verdade, eu já enviei isto para a Polícia Judiciária e falei na Câmara Municipal de Mirandela e na CIM-TTM, eu não sei se algum dia a Polícia Judiciária vai averiguar ou não.

Também gostava de saber, se o Senhor Presidente me pode informar alguma coisa sobre esse assunto, ando aqui há três meses e não sei nada e isso é uma responsabilidade do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, não é minha, porque foi o Senhor que arranjou a tal solução.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhor Deputado, eu posso-lhe responder já em relação à questão da CIM-TTM..., na sua Bancada houve duas pessoas, uma por acaso até é Vice-Presidente da Assembleia Intermunicipal que ficaram de levar a sua mensagem àquele órgão. O Deputado Paulo Pinto e o Deputado *Manuel Pavão*. Também estes entenderam que não se justificaria vir aqui o Senhor Secretário da CIM-TTM para um só assunto, mas que levariam em mão as suas questões para posterior resposta.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Mas eu quero uma resposta.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhor Deputado, mas eu não lhe posso dar essa resposta.

Eu posso colocar mais uma vez o assunto a votação e se o Plenário decidir que o Senhor Secretário da CIM-TTM deve vir, ele vem, se o Plenário decidir que não, não vem, podemos fazer isso agora, mas na altura o entendimento foi outro.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É esta a transparência de um Órgão soberano, a Assembleia Municipal, que lhe queremos dar?

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

A Assembleia Municipal e o Anexo I da Lei n.º 75/2013, dizem que qualquer Deputado Municipal, pode colocar a questão que entender ao Executivo, via Mesa. Estamos a falar da CIM-TTM, são Órgãos distintos.

Todas as questões que o Senhor Deputado colocou, seguiram os trâmites normais, foram para a Câmara Municipal, a Câmara Municipal prontificou-se a esclarecê-lo em determinados dias, o Senhor Deputado não apareceu, dizendo que não tinha disponibilidade, assim não vejo forma de se resolver isto.

Eu tentarei, dado que é minha satisfação que o Senhor Deputado tenha respostas, mas a minha responsabilidade para aí, porque não sou eu que tenho de lhe dar as respostas.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu ouvi um debate na rádio, a falarem sobre Barcel, aquilo são pessoas que não têm o mínimo de senso do que é o urbanismo, do que é o ambiente.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Naturalmente que este assunto será novamente debatido aqui, há muitos projetos ainda para elaborar e naturalmente na altura própria estaremos cá para observar e tomar as medidas necessárias.

Em relação à questão da CIM-TTM, eu vou por esta questão ao Plenário, quem entende que se deva chamar a esta Assembleia Municipal o Senhor Secretário da CIM-TTM, para dar justificações ao Senhor Deputado *António Figueiredo*?

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO* disse:

A Mesa regista 23 votos a favor e 23 votos contra.

Vamos repetir a votação.

----- O Senhor Deputado Municipal *FAUSTINO CUNHA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu acho que é um princípio que não devíamos aceitar, de começar a convidar as pessoas para vir aqui, fazer o quê?! E com que forma jurídica?

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Vamos repetir a votação.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Mesa regista 23 votos a favor, a Mesa regista neste momento, porque se alterou a composição, 24 votos contra.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

O que interessa é resolver o problema, porque a questão não deixa de ser pertinente, pode contar com o meu empenho para levar o assunto ao Senhor Secretário.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em meu nome e em nome da CDU, quero desejar a todos Boas Festas, um Bom Natal e um Bom Ano.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queria dar os parabéns ao Senhor Deputado *Luís Mosqueiro*, que independentemente de ser de uma Bancada oposta, pela reflexão que fez relativamente à educação e são intervenções destas que devem merecer a nossa atenção e devem obviamente merecer uma reflexão de todos para podermos melhorar os resultados, não só dos nossos folhos, mas também das gerações seguintes e fico satisfeito porque já há algum tempo que não ouvíamos uma intervenção do Senhor Deputado *Luís Mosqueiro* na Assembleia Municipal e obrigada em meu nome por o ter feito.

Queria também agradecer aos colegas que fazem parte das Comissões, porque eu acho que é assim que deve funcionar, quem faz parte das Comissões deve vir à Assembleia Municipal prestar os esclarecimentos necessários e nesse sentido tenho de saudar o Senhor Presidente da Junta *Nuno Nogueira* e o Senhor Presidente da Junta *Vitor Correia*, que vieram aqui dar esses esclarecimentos cabais, porque é esse o papel deles, pois estão nas Comissões em representação da Assembleia Municipal e obviamente tenho de lhes dar este agradecimento, porque me revejo efetivamente neste tipo de intervenções.

Senhora Presidente, queria colocar-lhe duas questões, se me poderia dar o ponto de situação da Estrada Regional 315, porque está um caos, cheia de buracos, taludes e sarjetas entupidas, o IP tem desprezado aquela estrada independentemente até das reclamações que nós temos feito online, temos registado imensas. Se até Cedães é um caos, de Cedães para cima já nem sequer tem nome aquilo, não é convidativo circular ali e tem-se adiado sistematicamente uma obra que já era para o ano de 2014, foi pelo menos a primeira promessa que me deram, já estamos em finais de 2019 e não há maneira daquela obra andar para a frente. É vital, por causa da segurança rodoviária, em Cedães existem pessoas que vivem na estrada, que para virem à localidade têm de passar na estrada, não têm outra alternativa e isto é um problema de segurança rodoviária que nos preocupa imenso.

Nós temos registado sempre naquela plataforma que o IP tem, as reclamações e mês após mês, não temos sequer feedback da reclamação que lá registamos, independentemente do tempo que eles têm para dar uma resposta e o problema vai persistindo e cada vez se tem agravado mais.

A outra questão que lhe quero colocar, tem a ver com a licença do ruído, de não ser emitida licença de ruído sem o requerente apresentar uma licença da festividade. A licença da festividade é uma competência das Freguesias, o Estado entendeu que a licença de ruído devia continuar na tutela dos Municípios e eu acho que deve continuar, porque têm Técnicos capazes de poder avaliar a situação, mas a mesma não devia ser emitida sem a respetiva licença da festividade, porque é um contrassenso, já me deparei com alguns casos na minha Freguesia, em que tinham uma licença de ruído e não tinham sequer a licença da festividade, só depois é que foram à Junta tirar a licença da festividade, é um contrassenso.

O que legitima o evento é a licença da festividade, a licença de ruído será um complemento à licença da festividade, neste sentido deixo-lhe esta sugestão.

Para terminar, queria colocar uma questão ao Senhor Presidente da Assembleia, porque eu estou confuso relativamente ao dia de amanhã e eu não sei se me pode dar este esclarecimento, se puder agradeço, se não puder dar não vou ficar melindrado com isto.

Eu não sei se amanhã o Ponto da tarde, a agregação dos sistemas se é apenas uma discussão ou se vai haver alguma deliberação, alguma votação? Tenho esta dúvida e gostava que me esclarecesse relativamente a isso.

Desejo-vos a todos um Santo Natal em família e prosperidade e que o Ano Novo de 2020 possa trazer aquilo que vocês mais desejam.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

A Sessão Extraordinária de amanhã compõe dois temas, de manhã é a discussão das Freguesias, à tarde é apenas uma discussão sobre o projeto da gestão das águas, não há deliberação, inclusivamente o Executivo solicitou-nos a possibilidade desta discussão e também penso que vai fazer discussão pública em vários lugares, para se debater a questão. Dado que é um projeto ainda embrionário, mas que a população e nós em primeiro plano devemos conhecer em pormenor para depois nos podermos pronunciar com conhecimento de causa, mas não há deliberação.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Suções *LUÍSA DEIMÃOS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Hoje foi um dia extenso, várias vezes já pensei vir aqui falar, também faço parte do Conselho Municipal de Educação, não é a primeira vez, nem inédito, no ano passado estive aqui a prestar contas do que tínhamos feito, este ano também era para vir, mas hoje foi um dia que se falou muito de educação e estranhamente de forma errada, quer nos comportamentos, quer nas palavras.

Os comportamentos, as palavras, o que se trouxe aqui de educação é muito errado, está completamente errado, nos comportamentos, porque muita gente chegou aqui e disse que era educador e eu só digo para os meus colegas, eu sou professora, porque a minha profissão, educadora é a minha atitude, quando a sei ter e são os outros a reconhecer-me. Logo aqui, há uma distinção entre professor e educador, porque educadores têm determinados comportamentos e atitudes, professores dão aulas, pagam-nos os nossos vencimentos, somos trabalhadores de educação.

Relativamente a esta longa intervenção de educação que foi feita pelo Senhor Deputado Municipal *Luís Mosqueiro*, eu fiquei muito baralhada, foi extensa e muito baralhada em algumas partes, agora há uma coisa que mexe comigo, é o meu brio profissional, eu pertença a um Mega Agrupamento, que ninguém me perguntou se queria que fosse Mega Agrupamento ou não, trabalha-se muito naquele Agrupamento e vir falar de resultados escolares que não correspondem, nem pouco mais ou menos, à realidade, quando

[Handwritten initials and marks]

muito são os *ranking's* que vêm nos jornais, onde se compara o que não é comparável. Porque se forem aos dados do Ministério da Educação, o Agrupamento de Escolas de Mirandela não está no lugar que lhe é atribuído nos *ranking's* das diversas escolas.

Há variáveis para medir o sucesso escolar, não só as notas dos exames só, desde o meio socio económico dos alunos, à diferença que há entre as notas internas e as externas, essa diferenciação também entra na medição do sucesso e posso-lhe dizer que o nosso Agrupamento é dos melhores classificados a nível do distrito de Bragança.

Quando trazemos assuntos aqui, devemos trazer coisas sérias, porque quando estamos a denegrir, não sei porquê, o trabalho de uma Instituição e é o único Agrupamento que temos, estamos a denegrir todo o concelho, porque só temos este Agrupamento, estamos a denegrir o trabalho de pessoas muito empenhadas, que a maioria dos professores o são, empenhados e que trabalham muito, quando dizemos que temos indisciplina, não temos casos graves de indisciplina felizmente e há muita gente a trabalhar para isso.

Quanto à cantina, eu também não sei porque é que se vão fazer perguntas, quando já foi dito aqui que a cantina está na alçada do Ministério da Educação, ainda e o problema está a ser resolvido por quem de direito. Eu tenho quase a certeza que o Senhor Vereador *Orlando Pires*, está a par de situação e está a fazer tudo, com o pelouro que tem, para que as coisas funcionem, nada de muito grave há na cantina, porque se houvesse algo de muito grave os meninos não podiam lá almoçar e eles almoçam lá, nenhum menino ficou um dia que fosse sem almoçar, só não há é a confeção das refeições.

O que a mim me custa ouvir, é que quando vimos falar de educação, do Agrupamento, estamos a por em causa não só as pessoas que lá trabalham, como as pessoas que trabalham em educação, como o futuro dos nossos filhos.

Eu sempre vesti a “camisola” daquilo em que me meto e a minha “camisola” é da educação, trabalho muito para que as coisas sejam cada dia melhores, pode haver quem se preocupe com os alunos, mas eu preocupo-me também e muito e tenho muitos pais e pessoas que me conhecem que sabem que faço isso, agora, se alguma coisa não está bem, vou aos órgãos próprios e lá na escola digo o que não está bem.

Vir para aqui passar uma ideia errada de um Agrupamento sério e profissionais sérios, isto magoa-me e é de quem não sabe ser profissional, porque se eu falo mal dos professores que trabalham no meu Agrupamento e dos maus resultados do meu Agrupamento, estou a falar mal de mim própria e estou a hipotecar a reputação dos alunos que saem daqui, temos alunos que vão para a Universidade com muito boas notas, temos alunos que saíram da Esproarte, que estão muito bem colocados e inclusivamente, temos gente séria, trabalhadora, alunos que são reconhecidos.

Estarem a falar mal do Agrupamento e do local onde é que eu trabalho, não fico contente.

Quanto ao Conselho Municipal de Educação, que era o que eu deveria cá vir dizer, tem funcionado normalmente, está-se a elaborar a Carta Educativa, só espero que seja exigente o suficiente para fazermos do concelho de Mirandela, um concelho que saiba educar e nós todos educarmos melhor os nossos filhos do que se calhar nos educaram a nós, fazermos o melhor.

Não estou zangada com ninguém, é a minha forma de dizer as coisas quando me tocam, não estou zangada com ninguém, só vim aqui repor a verdade e esclarecer, que quando queremos falar de números temos de ter consciência dos números que trazemos e o que é que eles querem dizer.

Um Bom Natal, com muita paz e muita saúde para todos.

----- O Senhor Deputado Municipal *LUÍS MOSQUEIRO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Deputada *Luísa Deimãos*, eu acho que a minha intervenção não foi falar mal nem do corpo docente, nem do Executivo, nem nada disso, interpretou mal. Vir para aqui dizer que eu não falei a verdade, peço desculpa, a Senhora Deputada acha que eu vinha para aqui com números que não estivessem escritos e publicitados em documentação? Eu não tratei mal ninguém, acho que perdeu uma oportunidade de vir falar do concelho, uma vez que faz parte no Conselho Municipal de Educação, deve-nos e deve a esta Assembleia Municipal um relatório do que se faz no Conselho Municipal de Educação e perdeu essa oportunidade.

Nós temos problemas nas escolas, eu diagnostiquei aqui vários problemas e com este Mega Agrupamento não ajuda nada, não beneficia em nada a nossa comunidade escolar. Não há competição entre nada e quando não há competição, não é benéfico para ninguém.

O Executivo vai ter uma responsabilidade acrescida perante esta comunidade escolar, porque vão-lhes ser transferidas competências, que lhe acresce responsabilidade. Eu quero chamar desde já esta atenção.

A Senhora Deputada veio aqui dizer que vinha repor a verdade, o que é que trouxe aqui para repor a verdade? Com que números?

Boas Festas a todos, Bom Natal.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Suções *LUÍSA DEIMÃOS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado e colega *Luís Mosqueiro*, eu não disse que menti, eu disse que há várias maneiras, há vários números e até disse qual é o *ranking* que as pessoas mais conhecem, que estão nos jornais. Eu não estava preparada para lhe trazer os números, mas vou trazê-los, vou trazer os números do Ministério da Educação, de qualquer maneira, mesmo que os números, foi o que eu disse, eu visto a “camisola”, admitindo que os números eram tão maus, nós teríamos que procurar e temos locais próprios e a culpa é minha, é do Senhor Deputado *Luís Mosqueiro*, é dos professores, não é só do Mega Agrupamento, eu não sou a favor de mega agrupamentos, mas a culpa não é só do Mega Agrupamento, a culpa é de todos, porque, há um provérbio africano que diz: “Para educar uma criança é necessária toda uma aldeia”, portanto, nós todos fazemos parte da “aldeia”.

Quando nós estamos a falar mal da educação e da nossa escola, estamos a falar mal de todos nós, quando dizemos que os nossos alunos são tão maus, estamos a dizer que todos somos maus, principalmente nós, que não sabemos educá-los.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu senti-me muito humilhado com aquilo que o Senhor Deputado *Luís Mosqueiro* disse, porque eu não me revejo naquilo que ele disse, em relação aos números que trouxe para aqui, aquilo são números inventados, criados e a responsabilidade, a ética, o carácter das pessoas devia permanecer inócuo em relação a determinadas situações de trabalho, não vir aqui a tratar mal a escola e a tratar mal os colegas da escola.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Mesa Recebeu do Senhor Deputado *António Figueiredo* uma Pretensão, Pretensão essa que tem de ser tratada.

Senhor Deputado *António Figueiredo*, para esclarecermos uma questão relativamente a esta sua Pretensão, pretende que a Mesa dirija esta sua Pretensão ao Executivo, aguardando resposta do Executivo? Ou exige que seja a Mesa a solicitar ao Executivo que lhe preste os esclarecimentos que aqui solicita e faça posteriormente a entrega dos mesmos?

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Pretendo que a Mesa solicite ao Executivo que me preste os esclarecimentos que aqui solicito e faça posteriormente a entrega dos mesmos.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nesse caso a Mesa fará chegar ao Executivo esta Pretensão, para lhe fazer chegar a devida informação.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à questão levantada pelo Senhor Deputado *Paulo Afonso*, a transmissão das Assembleias Municipais parece-me uma boa prática, até porque onde impera a educação, o respeito e debate político, é com orgulho que transmitimos, quando isso não acontece a responsabilidade fica com cada um.

Eu julgo que é possível incluir a transmissão num Protocolo que a Câmara Municipal tem, ao qual fez uma Adenda aprovada em Reunião de Câmara, relativamente a esta comunicação e gravação e poderá ser a Câmara Municipal a contratar esses serviços, em vez de imputar esses custos à Assembleia Municipal, uma vez que não existe essa verba contemplada em Orçamento, vamos analisar a situação e daremos nota à Mesa da Assembleia Municipal.

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira*, dizer-lhe que mantenho tudo aquilo que disse em 09 de março de 2017. Sabe bem que é verdade que eu, enquanto profissional, ia à exploração, não consigo fazer das suas palavras qualquer contradição, não entendo o formato, o conteúdo e a agressividade com que se refere a esta questão.

Em relação a tudo o que foi assumido e ao facto de precisar de um projeto, obviamente que não se pode fazer uma estrada sem haver um projeto, demora o seu tempo a fazer um projeto, julgo que durante o ano de 2020 poderemos encontrar soluções.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Luís Mosqueiro*, todos chegamos a um consenso, mesmo na Direção Regional de Educação de que um mega agrupamento poderia não ser uma boa solução de gestão, até porque, apesar dos bons resultados, fruto do trabalho dos professores e de toda a comunidade educativa, é um trabalho onde existem muitas infraestruturas de gestão, que poderá causar problemas na operacionalização de tudo aquilo que diz respeito à gestão das escolas.

No dia 06 de janeiro vai reabrir a Escola do Fomento, essa questão ficará resolvida, em relação à transferência do património das escolas, o património só será transferido depois da qualificação, pelo menos é esse Plano de Ação que nós temos, relativamente à transferência deste património. Vai ser solicitado à Direção Regional de Educação, se poderá eventualmente haver um desdobramento em pelo menos dois agrupamentos, mantendo a identidade da Escola Luciano Cordeiro, da Escola da Torre de Dona Chama e a Escola Secundária numa outra questão, não antevejo qualquer resposta a esta situação, mas o Senhor Vereador da Educação vai acompanhar este processo.

Acho que a política educativa é uma política importante, é uma política de futuro, deve ser discutida com os profissionais de educação, que terão uma visão apropriada e conhecimento real das condições. Foi para isso que fomos eleitos, é para isso que estamos aqui, para debater ideias, opiniões, projetos e essencialmente soluções para o futuro e a educação é de facto muito importante para todo o concelho.

Quanto à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães *António Martins*, em relação à Estrada Regional 315, como sabe e eu já referi esta situação que, em contacto com o Senhor Vice-Presidente da IP, foi-me assegurado que em novembro de 2019 terminavam o projeto, que a empreitada iria ser lançada em 2020, sujeita à aprovação do Ministério das Finanças. Houve já um levantamento das paragens de autocarros e nós inscrevemos em Orçamento a nova conduta de abastecimento do Azibo para Cedães, Cedáinhos e Vale de Asnes.

Relativamente à licença de ruído e de festividade, já foi falado numa reunião, os Serviços de Atendimento devem solicitar a licença da festividade, para poderem emitir a licença de ruído.

Quanto à intervenção da Senhora Deputada *Luísa Deimões*, queria também aqui assinalar que não interpretei dessa forma a intervenção do Senhor Deputado *Luís Mosqueiro*, acho que os dois falaram da mesma situação, com outra abordagem, mas ninguém põe em causa a qualidade, a capacidade educacional dos professores, antes pelo contrário. Queremos é que seja mais fácil de gerir com uma melhor organização dos Agrupamentos.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu pretendo saber se a Senhora Presidente vai enviar ou não o que solicitei aqui na última Assembleia Municipal, sobre a Cedilhavulso Lda., se não envia eu meto a Câmara Municipal em Tribunal para que seja anulado o que foi aqui aprovado em Assembleia Municipal, porque a Cedilhavulso Lda, devia fazer um projeto de impacte ambiental antes da Câmara Municipal lhe dar o RIP, é assim que funcionam as coisas, parece que não percebe.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Senhor Deputado fará aquilo que entender.

Desejo a todos Boas Festas.

2.º Período de Intervenção do Público

6. Público - 2.º Período de Intervenção.

----- A Senhora Múncipe *ANTÓNIA CARVALHO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Gostaria de colocar aqui uma questão e lamento que tenha de esperar até ao fim da Assembleia Municipal para poder colocar a questão, eu teria muitas coisas para apresentar, mas vou ter que reduzir.

Eu gostaria que houvesse um certo cuidado, porque eu estou muito preocupada com a zona antiga da cidade e a rua de Santiago está a correr um sério risco de desabamento em muitas casas, inclusivamente a rua da Formiga.

Eu queria chamar a atenção da Câmara Municipal, porque há ali carros estacionados e passa ali muita gente, inclusivamente um vi uma pedra cair junto a uma sapataria antiga e aquilo está um perigo, os carros estacionam ali e não há nem sequer um aviso de perigo, eu penso que há uma grande necessidade de colocar ali qualquer coisa a interditar a utilização da rua, tanto por carros, como por pessoas.

Eu acho que esta questão não é para hoje, é para ontem, eu acho que tanto a Câmara, como qualquer cidadão preferem interditar a rua do que irem a uma missa a lamentar vidas.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Muito obrigado. A Assembleia Municipal agradece o alerta.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Lamento, infelizmente até esta hora continuamos constantemente a ser incomodados com afirmações, desrespeitos, falta de ética, que incomoda as pessoas, as pessoas estão aqui a trabalhar com responsabilidade. Eu julgo que tem de haver uma tomada de posição relativamente a esta situação, eu peço à Comissão Permanente para tomar algumas medidas, alguma contenção, porque é impossível trabalhar assim.

Estamos aqui desde as 09.30 horas, são praticamente 21.00 horas e quem está aqui o dia todo não pode ser abordada com estas questões, com esta falta de respeito, com esta falta de educação, sempre utilizando nomes impróprios e acusações várias. Eu acho que, ou somos todos sérios e somos todos respeitadores, ou então esta Assembleia Municipal tem de tomar ordem e capacidade política para introduzir regras muito apertadas, na forma de tratamento das pessoas, porque todos temos a nossa dignidade e isto ultrapassa todos os limites de compreensão, ainda por cima vindo de uma pessoa que deve ser respeitada, que educa os nossos filhos e por isso alerta todos e cada um de vós para que façam tudo o que puderem fazer para por cobro a isto, isto é insustentável.

Eu sou sincera, eu fui eleita Presidente da Câmara, tenho dignidade e eu quero ser respeitada e isto é insuportável, estamos aqui há dois anos, não existem melhorias e nesse sentido, solicito à Bancada do PSD uma atitude para se regularizar esta situação e também peço a colaboração da Mesa da Assembleia Municipal e de todos os Senhores Deputados, para que exista respeito e dignidade, estamos aqui todos a trabalhar há praticamente 12 horas e lamento profundamente a forma como sou aqui constantemente tratada ao longo destes últimos dois anos.

Eu fui Vereadora da Oposição durante quatro anos, eu nunca ouvi isto da parte de ninguém, sempre houve respeito e educação aqui nesta Assembleia Municipal, existem regras de princípio e nós temos de dar o exemplo, uma Assembleia Municipal tem de dar o exemplo, tem de ser uma referência da forma como gere as Assembleias, é inadmissível a forma como as pessoas são tratadas, os nomes que são ditos em plena Assembleia Municipal. É óbvio que a esta hora não existe da parte de ninguém, paciência para estar constantemente a ser insultada. Por princípio peço a todos por favor, porque de outra forma não vamos conseguir manter estas Assembleias, porque não existe educação e falando em educação, a educação começa pela atitude e isto não é uma atitude que seja admissível a ninguém, muito menos a um professor e a uma pessoa eleita pelos nossos municípios, eles merecem o nosso respeito e nós temos a responsabilidade de merecer a sua confiança.

Quanto à intervenção da Senhora Múncipe *Antónia Carvalho*, nós temos o registo de mais de 200 imóveis em estado degradado, a Proteção Civil em atuação com o Gabinete de Apoio à Reabilitação Urbana, estão a fazer um esforço para que haja a reabilitação, existem alguns constrangimentos a nível de Regulamento, nomeadamente áreas de cedência, pagamento de taxas que vamos ter de isentar, para que haja este esforço na reabilitação urbana, relativamente a essa situação da rua da Formiga e nós já temos feito algumas interdições, temos de interditar, comunicar, se for esse o caso e se for essa a decisão técnica para essa rua, a Polícia de

Segurança Pública para que o trânsito seja interrompido, existindo moradores e sem estarem em risco, se estiverem em risco têm de ser alojados noutras habitações, não estando em risco poderá ser cortada ao trânsito.

É uma situação que se agravou muito nas últimas décadas, fruto do abandono e de partilhas difíceis, há muitos herdeiros e às vezes é difícil de identificar quem são os herdeiros, para se decidir de que forma é que podem investir na reabilitação dos imóveis.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Eu concordo em pleno com o que a Senhora Presidente disse, embora reconheça que isso não é um assunto para ser avaliado pela Senhora Presidente, é um assunto nosso, nós somos um Órgão, o Órgão Executivo está aqui presente para responder às nossas questões fiscalizadoras e para apresentar propostas, mas eu concordo completamente que deve estar desgastado com todas estas coisas, daí o desabafo, porque de facto tudo o que disse é verdade.

A questão para resolver estes problemas caberá a todos nós, nem é sequer à Mesa, é a todos, não é fácil e não é fácil porquê?

Nós temos estudado tudo aquilo que é possível fazer e é assim: Um Deputado Municipal que é eleito pelo povo, nem sequer pode em situação alguma ser colocado fora da sala o que diga-se de passagem seria a solução, assim sendo, isso vai inibir a Mesa de alguns procedimentos. Embora a mesa tenha usado da maior paciência, também chega ao limite da sua compreensão. Tem havido imensas coisas intoleráveis, situações impensáveis... de total desrespeito por esta Assembleia Municipal e infelizmente acabamos por estar de mãos atadas e esperar pacientemente que o bom senso se imponha.

Esta é uma questão que tem de ser resolvida a nível político e de facto, eu tenho de me dirigir à Bancada do PSD, que tem aqui 32 elementos na sua grande maioria com um comportamento exemplar e extraordinário, mas que acabam por ser beliscados na sua imagem, motivado pelo reprovável comportamento de apenas dois ou três elementos. Não é justo para a Assembleia Municipal, nem para a bancada do PSD.

Peço à Bancada do PSD, que resolvam este assunto de uma vez por todas, porque tal, como é bem visível, não acontece em mais nenhuma outra Bancada. Há debates acesos, é verdade, mas isto que temos presenciado, nem debate é. Interrupções a toda a hora sem terem a palavra, palavrões, acusações, ofensas pessoais, enfim, nada disto cabe na compreensão de quem quer que seja. Eu peço ao Líder da Bancada Deputado Paulo Pinto, encarecidamente, que tente resolver isto, que exija aos prevaricadores a razoabilidade que se impõe.


----- E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Secretários.

----- Seguidamente foi encerrada a Sessão, eram 20 horas e 45 minutos.


O Presidente da Assembleia Municipal;


Luís Augusto de Melo Guimarães

A Primeira Secretária;


Luísa Maria Almeida Torres Belchior

O Segundo Secretário;


José António Costa Ferreira